

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - MESTRADO

Décio Fernando Moraes Ferrari

**A ASCENSÃO POLÍTICA DE JOSÉ MUJICA NO URUGUAI: DE
GUERRILHEIRO TUPAMARO A PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

TOLEDO

2016

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - MESTRADO

Décio Fernando Moraes Ferrari

**A ascensão política de José Mujica no Uruguai: de guerrilheiro
tupamaro a Presidente da República**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Mestrado da Universidade do Oeste do Paraná, Campus de Toledo, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Área de concentração: Ciências Sociais

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Rosana Kátia Nazari
Coorientador: Prof.^o Dr. Geraldo Magella Neres

TOLEDO

2016

Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca Universitária
UNIOESTE/Campus de Toledo.
Bibliotecária: Marilene de Fátima Donadel - CRB – 9/924

F375a	Ferrari, Dércio Fernando Moraes A ascensão política de José Mujica no Uruguai : de guerrilheiro tupamaro a presidente da república / Dércio Fernando Moraes Ferrari .-- Toledo, PR : [s. n.], 2016. 110 f. : il. (algumas color.), Orientadora: Profa. Rosana Kátia Nazari Coorientador: Prof. Dr. Geraldo Magella Neres Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Campus de Toledo. Centro de Ciências Sociais e Humanas. 1. Ciências sociais - Dissertação 2. Uruguai. Presidente (2010-2015 : Mujica Cordano) 3. Uruguai - Política e governo 3. Partidos políticos - Uruguai 4. Democracia - Uruguai 5. Política pública - Uruguai I. Nazari, Rosana Kátia, orient. II. Neres, Geraldo Magella, coorient. III. T CDD 20. ed. 320.9895 321.8
-------	---

DÉRCIO FERNANDO MORAES FERRARI

**A ASCENSÃO POLÍTICA DE JOSÉ MUJICA NO URUGUAI: DE
GUERRILHEIRO TUPAMARO A PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Mestrado, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Geraldo Magella Neres (Coorientador)
UNIOESTE – Toledo/PR

Prof. Dr. Cláudio Reis
Universidade Federal da Grande Dourados – Dourados/MS

Prof.^a Dr.^a Vânia Sandeleia Vaz da Silva
UNIOESTE – Toledo/PR

Toledo, 12 de setembro de 2016

Dedico este trabalho aos meus pais, Dércio e Helena, pelo amor e apoio incondicional por toda minha vida e a meus amados avós (*in memoriam*) Francisco e Anna Lopes Ferrari, que despertaram o gosto pela natureza e pela vida, tendo me deixado o exemplo que me impulsionou a seguir sempre em frente, ainda que vossa ausência física seja imensa.

AGRADECIMENTOS

Agradecer não é uma tarefa fácil. Os obstáculos no caminho foram constantes e somente foram superados pelo apoio e compreensão de todos envolvidos. Assim, faz-se necessário agradecer a todos que estiveram direta ou indiretamente ligados a esta jornada que foi o caminho no curso do Mestrado.

A Deus, pelo dom da vida.

Aos meus pais, Dércio e Helena, pelo constante incentivo ao longo de todo um trajeto de vida, sua presença sempre será essencial. Graças ao exemplo e a presença de vocês foi possível desde o início ter acesso a chama para a educação.

A orientadora, professora doutora Rosana Kátia Nazzari, pelo auxílio na pesquisa e na condução ao longo de todo o percurso.

Ao professor doutor Geraldo Magella Neres, grande inspiração profissional, agradeço pela confiança, disponibilidade e pelo apoio incondicional, sendo o grande responsável por despertar o interesse científico e ter acompanhado de perto todo o processo como coorientador.

Aos gestores e amigos do Colégio Dynamis, do Sapiens Colégio – Umarama e UNOPAR – Polo de Umarama, que acompanharam todo o processo de perto, agradeço pela flexibilização e incentivo ao longo destes anos, a compreensão foi fundamental.

A André Esteves de Oliveira, grande companheiro de longa data, pela compreensão incondicional das ausências ao longo de todo este processo, pela participação e companhia nos eventos científicos no decorrer deste período, sua presença foi essencial.

A Marilucy, secretária do mestrado, pela grande prestatividade e carisma, que desde o momento da inscrição no Mestrado se fez uma das grandes incentivadoras a escolha deste caminho.

Aos colegas do Mestrado, pela companhia e interação durante as disciplinas, compartilhando angústias e experiências.

A todo o corpo docente do programa de Mestrado em Ciências Sociais da UNIOESTE, pela formação e inspiração profissional.

A Capes e Fundação Araucária, pelo apoio financeiro em parte deste trabalho.

Há pessoas que adoram dinheiro e se metem na política. Se adora tanto dinheiro que se meta então no comércio, na indústria ou que faça o que queira... Não é pecado. Mas a política é para servir ao povo!

José Mujica

FERRARI, Dércio Fernando Moraes. A ascensão política de José Mujica no Uruguai: de guerrilheiro tupamaro a presidente da República. 112 f. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Toledo/PR, 2016.

RESUMO

O Movimento de Libertação Nacional-*Tupamaros* (MLN-T) surgiu na pré-ditadura (1962) e foi suprimido durante tal período, ocasionando a ilegalidade da Frente Ampla, que teve sua chegada à presidência uruguaia somente em 2005, com Tabaré Vázquez. Mujica, que esteve preso 13 anos durante a ditadura, iniciou sua caminhada política sendo deputado em 1994, senador em 1999, Ministro da Agricultura em 2005 e presidente da república entre 2010-2015. Sua chegada ao poder representou um reforço na ruptura com a tradição bipartidária e deu força à esquerda no país, já que durante seu governo foram realizadas políticas públicas de grande abrangência que receberam atenção mundial, como a descriminalização do aborto e a regulamentação da maconha, trazendo o país e o presidente para o centro da mídia internacional. Estas e outras medidas deram a Mujica e ao próprio Uruguai grande visibilidade midiática como em nenhum outro período de sua história, tornando a “periferia” o “centro do mundo”. Conforme o exposto, a referente pesquisa busca analisar a escalada de José Mujica dentro da política uruguaia, a partir de 1970, na militância tupamara, até sua eleição como presidente em 2009. Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa é ainda analisar os fatores que contribuíram para a atenção que Mujica recebeu pela mídia durante sua gestão como mandatário uruguaio.

Palavras-chave: José Mujica. Frente Ampla (FA). Democracia. Políticas públicas.

FERRARI, Dércio Fernando Moraes. The political rise of José Mujica on Uruguay: in tupamaro guerrilla for president. 112 f. Dissertation (Masters in Social Sciences). Post-graduation Program in Social Science, State University of Western Paraná. Toledo/PR, 2016.

ABSTRACT

The Movement of National Liberation-*Tupamaros* (MLN-T) emerged in the pre-dictatorship and was suppressed during that period, leading the F.A. to the illegality, who had arrived to the Uruguayan presidency in 2005, with Tabaré Vázquez. Mujica, who was in jail during 13 years during the dictatorship, began his political journey as congressman in 1994, was senator in 1999, Minister of Agriculture in 2005 and President of the Republic between 2010-2015. His rise to power represented an increase in rupture with the tradition bipartisan and gave strength to the left in the country, once during his government were created public policies who received worldwide attention, as the decriminalization of abortion and the regulation of marijuana, bringing the country and the president to the center of the international media. These and other measures provide to Mujica and Uruguay his own great media visibility as in any other period in the country history, making the "periphery" the "center of the world." As described, this research pursuit to analyze the José Mujica climbing in the Uruguayan policy, from 1970, in tupamara militancy, until his election as president in 2009. In this direction, the objective of this research is even analyzing the factors who had contributed to the attention who Mujica received by the media during his time as Uruguayan representative.

Keywords: José Mujica. Frente Ampla (FA). Democracy. Public policies.

LISTA DE ABREVIATURAS

AFAP's	<i>Administradoras de Fondos de Ahorro Previsional</i>
CEIBAL	<i>Conectividad Educativa Informática para el Aprendizaje en Línea</i>
ERP	<i>Ejército Revolucionario del Pueblo</i>
FA	<i>Frente Amplio</i>
FARC	<i>Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia</i>
FARO	<i>Fuerzas Armadas Revolucionarias Orientales</i>
FAU	<i>Federación Anarquista Uruguay</i>
FIDEL	<i>Frente Izquierda de Liberación</i>
IRCCA	<i>Instituto de Regulación y Control del Cannabis</i>
MAC	<i>Movimiento de Apoyo Campesino</i>
MAPU	<i>Movimiento de Acción Popular Uruguay</i>
MIDES	<i>Ministerio de Desarrollo Social</i>
MIR	<i>Movimiento de Izquierda Revolucionario</i>
MLN-T	<i>Movimiento de Liberación Nacional-Tupamaros</i>
MPP	<i>Movimento de Participação Popular</i>
MRO	<i>Movimiento Revolucionário Oriental</i>
MYSU	<i>Mujer y Salud en Uruguay</i>
OEA	<i>Organização dos Estados Americanos</i>
ONU	<i>Organização das Nações Unidas</i>
OPR-33	<i>Organización Popular Revolucionaria 33</i>
PC	<i>Partido Colorado</i>
Pcdob	<i>Partido Comunista do Brasil</i>
PN	<i>Partido Nacional</i>
PSU	<i>Partido Socialista Uruguao</i>
SNIS	<i>Sistema Nacional Integrado de Salud</i>
UDELAR	<i>Universidad de La República</i>
UERJ	<i>Universidade do Estado do Rio de Janeiro</i>
URSS	<i>União das Repúblicas Socialistas Soviéticas</i>
UTAA	<i>Unión de Trabajadores Azucareros de Artigas</i>

LISTA DE ANEXOS

Anexo 01 – Capa do material sobre sustentabilidade produzido no Japão.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. A ERA DOS SONHOS	18
1.1. Os anos de formação e a opção pela luta armada	18
1.2. A militância junto ao MLN-T e o aprendizado do cárcere	28
1.3. O processo de redemocratização do Uruguai.....	38
2. OS SONHOS REVISITADOS	47
2.1. A consolidação da Frente Ampla e o retorno à vida política	47
2.2. A experiência política prévia.....	57
2.3. O presidente Mujica e os primeiros anos de governo	64
3. OS SONHOS TRANSFORMADOS EM REALIDADE	75
3.1. A “periferia” se torna o “centro do mundo”	75
3.2. O governo de Pepe Mujica	81
3.3. Uma análise dos projetos polêmicos	88
CONCLUSÃO - NEM SANTO, NEM DEMÔNIO: SIMPLEMENTE MUJICA	99
REFERÊNCIAS.....	105

INTRODUÇÃO

O objetivo central deste trabalho é analisar a ascensão política de José Mujica dentro do cenário político uruguaio. A intenção é desenvolver um panorama do cenário político uruguaio após o golpe de Estado de 1973, não necessariamente seguindo uma linha cronológica, mas analisando elementos que possuem influência sobre a figura de Mujica e que, portanto, são responsáveis pela austeridade como modo de vida que o ex-presidente apresentou durante toda sua vida pública. Assim, torna-se necessário analisar a própria cultura política do país, a tradição democrática e o processo de redemocratização, que somados são responsáveis por algumas das características pessoais observadas no 'Mujica político'. Entretanto, como este estudo versa sobre um dos chefes de Estado de maior influência na mídia mundial do século XXI, torna-se necessário ainda analisar algumas das realizações internas, que junto às dezenas de discursos em congressos, eventos e conferências na ONU deram a Mujica uma popularidade tal como nenhum outro político uruguaio recebera no cenário internacional.

Algumas medidas tomadas por Mujica enquanto presidente são as principais responsáveis pela grande visibilidade da mídia sobre o país e a sua própria figura. Assim, espera-se analisar tal ascensão por meio de elementos que se aproximam de uma biografia política de José Mujica. O problema a ser debatido neste trabalho é se a ascensão política e a história política do Uruguai têm relação com o fenômeno midiático que Mujica se tornou nos anos seguintes à sua chegada à presidência da república.

No decorrer do trabalho, será analisado sob uma perspectiva histórico-política de que forma as questões polêmicas durante o governo de Mujica, como o casamento igualitário, a descriminalização do aborto e a regulamentação da maconha sobressaíram, sobre o passado guerrilheiro e a militância no MLN-T. As medidas que são autodenominadas progressistas configuram-se como elementos aos quais Mujica defendeu enquanto chefe de Estado, dando além da visibilidade um espaço para discussão de temas tão recorrentes e ao mesmo tempo carentes de debate.

A nível de continente, Mujica atingiu patamares de visibilidade para a América Latina e para o próprio Uruguai que nenhum dos presidentes da denominada nova esquerda latino-americana conseguiu, nem mesmo Lula no auge de sua popularidade durante o primeiro mandato. A discussão sobre a marginalização latino-americana é antiga e, para países de pequena expressão na economia global, como é o caso do Uruguai, esta torna-se ainda mais severa, uma vez que a dimensão econômica do país o coloca no comércio global com poucos parceiros e como um país agroexportador. Porém, é importante ressaltar que a popularidade de Mujica no Uruguai foi tão alta quanto fora no cenário midiático internacional. As críticas internas foram severas, sendo a maioria delas centradas pela não solução dos dois principais problemas que o país vivência: a educação e a segurança. No entanto, em defesa de Mujica, vale destacar que em ambos os setores citados, seu governo desenvolveu estratégias que, no entanto, não surtiram efeito a curto prazo, como foi o caso da regulamentação da maconha, que visa a longo prazo a redução do tráfico de drogas no país, afetando diretamente a questão de segurança pública.

Ao tornar o país o primeiro a regulamentar a maconha, Mujica desencadeou uma discussão necessária e muitas vezes esquecida: o ineficaz combate direto ao tráfico de drogas. O mesmo é observado na questão da descriminalização do aborto. Estas duas medidas, ocorridas já ao meio do mandato, trouxeram uma série de admiradores a Mujica, que sem medo da imagem política, comprou uma briga interna e externa, uma vez que as duas são medidas de contestação nos dois cenários.

Foram essas medidas de Mujica que fizeram com que vários meios de comunicação chamassem o Uruguai de a “exceção latino-americana” e consolidaram a própria figura de Mujica no cenário político, não só americano, mas mundial. Assim, o objetivo geral desta pesquisa não é analisar os fatores que levaram à ascensão propriamente dita de Mujica à presidência, uma vez que esse fator é explicado pelo próprio sistema político do país. A proposta é analisar os fatores que contribuíram para a formação do “fenômeno Mujica”, que esteve constantemente na mídia entre 2010 e 2015.

Para esta análise, trabalhou-se com três hipóteses e cada uma delas abrange parte de cada capítulo do trabalho. Essas hipóteses serão analisadas

sob a luz do governo desenvolvido por Mujica e pela atenção recebida da mídia internacional, sob uma metodologia histórico-política, que visa a abranger elementos nacionais, como o *artiguismo*, o *batllismo*, o MLN-T, a ditadura e cenário político pós-redemocratização, que é marcado por uma tentativa de consolidar a nova etapa democrática do país e pela ascensão política da Frente Ampla (FA).

A hipótese inicial é desenvolvida na primeira parte do trabalho e está centrada na própria figura quase folclórica e ímpar que Mujica representa no cenário político mundial. Essa figura chamou a atenção da mídia por seus hábitos simples e por suas atitudes logo nos primeiros meses de mandato, renegando as regalias do cargo presidencial e proferindo declarações ‘atípicas’ para um chefe de Estado, defendendo o desapego e uma luta anticapitalista e antiglobalização. É nesta parte ainda que se realizará uma relação entre os anos de formação, a militância no MLN-T e o processo de redemocratização do Uruguai. Nessa análise, trabalhamos para observar como estes fatores contribuem para a formação desta figura austera que será observada durante seu mandato. Assim, este capítulo possui uma função introdutória, apresentando José Mujica. Para atingir essa finalidade estudamos a relação de Mujica desde cedo com a terra e como ele viu na própria história política do país o incentivo pelas lutas sociais iniciadas ainda na década de 1960.

Em uma segunda parte, serão estudadas a própria história e a cultura política do país. A própria tradição política do Uruguai, que nasceu de uma reforma agrária e teve ao longo de sua história um forte vínculo e confiabilidade com democracia, são fatores determinantes na formação de Mujica. É neste capítulo que se analisará a relação entre o processo de redemocratização e a participação da FA nesse processo. Assim, observa-se aqui também a experiência prévia de Mujica após a saída do cárcere (1985) e como os cargos de deputado, senador e Ministro da Agricultura, Pecuária e da Pesca influenciaram na construção da figura de Pepe enquanto político. Conclui-se esta parte sob a análise da escolha de Mujica como representante pela FA nas eleições de 2009, quando este enfrentou duas das principais figuras políticas do país e com o suporte do campo e do interior do país foi eleito em novembro daquele ano.

Na última parte, estuda-se a transformação dos sonhos em realidade: o momento em que Mujica assume o Executivo com a tentativa de colocar na prática algumas medidas que observava serem necessárias ao país. É neste capítulo que se analisará a relação entre o governo de Mujica, sua popularidade e como estes fatores refletiram em uma popularidade também para a população celeste, que teve um forte incremento no turismo a partir de 2010. Nesta parte ainda são abordadas as relações entre o governo de Mujica, as políticas públicas e os projetos tecidos durante seu mandato bem como as respectivas repercussões sobre a mídia mundial. Ao legislar temas como o casamento igualitário, o aborto e a maconha, Mujica trouxe para si e para o próprio Uruguai uma legião de admiradores que, somados ao seu estilo austero de vida, conferiram ao ex-tupamaro a tão falada visibilidade midiática.

Em um último momento, já caminhando para as considerações finais, será traçado um panorama do governo de Mujica e uma análise dos projetos polêmicos, visando a observar o impacto desse governo e suas principais realizações e falhas, embora tal análise seja meramente superficial, uma vez que a proposta não é analisar necessariamente o governo e, sim, sua ascensão e a figura do próprio Mujica.

Contudo, essas hipóteses representarão ainda algumas das possíveis explicações para o 'fenômeno Mujica'. A própria mídia e a academia já apontaram diversas outras abordagens para legitimar tal fenômeno político e midiático. O que se tem como unanimidade entre a academia e a mídia é o inegável fenômeno midiático que Mujica tornou-se durante seu mandato presidencial, seja pelos projetos polêmicos, por suas declarações ou por seu modo de vida, que entre 2010 e 2015 deixou Pepe no 'centro das atenções'.

1. A ERA DOS SONHOS

1.1. Os anos de formação e a opção pela luta armada

José Mujica nasceu nos arredores de Montevideu, e ainda na adolescência envolveu-se na guerrilha armada junto ao MLN-T e iniciou sua caminhada política, alcançando a presidência da República em 2009. O futuro líder veio de uma família de pequenos agricultores dos arredores de Montevideu, onde ainda vive com sua esposa. Perdeu o pai aos nove anos de idade e passou a vender flores produzidas pela mãe na chácara da família nos arredores de Montevideu. Mujica casou-se em outubro de 2005, depois de uma convivência prolongada com a senadora Lucía Topolansky. A história de Mujica e Lucía teve início ainda nos anos da luta *tupamara*, quando ambos foram presos pelo regime militar por sua militância no grupo.

Com tradição bipartidarista, o Uruguai teve a alternância da presidência entre os partidos “*Blanco e Colorado*” até 2005, quando a Frente Ampla (FA) – principal coalização de esquerda, da qual Mujica é membro desde a década de 1980 – chegou ao poder por meio de Tabaré Vázquez. Não obstante ser membro da FA de longa data, os primeiros anos de Mujica na política foram no Partido Nacional (*Blanco*), ainda na década de 1960. A aliança a tal partido ocorreu principalmente por influência de familiares e de amigos já militantes no Partido *Blanco*.

A chegada da ditadura teve início durante o governo de Juan María Bordaberry, por meio de um golpe de estado em 27 de junho de 1973, que acabou por dissolver o Parlamento e acabar com as liberdades civis, tendo seu fim somente em 28 de fevereiro de 1985. Nesse meio tempo, que foi marcado pela censura política, perseguição, tortura e morte aos opositores ao governo, os partidos políticos foram colocados na ilegalidade.

Após a eclosão da ditadura, uma série de grupos surgiu para contestar o sistema político instaurado por Bordaberry e livrar o país da onda ditatorial que dominava a América do Sul. Dentre tais grupos, o que teria maior repercussão e já havia iniciado suas ações muito antes da ditadura era o MLN-T, fundado por Raul Sendic ao qual Mujica se juntou via *Partido Socialista do Uruguai* (PSU), formando a União Popular.

O termo *tupamaro* “vem de Túpac Amaru II, o famoso imperador inca que entre 1780-1781 tentou libertar seu povo dos espanhóis”. Os *tupamaros*, nome que os guerrilheiros adeptos ao MLN-T receberam, surgiram em 1962 com uma tática de luta contra a ditadura e inspirada na Revolução Cubana¹ - realizando sequestros e assaltos a bancos - e de fato “a ideologia dos *tupamaros* nunca foi apresentada oficialmente em nenhum documento. Os *tupamaros* nunca acreditaram na política e nos líderes de governo do seu período” (PORZECANSKI, 1973, p. 10).

Com o fim da ditadura e o retorno dos partidos políticos à legalidade, o MLN-T – após muita resistência de ambas as partes – juntou-se à FA, e dentre seus membros estava Mujica. A consolidação da FA pós-ditadura marca a luta contra um regime político bipartidarista e reflete hoje em uma luta contra os atrasados presenciados pelo país nas últimas décadas, no qual Mujica tem sido pioneiro, principalmente ao criar uma “contramão” no que se refere à América Latina, legalizando a maconha, casamento igualitário e o aborto. Tais medidas, além de chamar a atenção da mídia internacional para o pequeno país sul-americano, fizeram com que Mujica também ganhasse visibilidade política e midiática.

O Uruguai encontrado por Mujica durante sua infância e juventude estava vivenciando um intenso processo de crescimento social, como resultado da implantação do *welfare state*². O interesse pela vida política e luta contra as desigualdades sociais foi despertado desde muito cedo em Mujica, motivado pelas questões sociais às quais esteve exposto em sua infância; tais sentimentos foram intensificados ao longo de sua vida.

Aos oito anos de idade, com a morte do pai, Demetrio Mujica, sendo o filho mais velho, Pepe (apelido atribuído a Mujica pela população uruguaia como um símbolo de proximidade) começou a trabalhar na área central de Montevideu para ajudar na renda da família. Sua mãe, Lucy Cordano, plantava flores na pequena chácara da família nos arredores da cidade. Mujica, por sua

¹ A influência da Revolução Cubana é pautada na ideia de transformação social, visto que os *tupamaros* nunca objetivaram a tomada do poder.

² Embora o conceito não possa ser totalmente aplicado ao caso uruguaio, tal termo se faz necessário para explicar as políticas sociais que surgiram no Uruguai após o batllismo (1903-1915) e foram as responsáveis por colocar o país em um amplo desenvolvimento social e econômico, que perduraria até meados dos anos 1950.

vez, juntamente com os irmãos, era encarregado de realizar as entregas em floriculturas e demais estabelecimentos.

A profissão desenvolvida pela mãe despertou em Mujica o gosto pela terra, algo que não foi suprimido nem pela ascensão política, visto que mesmo após ser eleito presidente da república, ele manteve sua profissão de florista em atividade nas horas vagas, com sua esposa e companheira de longa data Lucía Topolansky.

A história de Pepe e Lucía data do final dos anos 1960, quando ambos, militantes do MLN-T, foram presos e trocavam cartas codificadas com a ajuda de vários amigos do casal, que compartilhou os mesmos sonhos ao longo de anos e acabou se unindo de fato em 2005. Durante a juventude, Mujica chegou a concluir os estudos e iniciou um curso preparatório de Direito, que nunca concluiu, devido a ter se dedicado aos afazeres domésticos, ajudando sua mãe (CAULA; SILVA, 2011).

Apesar da origem humilde e rural, a família dos Mujica sempre foi muito ligada à política, visto que tanto seus pais quanto avós e tios eram filiados ao Partido Nacional (PN), na época liderado por Luis Alberto de Herrera. Herrera, teve grande importância na figura de Mujica, sobretudo por causa de sua mãe, que era *herrerista* e militava pelo político e pelo PN.

O primeiro contato de Mujica com a política foi com seu tio Angelito quando este apresentou-lhe um canal argentino no qual Juan Domingo Perón discursava às massas daquele país. Angelito afirmava a Pepe que aquele era o maior político de todos os tempos e que suas ações trouxeram grande melhoria na qualidade de vida para os trabalhadores argentinos.

Ao sul da propriedade dos Mujica, na região de Cerro, localizava-se uma série de frigoríficos, tanto nacionais quanto estrangeiros, que até certo momento foram responsáveis pelo desenvolvimento econômico da região. Nessas propriedades, eram comuns greves e protestos por melhores condições de trabalho e pela autonomia da carne nacional, que perdia cada vez mais espaço no cenário regional. Esses eventos possuíam forte influência dos sindicatos do setor e foram responsáveis pela criação de um campo de discussão com o qual Mujica teve contato e sentiu-se atraído.

Foi nesse momento, como afirma María Esther Gilio (2010), que Mujica teve um contato mais profundo com a teoria marxista, tendo acesso a panfletos

distribuídos pelos líderes dos frigoríficos nacionais que militavam contra o monopólio da carne exercido por outros países na região. Observa-se ainda, que a população de *Rincón del Cerro* possuía condições de vida bem distintas da experimentada na capital, criando um universo próprio de relações sociais e sua relação com o Estado, tornando-se um campo de confluência do movimento operário na região e sendo a base do contato de Mujica com a militância política.

O contato inicial com esse tipo de material acabou por intensificar em Mujica o desejo pela luta contra a influência externa bem como o aproximou de movimentos grevistas que buscavam uma hegemonia nacional³ e o retorno aos anos de amplo crescimento econômico os quais o país havia vivenciado nas décadas anteriores. É importante ressaltar ainda que o próprio movimento operário teve no Uruguai uma exceção no caso latino-americano, haja vista a forte relação do país com a democracia desde sua independência.

Foi nesse contexto que Mujica teve sua formação inicial básica, muito distinta da formação e política que receberam outros líderes políticos do país, como é o caso de

Lorenzo Battle, político destacado do Partido Colorado e Presidente da República (1868-1872), que é pai de José Batlle y Ordóñez, que ocupou a primeira magistratura no início do século passado (1903-1907 e 1911-1915); seu sobrinho, Luis Batlle Berres – “Luisito” -, que a exerceu em meados do século XX (1947-1951) e seu filho Jorge Batlle Ibáñez foi o último presidente de direita no país até agora (2000-2005). Luis Alberto Lacalle, do Partido Nacional, Presidente da República (1990-1995) e adversário de Mujica nas eleições de 2009, é neto de Luis Alberto Herrera, o caudilho do Partido Nacional, e este por sua vez é filho de Juan José Herrera, ativíssimo chanceler de meados do século XIX (GILIO, 2010, p. 13).

Os casos de Battle e Lacalle diferem da situação de Pepe ainda na questão da relação deles com o Executivo. Mujica, mesmo com sua formação agrária e fortemente vinculada à terra, acabou encontrando na vida política um campo para defender suas ideias, não utilizando-a como forma de

³ O discurso anti-imperialista, anticapitalista e pela hegemonia sempre esteve presente nas falas de Mujica, mesmo antes da vida pública. Pepe sempre viu na dimensão territorial do Uruguai um fator prejudicial no que se refere à autonomia econômica e regional do país, principalmente após os anos 1950, com o declínio do Estado de bem-estar social.

enriquecimento. A crítica de Mujica à alta remuneração política é antiga, logo em suas primeiras declarações como deputado as teceu, angariando muitos opositores com estes argumentos.

Porém, Mujica tem consciência de que esse vínculo entre a alta remuneração e o “fazer política” é algo antigo e, tal como analisa Ellen Wood (2003), a remuneração política data da Grécia Antiga, ainda antes do golpe aristocrático que rompeu com a democracia naquela civilização. Fora daquele contexto, em um cenário contemporâneo, a remuneração serviu para que os pobres pudessem participar da política.

No tangente à própria democracia e à história política do Uruguai, observa-se que tanto o PN quanto o PC contribuíram para a consolidação inicial da democracia no país e formaram ainda o bipartidarismo⁴, que esteve vigente durante grande parte da vida democrática uruguaia. A tradicionalização democrática que o país desenvolvera ao longo do século XIX deu-lhe uma série de governantes que tiveram seus governos voltados para a questão social.

Um dos maiores representantes do século XX é José Batlle y Ordóñez (1903). Battle acabou por impulsionar a economia do país e estreitar suas relações com a Europa, que acabara por se tornar a partir de então um dos principais mercados consumidores do país.

As medidas tomadas durante a política do *batllismo* tornaram o país uma das nações mais próximas de um socialismo no fim dos anos 1940, em um momento em que grande parte da população estava vinculada ao Estado, seja trabalhando diretamente para este, ou ainda ligada a empresas estatais para o desenvolvimento do capital privado. Naquele contexto o país vivenciava o resultado das políticas batllistas do início do século XX.

⁴ Embora muitos autores trabalhem com o conceito de bipartidarismo aplicado ao caso uruguaio, se analisados os estudos de Giovanni Sartori (1985) e Maurice Duverger (1980) sobre o tema, notar-se-á que o país vivenciou um bipartidarismo polarizado apenas até 1966. Sartori defende que para que uma situação específica seja denominada bipartidária devem ser levados em conta quatro fatores, sendo eles: a) que dois partidos estejam em condições de competir pela maioria do eleitorado e das cadeiras; b) que um dos partidos consiga a maioria majoritária; c) que ocorra a alternância do poder; d) que este seja um governo que administre por tempo determinado. Já na visão de Duverger, é um sistema em que dois partidos angariam a maioria do eleitorado, independentemente da existência de demais partidos, caracterizando assim o Uruguai antes do surgimento e da consolidação da FA.

Observa-se que o Uruguai foi, na América do Sul juntamente ao Chile, um dos destaques naquele momento em áreas de desenvolvimento humano e econômico que por sua vez concederam ao país altos índices de confiabilidade democrática que duraram até o golpe de 1973. Porém, essa proximidade ao socialismo era apenas no campo do desenvolvimento social e da qualidade de vida, visto que via partido político a população apresentava forte resistência de adesão a essa ideologia (BRUM, 2014, p. 137).

A prosperidade econômica vivenciada pelo Uruguai naquele momento foi resultado da substituição de importações consequente do pós-crise de 1929 e da Segunda Guerra Mundial, quando após tal período o Uruguai, assim como alguns vizinhos agroexportadores, encontrava dificuldades de lançar no mercado internacional seus produtos, dada a ausência de um mercado consumidor forte. Como consequência direta, o país enfrentou um período recessão econômica e de altos índices de inflação na segunda metade da década de 1950, ainda assim muito menor do que o vivenciado pela maioria dos países sul-americanos naquele momento.

A “Suíça da América do Sul”, como era conhecido popularmente o Uruguai durante a juventude de Mujica, passava naquele momento de um período de amplo crescimento econômico para uma abertura ao capital externo em vários setores da economia, em sua maioria facilitado por governos neoliberais das últimas décadas do século XX.

Porém, o termo fazendo alusão ao país europeu foi utilizado apenas até o final dos anos 1960. A partir daquele momento, devido às quedas na exportação da lã e da carne, a economia sentiu o recesso econômico que resultou na elevação do custo de vida e na deterioração da economia. O contexto evidenciado foi o que, somado a outros fatores, permitiu a eclosão de movimentos de guerrilha que objetivavam a reversão do quadro socioeconômico do país e viam em movimentos externos a solução para os problemas evidenciados pelo país naquele momento.

A crise estrutural vivenciada no país no final da década de 1960 gerou um sentimento de decepção com a democracia em parte da população celeste. Foi como consequência direta desse sentimento generalizado e com o domínio dos partidos tradicionais que Mujica sentiu-se atraído pela luta armada.

De acordo com Gilio (2010), foi um discurso de Che Guevara, realizado na *Universidad de La República* em 1961 que expôs o ponto de vista do guerrilheiro sobre o país, que alegou que conhecia bem a América e podia afirmar com certeza que no Uruguai se permitia a manifestação de ideias, dando assim força aos grupos revolucionários que ali estavam presentes e ao mesmo tempo oferecendo uma segunda opção além da via armada.

Contudo, o discurso de Che não foi absorvido apenas por tais grupos, visto que o conselheiro de governo Faustino Harrison recomendou, logo após o discurso de Che “dar férias à democracia”, sugerindo um golpe de Estado.

Porém, a maior absorção do discurso de Che foi realizada por alguns membros da esquerda, que assistiam ao tradicional bipartidarismo uruguaio sem uma real participação no governo central. É a partir desse discurso que, tal como Harrison, alguns membros da esquerda passam a ver na democracia a impossibilidade de chegada ao poder, embora, diferente do exército, não almejassem a tomada do poder.

Um fator importante a ser observado nesse cenário é o conservadorismo do Uruguai em relação à ideologia de esquerda. Embora os próprios índices democráticos do país sejam altos se comparados a boa parte de seus vizinhos, a repressão a movimentos de esquerda foi tão intensa quanto em qualquer país sul-americano. Nas eleições de 1962, a esquerda, dividida entre o Partido Comunista e a FIDEL, via cada vez menos a possibilidade da chegada ao poder enquanto assistia à situação socioeconômica se agravar. Naquele momento, o Uruguai presenciava a crise do Estado de bem-estar social e amargurava o início de uma crise econômica.

Logo após os resultados das eleições, ocorreu a ruptura entre Henrique Herro e Vivian Trías, enfraquecendo mais ainda a força política da esquerda no país. No contexto, tanto Herro quanto Trías representavam a força da esquerda, ao menos via partido político.

Após o ocorrido, muitos militantes acabaram por deixar o Partido Socialista, como foi o caso de Raul Sendic, Julio Menerales, Héctor Amodio Pérez e Jorge Manera. Neste momento Mujica estava filiado – por um breve período – ao PN. A experiência de Mujica junto aos *blancos* foi a primeira forma institucionalizada pela qual o ex-presidente teve contato com a política (ISRAEL, 2010). Muitos dos jovens que abandonavam a via democrática

estavam influenciados pelas palavras de Che e pelo próprio resultado da Revolução Cubana, vendo na guerrilha armada a solução para os problemas de ordem política e econômica.

O mesmo aconteceu com Mujica, que acabou por sair do PC e aderir ao recém-criado *Movimiento de Izquierda Revolucionario* (MIR), formado por ex-membros do PC e influenciado por ideais de Mao Tse Tung. O MIR ao qual Mujica aderiu tornou-se ponto de confluência da ideologia do partido político de esquerda e ao mesmo tempo teve como finalidade apresentar uma alternativa aos partidos de esquerda do país. Porém, mesmo com a eclosão do MIR, os resultados da esquerda nas urnas ainda não eram satisfatórios.

Até então, seja pelo PCU ou pelo FIDEL, a esquerda não havia superado os 6% nas eleições gerais. Diante dessa realidade, o primeiro grupo organizado surgiu, buscando uma alternativa à via democrática, sendo o grupo denominado *El Coordinador*⁵. O *El Coordinador* surgiu com um agrupamento informal agregando a esquerda radical de múltiplos partidos políticos, com objetivo defensivo das forças governamentais e seus respectivos aliados, como é o caso dos Estados Unidos, que já estavam em solo uruguaio assessorando a polícia desde 1961. Os membros do *El Coordinador* viram na luta armada, embora ainda sem grande representatividade, uma saída para os problemas de ordem econômica e política do país.

Foi assim, reunindo socialistas, trotskistas, maoístas e anarquistas, que o *El Coordinador* se configurou como grupo político, apesar de nunca ter sido institucionalizado a ponto de tornar-se partido político. A partir de sua formação, o grupo passa a ter frequente movimentação, tanto ideológica quanto humana, angariando logo de início pessoas de distintas origens ideológicas dentro dos partidos uruguaios.

Constantes reuniões para o levantamento de informações eram organizadas pelos membros do grupo para o debate de assuntos diversos, que iam desde a organização do grupo até a discussão sobre o modelo cubano. De acordo com Pablo Brum (2014), foi em uma dessas reuniões que Mujica participou e teve seu primeiro contato com o grupo. Pepe inicialmente sentiu-se

⁵ Embora não seja um ponto unânime dentro da academia, haja vista a divergência sobre a origem do grupo, muitos cientistas políticos e historiadores uruguaios definem o *El Coordinador* como a primeira fase do MLN-T.

atraído pela ideologia do grupo e viu a possibilidade de solução dos problemas vivenciados pela nação celeste.

Concomitante ao desenvolvimento do *El Coordinador*, surgia no centro do país, no departamento de Flores, um dos sindicatos mais radicais e organizados de todo o país, cujo líder era o advogado Raúl Sendic. Em dezembro de 1961, na província de Artigas, Sendic fundou o sindicato UTAA (*Unión de Trabajadores Azucareros de Artigas*) para organizar o trabalho dos cortadores de cana-de-açúcar da região. Sendic teve participação primordial na consolidação daquela classe, que tal como os membros do *El Coordinador* também sentia na pele a situação socioeconômica do país e, dada sua experiência com o direito e com o sindicalismo, Sendic forneceu a base ideológica para a fundação do UTAA.

Neste sentido, para desenvolver a UTAA, as ações locais de Sendic no departamento de Flores eram baseadas em protestos e marchas, reivindicando melhores condições de trabalho e o fim do monopólio sobre a terra, dando alta visibilidade ao movimento no departamento e em regiões vizinhas.

A criação da UTAA, que tem como tema “*tierra para el que la trabaja*”, pode ser compreendida com uma das primeiras lutas de classes do Uruguai do século XX, resultado da exploração de uma burguesia que historicamente constituía-se no poder sobre uma classe trabalhadora (*los peludos*) a qual passa a reivindicar melhores condições de trabalho.

Historicamente, a UTAA também representa a primeira organização sindical rural do país, em que uma luta pela concentração de terras ocorre há mais de meio século. Sendic e o grupo desencadeiam esse movimento inicialmente contra a propriedade, nas ações iniciais da UTAA, com as constantes marchas pelo país e a promoção do ideário sindicalista. Como apontado por Marx e Engels (1998, p. 69), observa-se que o destaque, a questão fundamental, é a questão da propriedade dentro da luta de classes, dando pressupostos para um enfrentamento ideológico que deveria, na visão de Sendic, ocorrer inicialmente no plano da redistribuição das terras e suas rendas para então atingir-se outro objetivo central do movimento: a melhoria nas condições de trabalho.

Sendic dava início a um questionamento que teria grandes desdobramentos para a política e para a própria história do Uruguai. A

revolução até então pacífica iniciada ali por Sendic e pelos membros do *El Coordinador* iria transformar-se em um forte instrumento de combate político por parte de seus seguidores.

A saída do campo da dialética para o campo da guerrilha é, na verdade, em última instância, uma tentativa de reverter o quadro político e socioeconômico da época. O período entre 1962 e 1967 foi marcado por forte organização desses grupos de oposição com os quais Mujica cada vez mais se identificava. Neste momento, ele, que já estava atraído pela questão revolucionária, participava de debates, rodas de conversas, expondo seus ideais junto a outros membros *blancos* e jovens que, tais como Huidobro e tantos outros, são considerados por Pepe seus amigos de longa data⁶.

O governo de Jorge Pacheco Areco (1967-1972) – que era vice-presidente de Óscar Diego Gestido e assumiu o governo em dezembro de 1967, em decorrência do falecimento de Gestido - seguia uma linha extremamente militarista. A ausência de um diálogo com os demais setores da sociedade desencadeou no país certo temor pela figura de Areco e dos próprios militares, que passaram a realizar constantes rondas nas ruas com frequentes revistas. O clima criado pelo governo de Areco assemelhava-se muito com o que estava por vir no ano seguinte: a ditadura, decorrente do golpe cívico-militar de Bordaberry (RABUFFETTI, 2014, p. 24).

O militarismo de Areco acabou por dar mais visibilidade aos movimentos de contestação à ordem política e econômica vigente devido à intensa “caça às bruxas” realizada por Areco aos grupos de esquerda e movimentos sociais. O próprio Mujica declarara por diversas vezes que o sonho revolucionário era utópico e que muitos já sabiam disso naquele momento. Em suma, a guerrilha vai ganhando força com a deterioração da economia e o declínio das realizações do primeiro *batllismo* (1903-1928).

Após grande notoriedade do grupo na região, que acabou rompendo com o modelo de revolta estabelecido pela maior parte dos sindicatos, Sendic

⁶ Esta transição entre a saída do plano das ideias e a entrada na luta armada é descrita por biografias tanto sobre o MLN-T quanto sobre Mujica de forma romantizada. Isso ocorre principalmente por falta de informações históricas precisas sobre este período, uma vez que a grande parte das obras sobre o tema foi escrita baseada em discursos e relatos pessoais, que muitas vezes entram em discordância. A própria história sobre a relação entre Sendic, o *El Coordinador* e o surgimento do MLN-T é divergente, sendo encontradas no mínimo três versões bem distintas da origem de tais grupos.

organizou uma série de marchas a Montevideu. Clara Aldrigui (2001, p. 98) afirma que foi em uma dessas marchas que os membros do *El Coordinador* e do UTAA tiveram seu primeiro contato.

Após um primeiro contato e constantes encontros com a polícia, alguns membros dos dois grupos fundaram um novo grupo, que iria sacudir os próximos anos da guerrilha uruguaia e que seria novamente liderado por Sendic: os *tupamaros*.

1.2. A militância junto ao MLN-T e o aprendizado do cárcere

No contexto político da década de 1960, a América Latina assistiu à eclosão de uma série de ditaduras militares e civis que acarretaram uma onda de autoritarismo pelo continente que iria se arrastar por mais de duas décadas em alguns países. No caso uruguaio não foi diferente.

O MLN-T eclodiu no Uruguai nos anos 1960, cerca de uma década antes do Golpe de Estado de Juan María Bordaberry, que instalaria no país a ditadura militar (1973-1985) que resultaria em perseguição e morte a opositores do governo, dentre os quais vários dos membros do MLN-T.

Ainda que o “Breve Século XX”, nas palavras de Eric Hobsbawm (1995) não tenha sido tão agitado como os dois séculos anteriores, que foram movimentados por amplos eventos que alteraram a estrutura política e econômica mundial, foi nesse século que eclodiram em alguns países da América Latina uma série de movimentos contra o sistema político vigente então em grande parte do continente, tal como fora o MLN-T.

As guerrilhas e movimentos armados que emergiram nesse período são ainda caracterizados por forte repressão aos governos ditatoriais e pela censura política e cultural. Observa-se ainda que grande parte desses movimentos não prosperou, sendo muitos deles esfacelados muito antes dos processos de redemocratização.

Em nível latino-americano, nota-se que embora esses governos autoritários tivessem entre si muitas características comuns, pouco se vê em comum entre os movimentos de contestação emergidos em cada país. Esse fator se dá pela vinculação de grupos muito fragmentados, ao menos em grande parte desses países, como foi o caso de Uruguai, Brasil, Peru e

Argentina, em que os movimentos guerrilheiros mesclavam a esquerda fascinada com o caso cubano com intelectuais censurados por esses governos.

O MLN-T surgiu unindo as mais variadas camadas sociais com ideais de contestação ao sistema e autodefesa, numa tentativa de responder à crise estrutural vivenciada pelo Uruguai naquele momento. Além de membros do *E/Coordinador* e do UTAA, o grupo angariou membros de várias origens e ideologias políticas. O Uruguai, no contexto em que emergiu o MLN-T, caracterizava-se como “uma das sociedades mais urbanizadas da América Latina e do mundo”, fato que foi favorável, somado a outros fatores, ao surgimento de uma guerrilha urbana e não rural, como ocorreu em grande parte dos demais países latino-americanos (PORZECANSKI, 1973).

O grande diferencial do MLN-T dos demais movimentos guerrilheiros foi suas ações predominantemente urbanas, o que também se apresentava como um desafio, pois Montevideu caracterizava-se como uma das maiores aglomerações urbanas do continente e dava ao grupo problemas peculiares de grandes áreas urbanas, como alta visibilidade e vulnerabilidade, exigindo estratégias que contornassem tais agravantes. Desta forma, a zona rural do país era utilizada na maioria das vezes apenas como esconderijo e depósito de armas.

A luta *tupamara* no país tem um significado de contestação político-econômica, sendo responsável - ainda que derrotada militarmente em 1972 - por expor deficiências sociais e econômicas presentes no país na década de 1960. No processo de retorno à democracia, a participação do grupo focou-se em suas ações políticas juntamente à FA, uma coalizão de esquerda que já havia surgido em 1971 e acabou por quebrar o bipartidarismo uruguaio no início do século XXI.

Inicialmente visando a uma revolução socialista baseada nos ideais do leninismo, marxismo, anarquismo, na efetividade da Revolução Cubana por meio da luta armada e frente aos eventos que em 1973 desencadeariam a ditadura civil-militar uruguaia, os *tupamaros* caracterizaram-se como o principal movimento de guerrilha sul-americano até sua fragmentação militar em 1972 e, como ressalta Maria Ribeiro do Valle (2005, p. 15), “o foco guerrilheiro – a luta armada -, diante da ascensão da ditadura, surge como alternativa à via pacífica e à ilegalidade constitucional propagada pelos partidos comunistas”.

Desta forma o MLN-T eclode no contexto do foquismo revolucionário iniciado por Che Guevara na Revolução Cubana que acabou por influenciar vários outros movimentos na América Latina. Porém, não obstante o foquismo ter exercido influência nas ações do grupo, não condiz com a ideologia defendida pelo movimento em todas suas fases.⁷

Em um contexto semelhante ao que surge o MLN-T, outros movimentos também se destacaram na América do Sul, como é o caso do *Sendero Luminoso* (1960) no Peru, as *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia* (FARC) (1964), o *Ejército Revolucionario del Pueblo* (1969) na Argentina e a Guerrilha do Araguaia (1967) no Brasil.

No tocante aos casos do *Sendero Luminoso* e das FARC, ambos possuem ainda membros ativos, se bem que com ideais e ações muito divergentes dos iniciais, sendo considerados por alguns estados nacionais como movimentos terroristas. No primeiro caso, o maoísmo foi a ideologia de origem do movimento que inicialmente reuniu docentes e discentes universitários num movimento estudantil e atualmente é integrado ao Partido Comunista do Peru. No caso das FARC, o objetivo inicial era a fundação de um Estado socialista na Colômbia, o que após intensos conflitos entre a ala conservadora e a liberal resultou, a partir dos anos 1990, em conflitos armados contra a população civil.

No caso do *Ejército Revolucionario del Pueblo* nota-se uma aproximação maior com o castrismo, tal como o caso *tupamaro*, haja visto que o grupo agiu durante a ditadura e teve seu fim com o assassinato de seu principal dirigente, Roberto Santucho em 1976.

Por fim, o caso brasileiro da Guerrilha do Araguaia, que foi criada em 1967 pelo PCdoB, é também uma influência do sucesso cubano e do castrismo. O movimento diferencia-se do caso *tupamaro* pelo fato de ter a intenção da tomada do poder, o que segundo o grupo ocorreria após a derrubada do governo militar e a instalação do comunismo e pela pouca visibilidade que recebeu na época de suas ações. No retorno à democracia, a Guerrilha do Araguaia também traçou um caminho distinto do MLN-T, tanto em

⁷ Ainda que muitos autores trabalhem com a ideia de que o MLN-T recebeu forte influência da Revolução Cubana e do foquismo de um modo geral, por tratar-se de um movimento heterogêneo essa relação não é unânime na academia, onde outros negam a real efetividade desses movimentos na constituição do MLN-T.

termos partidários/ideológicos quanto em termos de força política, visto que não ocorreu uma polarização de seus membros em um partido político, como foi o caso MLN-T e na FA e sim uma fragmentação partidária.

De todas as guerrilhas que se desencadearam na América Latina ao longo do século XX, as únicas que tiveram sucesso foram as rurais e somente em países ditatoriais e com grande exclusão social, como foi o caso de Cuba e Nicarágua.

Eleutério Huidobro, também *ex-tupamaro*, afirma em “*Historia de los Tupamaros*” (1986, p. 133-134) que a conjuntura político-econômica que fez desencadear o movimento se deu por fatores econômicos, como: a dívida externa, a pressão do imperialismo econômico, a dependência, a crise financeira e a inflação bem como por fatores sociais, tais como o aumento do custo de vida, o descaso com o salário e a crise da previdência social. Por fim, no campo político, o autor alega a incapacidade por parte das classes dominantes (PN e PC) em dar uma solução à crise e a incapacidade da oligarquia em governar e solucionar os problemas do país.

Esses problemas acabaram por causar a deterioração das camadas políticas, econômicas e sociais e desencadear nos primeiros *tupamaros* o sentimento nacional de defesa, sem, no entanto, almejar a tomada do poder.

As explicações para a origem *tupamara* enquanto movimento não entraram em consenso no meio acadêmico pelo fato de a ideologia *tupamara* nunca ter sido explicitada pelo grupo durante seu período de atividade. Segundo Alfonso Lessa (2002, p. 26-27), existem duas possíveis explicações para o surgimento do MLN-T no contexto em que surgiu. A primeira é ligada àqueles que estavam diretamente envolvidos com o sistema e suas falhas e que objetivavam uma profunda transformação social revolucionária por meio da luta armada. A segunda interpretação, de cunho mais acadêmico, tem tentado classificar o MLN-T como um produto inevitável perante os encontros que ocorreram no Uruguai, como uma consequência da deterioração econômica e social.

No que se refere a essa última explicação, o autor trabalha com a teoria de que o país teve um desenvolvimento excepcional nos séculos anteriores se comparado ao restante da América Latina, assim justificando seu surgimento.

Ainda no que se refere à origem do MLN-T, vale ressaltar que os membros inicialmente integrantes da fase de formação do movimento, denominada “Robin Hood”, de acordo com Cabral (2006, p.157) eram de “distintos grupos e partidos de esquerda – não comunista - os integrantes da nascente organização conhecida com *El Coordinador* somaram a participação de socialistas, anarquistas”, integrantes ainda de vários outros grupos.

De acordo com Lessa (2002, p. 24), esse era o caso do MIR, do *Movimiento Revolucionário Oriental* – MRO, do *Movimiento de Acción Popular Uruguay* (MAPU), da *Federación Anarquista Uruguay* (FAU) e do *Movimiento de Apoyo Campesino* (MAC). Constata-se assim, na origem *tupamara*, que a entrada destes grupos - de esquerda e anteriores ao MLN-T – conferiu a heterogeneidade do movimento.

Mesmo com a ascensão do MLN-T, ele não se configurou como o único movimento de guerrilha uruguaio a agir durante o período e

durante a década de ações armadas dos *Tupamaros* (1963-1972) também surgiram outros grupos guerrilheiros de menor relevância, como a *Organización Popular Revolucionaria* 33 (POR 33) e as *Fuerzas Armadas Revolucionarias Orientales* (FARO). Em 16 de julho de 1969, a OPR 33 realizou uma de suas mais espetaculares e polêmicas operações: *el robo a la bandera de los Treinta e Tres Orientales*, que nunca foi devolvida. Em 3 de setembro do mesmo ano se teve conhecimento ao primeiro comunicado das FARO, mediante a qual se atribuíram algumas ações que as forças de segurança haviam atribuído responsabilidade ao MLN. Porém nenhuma dessas organizações aproximou-se do desenvolvimento dos *Tupamaros* (Lessa, 2002, p. 21).

Tendo sua formação pelos seus chamados dirigentes históricos – como é o caso de Raúl Sendic e Eleuterio Fernández Huidobro –, o movimento somou a esses líderes grupos de esquerda que haviam rompido com a esquerda tradicional uruguaia com o objetivo de apoiar e instigar “setores combativos na luta de massas, mediante enfrentamentos radicais, iniciando assim, a transitar no caminho da luta armada com objetivos revolucionários, mas sem se propor a desenvolvê-la de imediato” (CABRAL, 2006, p. 165).

No caso *tupamaro*, tal rompimento foi resultado do abandono da institucionalidade política e da descrença em uma transformação social não armada, já que o movimento nesse momento estava em processo de formação

e via na Revolução Cubana o exemplo prático de uma transformação social e radical por meio da revolução armada. A separação *tupamara* da esquerda tradicional tem ainda como causa o fato de a esquerda tradicional⁸ uruguaia estar atida às vias eleitorais e aos referenciais teóricos clássicos do pensamento de esquerda.

A grande influência cubana nas ações e formação do MLN-T deve-se especialmente pela transformação que ela causou no país. Essa influência não atingiu apenas o MLN-T em níveis continentais, mas também outros movimentos revolucionários que eclodiram no continente. Como observa Hobsbawm (1995, p. 426-427), “os rebeldes latino-americanos na década de 1950 inevitavelmente viram-se não só recorrendo à retórica de seus libertadores históricos, de Simón Bolívar a José Martín, da própria Cuba, mas à tradição anti-imperialista e social-revolucionária da esquerda pós-1917”.

No que se refere aos componentes ideológicos do MLN-T, ainda que o grupo tenha redigido uma série de documentos para a organização interna, nunca se explicitou em nenhum documento sua ideologia; o que se sabe é que os *tupamaros* nunca acreditaram no governo de sua época e nos instrumentos de mudança oferecidos pelo Estado. Antes, acreditavam que “as ações falam mais alto que as palavras” (PORZECANSKI, 1973).

Cabral (2006, p. 160) ressalta que o movimento utilizou duas fontes ideológicas, ambas revolucionárias: a socialista e a liberal. Não obstante serem ambas distintas em vários sentidos, como ponto em comum nota-se as mudanças causadas por essas teorias nos séculos anteriores, como foi o caso da teoria revolucionária socialista após a Revolução Francesa e a teoria revolucionária liberal lutando contra a opressão da nobreza europeia.

A teoria revolucionária socialista foi, no caso *tupamaro*, pautada nos ideais marxistas e leninistas, porque visava a uma ruptura radical com o sistema, acreditando ser esta a única forma para o desaparecimento dos problemas constatados pelo grupo. A revolucionária liberal, por sua vez, baseia-se no ideal francês de 1789 e nos eventos que a onda revolucionária europeia desencadeou, não exclusivamente contra ditaduras, regimes

⁸ Entende-se por esquerda tradicional uruguaia aquela composta por partidos políticos e grupos que objetivavam a tomada do poder e o fim do bipartidarismo bipolar presente no país até a década de 1970, como é o caso do Partido Socialista Uruguaio (PSU) e do Partido Comunista do Uruguai.

autoritários ou absolutistas, mas também em governos constitucionais e legítimos, como o governo de Areco, quando do surgimento do MLN-T. Em alguns momentos do desenvolvimento ideológico do movimento, nota-se que ambas as teorias acabaram por ser conjugadas pelo grupo.

Os *tupamaros* buscaram ainda na história nacional do século XIX algumas justificativas ideológicas, baseando-se em eventos desenrolados ao longo desse século como forma de fazer um resgate histórico e assim despertar o sentimento nacionalista, visando ao apoio da população ao movimento. Além da inspiração pelas guerras, luta por liberdades civis e pela retomada do Estado de direito, o movimento recorreu a eventos políticos, como foi o triunfo eleitoral do nacionalismo via PC nas eleições de 1958 sobre o PB, rompendo com a hegemonia agrária em vigor até então.

Ainda de cunho nacional, a recorrência à figura de José Artigas, que teve ampla participação no processo de independência a partir de 1811 tornou-se constante na ideologia *tupamara*. Cabral (2006, p. 162-163) ressalta que o grupo fez uso do discurso *artiguista* declarando encarnar sua continuidade. De acordo com o autor, “o discurso *artiguista* permitia reforçar o sentimento de Nação numa perspectiva latino-americana e encontrar um fio de continuidade entre a ação do MLN-T e aquela “revolução inconclusa”.

Assim, o MLN-T recorria ao discurso de Artigas, associando sua dignidade, valentia e humanismo à sua capacidade militar e de liderança popular, que acabaram por ocupar lugar central nas ações *tupamaras*, para seu embasamento teórico discursivo, como os conteúdos democráticos radicais e de autogoverno.

Ao recorrer a Artigas, o objetivo do MLN-T era despertar um sentimento de confiança na população uruguaia, visto que o grupo necessitava desse suporte no seu período de formação, tanto para seu crescimento quanto para a difusão de suas ideias. A referência ao *artiguismo* enquanto sentimento nacionalista evidencia que o grupo buscava ainda o reconhecimento dentro do continente, uma vez que o país diverge em fatores territoriais e populacionais de grande parte de seus vizinhos.

Ainda que em um período pré-ditatorial, o reconhecimento de uma soberania nacional era necessário para a sobrevivência do movimento. No início do século XXI, não só no Uruguai se luta por reconhecimento. Tal luta

paira em algumas nações latino-americanas, como ressalta Evelina Dagnino (2006, p. 13) numa tentativa de romper com o passado histórico colonizador que as nações latinas compartilham e se tornam ao longo de sua existência grande empecilho ao desenvolvimento nacional.

O Uruguai, no contexto em que eclodiu o MLN-T, apresentava-se como um cenário pouco propício para o uso da violência como principal instrumento político, porque se tratava de um país com tradição democrática e pacífica, e que desta forma, através do voto, havia resolvido seus entraves do século XIX. Quando o movimento saiu de sua fase “Robin Hood” e tomou partido da violência como forma de luta, tal ação gerou forte resistência na população, visto que “a violência converteu-se em um fim, mais do que um meio, sobretudo em circunstâncias mais completas do desenvolvimento do MLN-T” (LESSA, 2002, p. 33).

Ao longo de sua história os *tupamaros* foram ganhando notoriedade nacional e internacional. Durante seu período em atividade eles realizaram uma série de eventos que se destacaram tanto em nível nacional quanto internacional e como afirma Elio Gaspari (2003, p. 324):

os *tupamaros*, com 3 mil militantes, fizeram coisas nunca vistas e até mesmo difíceis de imaginar. Suas ações, iniciadas em 1968, eram românticas, vingativas e pirotécnicas. Eles assaltaram um cassino e devolveram as gorjetas dos crupiês pelo correio. Depenaram a mansão de um plutocrata e divulgaram que nela havia 400 mil dólares em dinheiro e barras de ouro.

Outro evento que ganhou destaque nas ações *tupamaras* foi a tomada da cidade de Pando em 1969, quando o grupo tomou uma série de prédios públicos como forma de pressionar o governo (SASSO, 2005). Em 1970, o assassinato do agente estadunidense Dan Mitrione pelos *tupamaros* acirrou os conflitos entre o grupo e o governo uruguaio, como afirma João Quartim de Moraes (2001, p. 245); o evento é responsável por ser um divisor de águas entre as ações do grupo antes e após a morte de Mitrione, devido ao fato de representar um radicalismo não comum nos dois primeiros anos da guerrilha.

Ainda de grande visibilidade nas ações *tupamaras*, já com o movimento próximo à sua derrota militar, um grande destaque “foi a fuga de 106 dirigentes

do movimento da prisão de Punta Carretas em 6 de setembro de 1971”, ação que ficou conhecida como “*El Abuso*”. Dentre os presos estava Raúl Sendic, que no ano seguinte seria capturado novamente pelas Forças Armadas. Nesse evento, além de Sendic, participaram ativamente Mujica – que já havia sido detido em 1966 – e Huidobro (LESSA, 2002, p. 22).

Após anos de guerrilha e luta contra o sistema, uma das lutas mais violentas para a guerrilha *tupamara* ocorreu na noite do dia 13 de abril de 1972, quando o grupo se preparava para uma ação, porém não suspeitava de que em um de seus principais esconderijos - entre as ruas Amazonas e Pérez Gomar, que servia de depósito para documentação -, que em posse militar comprometeria todo o MLN-T, havia dirigentes sob vigia de policiais e militares.

Após serem descobertos, os *tupamaros* tiveram de mudar suas estratégias de ação iniciais, resultando no assassinato de quatro militares e, em um revide do exército, na morte de oito *tupamaros*. Tal evento foi apenas o início do fim, que ocorreria seis meses mais tarde com o triunfo militar, causando um rápido desmantelamento do movimento, que já havia enfrentado vários governos desde os anos 1960 e influenciado vários outros movimentos guerrilheiros na América Latina e em outras partes do mundo (LESSA, 2002, p. 14-15).

Neste último evento, os *tupamaros* sequer imaginariam as consequências para o grupo: os que ainda estavam em cárcere acabaram por ser transportados e recolocados em pontos distintos da cidade, dificultando uma posterior fuga e comunicação do grupo.

A derrota militar ocorrida em 1972 pode ainda ser justificada, dentre outros fatores, pelo grande contingente de dirigentes *tupamaros* que se encontravam presos desde a investida militar de 14 de abril daquele ano. Soma-se a esse fator ainda a ascensão da ditadura por meio do golpe de Estado das Forças Armadas, colocando em prática as ações da Operação Condor, que já havia aplicado em parte da América do Sul suas táticas de tortura e repressão, o que não seria diferente no caso uruguaio.

Para o grupo, o resultado da Operação Condor foi a intensificação da repressão aos seus membros, a tortura e a prisão de vários deles. Em 1973, grande parte de seus dirigentes históricos já estavam presos e em locais

espalhados por Montevideu - onde permaneceriam por mais de uma década - na tentativa de evitar a comunicação com os novos dirigentes do movimento.

No decorrer do ano de 1972, a “entrada do exército uruguaio em cena teve como o objetivo colocar ordem e estabilizar a situação guerrilheira. A reação da ideologia política foi a mesma recebida pelos *tupamaros* no seu início” (BRUM, 2014, p. 286-287).

Como afirma Lessa (2002, p. 32) na frase que dá título à *“La revolución imposible: los tupamaros y el fracasso de la vía armada en el Uruguay del siglo XX”*, a revolução *tupamara* era impossível por uma sucessão de erros e pela análise sobre a sociedade em que atuavam, sobre sua história, seu papel e o peso de vários protagonistas centrais, que resultaram em desunião, fatores decisivos para sua queda, pelas grandes diferenças internas e contradições ideológicas dentro do movimento, produto de sua heterogeneidade, o que se refletia em objetivos muito diferentes.

Ao longo de sua história, o MLN enfrentou conflitos internos e externos, de cunho político e ideológico, fato que se deu principalmente por suas ações radicais no período pré-ditadura uruguaia (1973-1985), sofrendo perseguição, tortura e morte de seus membros durante a ditadura. Embora cronologicamente o MLN tenha sido extinto anteriormente ao início da ditadura, esse fato não impediu a repressão e perseguição aos seus integrantes.

Em 1972, com a prisão de vários líderes do MLN, o movimento perdeu sua força guerrilheira e deu seus primeiros passos para o caminho partidário. Dentre os presos em 1972, estava novamente Raúl Sendic, que havia escapado por meio da operação *“El Abuso”* no ano anterior e caiu novamente em mãos militares. A partir desse momento, como afirma Tau Golin (1986, p 12-13):

Raúl Sendic conheceria todo o barbarismo da ditadura uruguaia. Com a repressão desejando-lhe quebrar moralmente foi submetido aos mais degradantes suplícios. No próprio momento de sua prisão, com um tiro na cara que o havia desfigurado, levaram-no para o Hospital Militar, onde o operaram de pé e o trasladaram imediatamente para o Quartel de Passo dos Touros. Ali é reiteradamente torturado. Desse momento em diante, Sendic seria levado pelas prisões do Uruguai em constantes sessões de tortura e com a ameaça de que seria morto se os outros *tupamaros* não interrompessem as suas ações.

No mesmo ano, Mujica acaba sendo baleado e é levado como prisioneiro da ditadura militar. Ficaria mais de 13 anos em cárcere, juntamente com os demais líderes do movimento e prisioneiros políticos de um modo geral. Os anos de Mujica no cárcere foram igualmente desumanos. Ao longo das mais de quatro mil noites, pouco se tinha para fazer, já que o exército não permitia livros, jornais, nem ao menos a visão da luz do sol. Um constante zumbido era a prova irrefutável de que a solitária estava refletindo no sistema nervoso do *tupamaro*, que passava dias sem ver outra pessoa. A liberdade só viria em 1985, com o fim da ditadura e o retorno à democracia, momento em que de imediato Mujica retomou sua luta (BRUM, 2014, p. 64).

Com a derrota militar em 1972, os *tupamaros* – aqueles que não estavam em cárcere – ganharam força na esquerda legal do país e no cenário político, fora das vias armadas, embora o grupo viesse a ser suprimido pelo governo ditatorial no ano seguinte.

Entre 1973 e 1985, o Uruguai esteve em um regime ditatorial sob o modelo já implantado em outros países da América do Sul. Esse período é marcado por uma hibernação dos partidos políticos, desarticulação dos sindicatos, forte perseguição aos opositores políticos e grande influência da Escola Superior de Guerra brasileira. Neste momento, o Uruguai teve ainda cerca de 2.000 presos políticos, o que proporcionalmente tornou o país ‘líder’ em tal ranking no subcontinente do Cone Sul (ROSSI, 1982, p. 39).

É com este pano de fundo que Mujica teve sua formação. As experiências do contato com o campo, a militância *tupamara* e o período no cárcere formou essa figura folclórica que o mundo conheceu em 2010. As ações de Mujica durante sua chegada à presidência no século XXI refletiram muito o seu período de formação.

1.3. O processo de redemocratização do Uruguai

Entre as ditaduras militares sul-americanas, o sentimento de retorno à democracia era mútuo, principalmente no caso uruguaio, que teve com a democracia fortes relações desde sua independência em 1825.

O Uruguai apresenta um dos sistemas partidários mais antigos do mundo, equivalente ao sistema britânico, e consequentemente uma das democracias mais consolidadas e antigas do continente americano⁹. Algumas medidas universalizantes tomadas no século passado, ainda antes do Golpe de Estado de 1973, acabaram por consolidar essa democracia com base na representação, o que resultou em um dos países em que a população apresenta altos índices de confiabilidade na democracia. O próprio golpe de 1973 é resultado de uma política externa ligada aos EUA e da crise da agroexportação, que levou setores sociais a questionar o governo de democraticamente, seja pena ineficiência no combate as guerrilhas urbanas ou a não contenção da crise econômica.

Com a democracia interrompida durante a ditadura, o sistema democrático, passou por um reordenamento das forças políticas do país em que a extrema direita acabou por fechar vários partidos vinculados à esquerda, enquanto outros, como foi o caso da FA, foram colocados na ilegalidade, com suas atividades proibidas durante todo o período militar.

De acordo com Cabral (2006, p. 155), a consolidação da Ditadura no Uruguai pode ser dividida em dois momentos:

O primeiro, que se iniciou em 1973 e foi até 1976, com a transição feita por Juan Maria Bordaberry, e o segundo período, de 1976 até 1980, marcado pelo plebiscito que pretendeu reformar a Constituição. A partir do plebiscito, a Ditadura iniciou um acentuado declive que culminou em 1984, com o início do processo de "redemocratização" tutelada.

A construção do processo de redemocratização do país, compreende justamente esse período histórico, que vai desde o plebiscito em 1980 até o enfraquecimento do governo militar em 1984. O retorno oficial à democracia é marcado quando em 1º de março de 1985 assume o presidente colorado eleito no ano anterior, Julio Maria Sanguinetti. O processo de redemocratização traçado pelo país apresenta algumas características que o diferenciam de alguns de seus vizinhos.

⁹ A definição do Uruguai como uma das democracias mais antigas do continente é apontada por Moreira (2004) e Caetano (2015), que partem do princípio de que a população desenvolveu um alto índice de confiança neste modelo ao longo de toda a vida democrática do país.

O processo de redemocratização iniciado no país não decorreu de variáveis externas, como houve no caso argentino, com um exército fracassado numa atividade militar internacional, e nem foi de significado relevante o efeito das pressões diplomáticas exercidas por alguns países europeus pelo retorno à democracia.

Nesse processo, nem a mobilização social e nem a orientação do comportamento político e civil tiveram relações com organizações uruguaias estabelecidas no exterior. A independência das atividades realizadas por essas organizações acabou por apoiar as lideranças que atuavam no próprio país, não recorrendo assim à influência externa (RAMA, 1987, p. 200).

Em suma, a abertura democrática só foi possível devido ao fato de que os governos autoritários não conseguiram resolver os problemas estruturais que o país enfrentava e conciliar o Estado e a sociedade, apresentando com isso as falhas do plano econômico traçado desde 1973 e entrando então esse sistema em deterioração. A abertura inicial por parte das Forças Armadas acabou por beneficiar as mobilizações da sociedade e de grupos políticos (AGUIAR, 1984, p. 74-76).

Ainda dentre a construção desse retorno à democracia, o Uruguai pós-redemocratização presenciou uma democracia limitada e ainda vinculada ao sistema estabelecido pelo governo militar, mesmo que politicamente fora dos domínios deste. A tentativa de imposição de um projeto constitucional ainda acabou por apresentar forte presença militar, mesmo já no caminho para a retomada da democracia e esse caminho tendo sido consultado via plebiscito. O temor de grande parte da população naquele momento era de que,

o projeto constitucional fosse uma proposta de pseudodemocracia sob tutela militar e que não se houvesse realizado concessão alguma aos partidos tradicionais para obter apoio quanto à mobilização eleitoral e adesão à proposta. O projeto constitucional tinha disposições que violentavam as tradições políticas nacionais e eram inaceitáveis para os partidos: a exclusão da Frente Ampla, a primeira presidência em mãos de um candidato a definir entre os partidos Colorado e Nacional, um tribunal constitucional designado pelos militares e capaz de intervir entre os poderes legislativo e executivo, a substituição do sistema de representação proporcional pelo princípio de maiorias, assegurando a maioria absoluta nas Câmaras ao partido que obtivesse a Presidência da República.

Com a derrota da proposta do governo militar no plebiscito de 1980, o processo de redemocratização foi intensificado e apresentou uma sociedade que – ainda em silêncio – estava fortemente vinculada à sua tradição democrática tecida desde sua independência.

Continuamente ao processo de redemocratização, em 1982, foram realizadas eleições de autoridades partidárias de cunho não obrigatório entre os partidos tradicionais. A FA, que possuía grande parte de seus líderes e militantes no exílio, foi excluída do processo eleitoral. A exclusão da FA demonstrou ainda o autoritarismo do governo militar, que naquele momento pregava à sociedade um discurso destinado ao retorno da democracia e da participação popular. Como resultado dessa exclusão da FA, observa-se naquele momento um retorno dos partidos tradicionais com uma alta legitimidade perante a sociedade (CABRAL, 2012, p. 04-05).

Nas vésperas das eleições gerais, em 1983, teve início uma fase sequencial de acordos entre as Forças Armadas e os partidos tradicionais, a qual teve como pauta a situação socioeconômica do país. Todavia, em novembro do mesmo ano, após vários encontros sem sucesso e a promulgação de um novo Ato Institucional, observou-se um aumento nas manifestações sociais como forma de pressionar o governo militar, o que consequentemente desencadeou as eleições presidenciais de 1984. Após o golpe, a preocupação de alguns grupos era o retorno à democracia, embora os problemas crônicos do país e do continente de um modo geral não seriam solucionados de imediato, nem com o retorno da democracia em 1985.

Mesmo excluída das eleições gerais de 1984, a FA, que havia sido criada ainda antes do golpe, passou a ser uma das principais frentes no processo de redemocratização e de consolidação da democracia.

A inclusão da FA no sistema partidário é resultado ainda do processo de redemocratização, em que ela representava o maior agrupamento civil favorável à queda do sistema ditatorial, e teve - com muita dificuldade – uma participação efetiva nesse processo com sua consolidação no cenário político uruguaio; também remete à sua participação durante a queda do governo militar. O Uruguai no cenário político latino-americano pós-redemocratização se caracteriza como “um dos poucos casos de regime democrático liberal plenamente desenvolvido” (SERNA, 1999, p. 48).

Embora a análise de Serna seja desenvolvida sob a ótica dos governos liberais que pairaram no país após o fim da ditadura sul-americana, poucas transformações foram notadas na conjuntura política do país até a chegada da FA ao poder, visto que o contexto socioeconômico do país se manteve pautado no sistema neoliberal, sendo este período fortemente vinculado ao capital externo e à dependência tecnológica de outras nações, tendo – apesar do fim do bipartidarismo – alternância no poder entre os partidos tradicionais.

Com o fim efetivo da ditadura, a solidificação dos partidos políticos acabou por acarretar uma mediação entre o Estado e a sociedade, momento em que nas primeiras eleições após a ditadura estabeleceu-se um pluripartidarismo. Tais partidos entraram em cena com a função de consolidar a democracia e levar o Uruguai ao amplo crescimento econômico e social vivenciado na década de 1950. Nesse sentido, é importante observar os fatores que consolidaram a democracia no país e contribuíram para a redemocratização.

O caráter histórico também tem um grande peso no processo de redemocratização uruguaio e na conjuntura política de um modo geral. Dois eventos influenciaram diretamente nessa consolidação democrática, os quais são o *batllismo* e o contexto pós-militarismo da década de 1970. Esses dois fatores contribuíram ainda para a própria formação política de Mujica, haja vista a influência do *batllismo* na sua formação e a experiência no cárcere entre as décadas de 1970 e 1980.

O *batllismo* foi desenvolvido em meados do século XX, período em que o Uruguai foi um dos pioneiros na conjuntura sul-americana a instalar o *welfare state* (Estado de bem-estar social)¹⁰, durante o governo de José Batlle y Ordóñez, no início do século passado, acarretando notórios avanços sociais que perduraram no país até depois da Segunda Guerra Mundial. No pós-guerra, o reordenamento das forças políticas acabou por colocar em crise o longo período de desenvolvimento social pelo qual o país havia passado até aquele momento e causou um reordenamento nas forças políticas e econômicas do país (ROSSI, 1982, p. 17).

¹⁰ Vale ressaltar que as características que definem o Estado de bem-estar social no Uruguai só foram em si sustentadas pelo próprio sindicalismo, que se consolidou no país após os anos 1950 e pela própria burguesia agrária. Estes setores acabaram ainda por ser os responsáveis pelo suporte as ações do Estado no referido período.

O governo de Batlle marcou ainda uma série de alterações na estrutura do país. As mais significativas contemplam a criação de um Estado laico, reformas trabalhistas e de leis consideradas contemporâneas, como a Lei do Divórcio, promulgada em 1907. Historicamente o *batllismo* ainda teve como função a formação de um Estado unificado, uma vez que ficou a cargo de Batlle a solução de vários problemas entre *blancos* e *colorados*. Uma das realizações mais significativas neste período foi referente à criação de um Conselho Administrativo, já em seu segundo mandato. Esse conselho garantiu o direito de participação da oposição em 1/3 de participação no governo central (SIERRA, 1985, pp. 143 e 144).

O termo keynesiano de *welfare state*, ainda que idealizado em suma para o continente europeu, teve sua aplicação por alguns Estados latino-americanos a partir da década de 1930, na tentativa de combater o avanço do socialismo no continente. No caso uruguaio, as medidas tomadas por Jorge Batlle desencadearam uma série de melhorias na qualidade de vida da sociedade e foram positivas na consolidação democrática, embora não tenham sido suficientes para evitar o colapso da democracia em 1973, com o golpe de Estado. Porém, o batllismo e própria figura de Batlle contribuíram no período da ditadura para motivar movimentos sociais que comumente recorriam à figura histórica do presidente *blanco*.

Com o retorno à democracia - agora sob uma perspectiva schumpeteriana, vista apenas como forma eleitoral e restrita à participação efetiva - e com o início da redemocratização, governos pautados no neoliberalismo ascenderam no continente. A influência da socialdemocracia europeia chegava então à América Latina no pós-ditadura, entre o final dos anos 1980 e início dos anos 1990.

No caso de Pepe, que havia saído do cárcere em 1985, observa-se que a participação no MLN-T e o período em cárcere deixaram marcas físicas e ideológicas no ex-guerrilheiro. Como o próprio Pepe já declarou dezenas de vezes, menos de 24 horas após sua saída do cárcere já estava militando novamente, mais agora direcionado ao processo de redemocratização, não mais pelas vias armadas.

O cárcere gerou em Mujica a descrença na guerrilha como solução para os problemas daquele momento vivenciados pelo país. Outra descrença

observada em Pepe é referente ao socialismo. Mujica, que havia visitado a URSS durante a juventude, já perdera seu encanto pelo que vira naquele país. A forma como viviam muitos dos dirigentes históricos do partido soviético despertaram em Mujica questionamentos sobre a forma como o PCUS (Partido Comunista da União Soviética) conduzia o governo naquele momento (DANZA, TULBOVITZ, 2015).

Porém, é importante ressaltar que não obstante estar calejado pelo período em cárcere e pelo fracasso da via armada, Mujica manteve-se inclinado à política, embora não pensasse naquele momento em uma candidatura específica a algum cargo político. A participação de Pepe foi mais destinada a conversas pelo interior do país, numa tentativa de consolidar o processo de redemocratização, tal como muitos outros ex-presos políticos no país fizeram naquela transição. Mujica acreditava naquele momento que o retorno à democracia não seria uma tarefa das mais fáceis.

Como observa Adam Przeworski (1994, p. 96), quando ocorre o retorno à democracia, esta enfrenta dois grandes dilemas. Um está relacionado a forças antiautoritárias que devem ser unidas para a derrubada de um sistema autoritário. O outro é ligado ao próprio grupo favorável à democracia, que após seu retorno, deve se enfrentar para garantir as melhores posições na democracia e assim manter o sistema partidário democrático em vigência.

No caso uruguaio, o grupo que liderou o processo de redemocratização foi o mesmo que fora derrubado pelo governo militar em 1973, composto pelos partidos tradicionais (*Blanco* e *Colorado*) que marcaram a tradição bipartidária desde a independência do país. As outras forças políticas, como o caso da FA, que teve suas atividades suspensas e várias outras tentativas de partidos que durante a ditadura tiveram sua existência proibida, não apresentaram tanta força no jogo democrático como os partidos tradicionais.

A realidade uruguaia pós-1985 foi semelhante em alguns aspectos com a dos países vizinhos. O primeiro evento efetivo pós-redemocratização foi a adoção por muitos presidentes ao neoliberalismo, ainda nos anos 1990, que ao chegar ao poder acabou por enfraquecer a esquerda, pois ele desmobiliza os sindicatos, que eram os principais mecanismos de participação utilizados pela esquerda. No Uruguai, esses governos neoliberais realizaram uma série de reformas que inicialmente visavam a estabilizar a economia.

O primeiro caso foi em 1994, quando Julio María Sanguinetti assumiu a presidência uruguaia. Até então, uma série de tentativas de reformas liberais já haviam sido feitas, todas sem sucesso. O grande legado de Sanguinetti em seu segundo mandato consistiu em uma proposta de reforma mais profunda baseada em um diagnóstico mais completo dos problemas do sistema previdenciário e uma análise cuidadosa de cada um dos obstáculos às mudanças (COUTINHO; LIMA, 2007, p. 114).

Naquele momento, o Uruguai viu-se obrigado a realizar as ditas reformas liberais as quais ocorreram principalmente no setor previdenciário, visto que no período ditatorial o governo militar não realizou mudanças nesse setor e “o Uruguai tinha um sistema previdenciário de ‘benefício definido’ que pagava muito mais aos beneficiários do que recebia em contribuições” e assistia a um acelerado envelhecimento de sua população (COUTINHO; LIMA, 2007, p. 213).

As reformas propostas por Sanguinetti foram aprovadas pelo parlamento em 1996, criando um sistema previdenciário híbrido. O funcionamento dessas reformas ocorreu de forma que:

os trabalhadores têm suas próprias contas e sabem o quanto depositaram nelas – com o princípio de solidariedade e benefícios públicos. O Banco da Previdência do Uruguai continua a administrar um pacote básico de benefícios que está disponível para todos os cidadãos, enquanto uma combinação de companhias públicas e privadas de administração de fundos de pensão administram contas individuais. Os contribuintes podem escolher qual dessas companhias, conhecidas como AFAPs pelas suas iniciais em espanhol, irá administrar suas contas (COUTINHO; LIMA, 2007, p. 112).

As reformas estabelecidas por Sanguinetti puseram o país em um clima de crescimento econômico e resultaram em investimentos exteriores nos anos seguintes. Entre o governo de Sanguinetti e a ascensão da FA ao poder (2005), o país teve sua reinserção no cenário comercial mundial e uma participação na integração regional, devido à sua efetiva participação no MERCOSUL.

Neste sentido, a conjuntura política pós-ditadura passou efetivamente de um bipartidarismo polar para um multipartidarismo bipolar, e a FA, incluindo o Movimento de Participação Popular (MPP), que abriga os antigos

guerrilheiros e simpatizantes *tupamaros*, veio ganhando força ao longo das décadas de 1980 e 1990, resultando na chegada ao poder presidencial em 2005, com a vitória de Tabaré Vázquez, seguida pela de José Mujica (2009) e elegendo novamente Vázquez (2015).

Nos governos de centro-esquerda (Vázquez e Mujica), a participação popular continuou sendo ampliada, numa tentativa de envolver a sociedade e ampliar a participação social. A título de exemplo, pode-se citar o referendo convocado por Mujica em setembro de 2014 para a constatação da aprovação da lei referente à legalização do aborto, em que cerca de duzentas mil pessoas participaram, porém sem a necessidade da convocação de um plebiscito. Esses e outros eventos apresentaram o processo de consolidação democrática que o país veio tecendo ao longo dos anos.

2. OS SONHOS REVISITADOS

2.1. A consolidação da Frente Ampla e o retorno à vida política

Após o retorno à democracia, Mujica e os demais presos políticos tiveram de volta sua liberdade e a FA saiu da ilegalidade e retomou suas atividades. O clima político no país naquele momento era de extrema desconfiança no Estado pela sua deterioração durante os governos militares, resultando em altos índices inflacionários e altas taxas de desemprego. A esperança na democracia, contudo, logo foi reestabelecida no país, voltando a ser vista como a melhor forma de governo.

É necessário realizar um panorama da democracia no país e da forma como ela foi desenvolvida e seus respectivos significados para a população celesite. Observa-se que a democracia uruguaia esteve - salvo em alguns isolados momentos (1933 e 1973) - vinculada ao modelo de democracia consensual, proposto por Arend Lijphart (2011). Neste modelo, tal como aponta a autora, ocorre uma oposição a definição básica de interpretar a democracia, onde as majorias devem governar e as minorias devem fazer a oposição. Nesse sentido, interpretações mais profundas do conceito definem a definição básica até como antidemocrática, como é o caso da análise do conceito consensual, aplicado em parte também na Suíça e Bélgica.

No modelo consensual, embora uma sociedade heterogênea, como é o caso da uruguaia, o modelo se torna fundamental para o funcionamento de um sistema partidário tão bem definido, pois se baseia numa alternativa ao modelo exclusivamente majoritário e em outras concepções exclusivamente participativas.

Especificamente no caso uruguaio, de acordo com Chasqueti e Buquet (2004, p. 229), “a democracia se estabeleceu no país por consenso e a engenharia institucional estabeleceu a regra do consenso como fundamento básico da convivência democrática”. Durante a maior parte da vida democrática do país, os partidos tradicionais alternaram o poder de forma equilibrada, caracterizando com isso o que alguns autores defendem como o já mencionado bipartidarismo uruguaio, rompido com a ascensão e consolidação da FA.

Esse sistema partidário bem definido e antigo concedeu ainda à democracia uruguaia uma alta confiabilidade e grande autonomia no processo democrático e na política de um modo geral, dando uma série de particularidades ao sistema partidário e democrático do país, principalmente se analisado de forma comparativa aos casos dos vizinhos sul-americanos, com um passado histórico semelhante.

A consolidação democrática uruguaia e o rearranjo dos partidos políticos tornaram-se assim centrais na cultura democrática uruguaia, dando ao país altos índices de participação popular ao longo de sua vida democrática. Constanza Moreira (2004) defende que embora o sistema partidário seja central na cultura democrática uruguaia, a confiabilidade e o envolvimento por parte da população esteve em declínio nas últimas décadas.

Vários são os fatores para essa queda no envolvimento político, dentre os principais: a) a descrença na democracia pós-ditadura; b) a ausência de transformações mais profundas pelos governos pós-redemocratização; e c) a não abrangência das políticas públicas a todas as instâncias sociais.

Nota-se ainda que essa descrença na política e na democracia de um modo geral não foi evidenciada somente no Uruguai, mas em todos os países em que a ditadura colocou suas garras via Operação Condor entre as décadas de 1960 e 1970, trazendo o autoritarismo por parte do Estado, a inibição da liberdade de expressão e de várias liberdades civis e deixando suas marcas mesmo após o processo de retorno à democracia, consequentemente refletindo na participação e na confiabilidade na democracia. Por se tratar de uma democracia predominantemente pautada na representatividade, esse modelo contribuiu com a história política uruguaia desde sua origem. Este modelo contribui ainda para a solução de múltiplos problemas econômicos e sociais em épocas autoritárias e de crises.

Guilhermo O'Donnell (2011, p. 43-44), precursor do conceito de democracia delegativa e crítico do modelo exclusivamente representativo, defende que a democracia em si é aprofundada pela participação efetiva do “agente”, uma vez que o indivíduo não é parte apenas como eleitor em um processo democrático, mas também atua como uma peça fundamental com suas refletivas particularidades. Na visão do autor, o agente é o indivíduo que possui a razão prática e o discernimento moral, utilizando sua capacidade

intelectual para a tomada de decisões sobre uma situação ou objeto. Ou seja, ele é o melhor juiz.

O modelo de democracia delegativa, embora não observado no país em todas suas esperas, está presente na forma como a qual a sociedade civil passou a se organizar a partir do processo de redemocratização, quando observa-se uma intensificação nos sindicatos e associações para a tomada de decisões de abrangência local.

No que se refere ao próprio país, nota-se que a sua história política é ainda marcada por uma forte relação bipolarizada em seu sistema partidário desde sua independência (1825), quando os partidos *Blanco* e *Colorado* se alternaram no governo presidencial de forma equilibrada, situação que só foi rompida em 2005, com a chegada de Vázquez ao poder por meio da FA.

A relação bipartidária entre os partidos tradicionais configurou-se ainda no início do século XX, representando uma divisão política e ideológica entre o campo e a cidade¹¹, quando cada partido foi responsável por angariar os interesses desses grupos específicos. Mesmo com a eclosão de alguns partidos em períodos anteriores, o efetivo bipartidarismo só fora rompido com a FA, visto que as tentativas de partidos anteriores a 1971 não se configuraram uma oposição representativa ao sistema bipartidário. A esquerda uruguaia ganhou força e angariou eleitorado ainda na década de 1950, embora sem força política efetiva naquele momento, uma vez que não obtivera mais que 10% dos votos. Os grupos de esquerda naquele momento, seja por via partidária ou por movimentos de guerrilha, viam em eventos externos a possibilidade de romper o bipartidarismo e ascender ao poder.

Foi nesse anseio que se constitui a Frente Ampla (FA) em 1971, com o objetivo de romper com o bipartidarismo e dar início a um multipartidarismo moderado. O surgimento da FA explica-se no contexto em que ocorreu, pois o recém-partido angariou um espaço político independente, ou seja, eleitores que não se identificavam com as duas forças partidárias dominantes. Tal vazio é

¹¹ A relação campo/cidade no Uruguai é marcada não somente pela consolidação dos partidos tradicionais, mas também pela própria desigualdade tecnológica e educacional, onde áreas externas a Montevideu são as definidas como “campo”, fazendo referência ao interior do país, que diferente da capital muitas vezes acaba recebendo menos investimentos do governo central.

resultado do pós-guerra, momento em que o Uruguai inicia a gestação de seu terceiro partido num período de recessão econômica (MOREIRA, 2004).

A fundação da FA no contexto em que surgiu, angariando grupos heterogêneos da esquerda uruguaia, foi influenciada pela crise estrutural do sistema político uruguaio e de suas reformas, como a inclusão do voto obrigatório. A coalização denominada *Frente Amplio* (FA) constituiu ainda um espaço orgânico para a confluência de diversas forças políticas e sociais, preocupadas então com a rápida e avançada deterioração das instituições democráticas e a queda dos índices sociais e econômicos, nos quais o país havia se destacado em meados de século XX (CHAVEZ, 2004).

Nesse sentido, a consolidação da FA enquanto partido político só foi possível no momento em que “a conjuntura histórica lhe permitiu e quando houve vontade estratégica e capacidade política para fazê-la”, já que até 1971 a ideia de um partido de esquerda era apenas um sonho da militância. Assim, a FA surgiu angariando grupos políticos e militantes, principalmente da esquerda, que não se contentavam com os resultados apresentados pelos partidos tradicionais em anos anteriores. O processo iniciado pela FA em 1971 acabou ainda por tornar a FA a principal coalizão partidária do país, e logo no início do século XXI a fracionalização partidária foi o principal fator responsável pela ascendência e consolidação política (MOREIRA, 2004, p. 29).

A respeito desta fracionalização ideológica e política, alguns autores defendem que ao longo de sua história a FA passou por processo de tradicionalização, como é o caso de Rosario Queirolo (1999), que trabalha com a ideia de que essa expressão no caso *frenteamplista* tenha ao menos três significados distintos. O primeiro deles é referente à própria tradicionalização política, como o uso de símbolos e referenciais históricos, os quais formam a identidade da coalizão partidária. O segundo é referente ao surgimento de “famílias *frenteamplicas*”, em que pais e filhos seguem votando no partido desde sua criação. O último, muito utilizado por lideranças sindicalistas e analistas políticos, é referente à aproximação ideológica que a FA sofreu dos ideais dos partidos tradicionais, tornando-se um partido tradicional, juntamente com o PC e o PN.

Todavia, vale ressaltar que a análise feita por Queirolo descreve uma FA da década de 1990, que tentava sem sucesso sua chegada à presidência. A

mesma autora ainda ressalta que alguns jornais e periódicos de esquerda tratam essa tradicionalização de forma negativa, porque simplificam o processo de transformação ideológica da FA em apenas mais um partido, não uma coalizão de esquerda com suas peculiaridades, excluindo os objetivos do partido em suas bases pragmáticas e a própria história de resistência que a coalizão representa para a democracia do país.

Mesmo chegando ao poder presidencial em 2005, a esquerda uruguaia teve uma série de resistências a enfrentar, como pressões internas e externas de caráter econômico, social e político. A eleição de Vázquez representa para a conjuntura política do país a ruptura efetiva com o bipartidarismo. Para a esquerda, além do fato histórico do primeiro governo dessa ideologia a chegar ao poder, a eleição de Vázquez é resultado de uma luta que tivera início ainda antes da ditadura, que sobreviveu, mesmo com toda pressão, perseguição, exílio e ilegalidade instaurada entre 1973 e 1985.

A partir de 2005, a FA inicia o processo de colocar em prática os ideais da coalização defendidos desde a década de 1970. Os governos *frenteampelistas* – Vázquez (2005-2010 e (2015-atual) e José Mujica (2010-2015) - buscaram uma aproximação regional, melhorias na qualidade de vida da população por meio de programas sociais e a ampliação de políticas públicas aos diversos setores da sociedade, embora duramente criticados em diversos aspectos.

Para a consolidação destes projetos sociais, ambos os governos contaram com a própria história política do país. Isso ocorreu pelo fato de o Uruguai ser uma das poucas exceções na América Latina que obteve sucesso em conciliar ao longo de sua história uma agenda política de cunho deliberativo com uma destacada orientação para a economia de mercado (CARIBONI; MORAES, 2014).

Seguindo a tradição democrática do país, a FA estabeleceu como objetivo em seus governos, autodenominados progressistas, uma tentativa de implementação de reforma do Estado, buscando mecanismos para que ocorra a efetiva participação dos cidadãos no processo de tomada de decisões e em mecanismos com a finalidade de aprofundar a democracia, como plebiscito e um diálogo mais próximo com as classes menos favorecidas.

A reforma de um Estado de cunho progressista ocorreu nesse caso pelo aprofundamento desses mecanismos de participação, ampliação de políticas públicas e redução de desigualdades sociais, realizando investimentos em projetos e programas nas mais distintas organizações da sociedade civil. É sobre essa forma de organização do Estado e de participação democrática que a FA defende suas bases pragmáticas e se apresenta como uma alternativa na relação entre o Estado e a sociedade por meio de uma participação efetiva, apoderando os cidadãos e criando canais efetivos de participação. Para ilustrar como essa tentativa de ampliação democrática ocorreu, é necessária uma análise, ainda que sucinta, de algumas das principais realizações de Vázquez e Mujica à frente do Executivo.

Não obstante a gestão de Vázquez ter sido pautada no modelo progressista da FA, algumas ações do presidente alinharam-se ao conservadorismo, como o veto de uma normativa sobre a descriminalização do aborto em 2008. Vázquez, que é médico oncologista por formação, buscou solucionar problemas crônicos da economia do país e desenvolver as áreas sociais, principalmente saúde e educação e, de acordo ele, foi com base nessa formação que militou contra e vetou a primeira normativa a respeito do aborto no país.

Logo nas primeiras declarações à imprensa, Vázquez elencou seus objetivos, aspirando a uma ruptura com as agendas de governo das gestões anteriores e apresentando os caminhos para uma esquerda progressista. Uma das suas primeiras ações, no ano de 2006, foi a criação do *Ministerio de Desarrollo Social* (Mides), responsável pela administração das políticas sociais nacionais, contribuindo com o desenvolvimento de cenários de participação social e que permitiram o fortalecimento da cidadania.

A criação do Mides, apesar de duramente criticada pela oposição, teve em vista a descentralização da área de desenvolvimento social, que até então sobrecarregava outros ministérios, dificultando o repasse de recursos e a criação e fiscalização de políticas de significativa amplitude. Ainda como objetivos do Mides, estão a criação, coordenação e supervisão de planos, programas e projetos sociais, políticas que atendem as áreas da juventude, da mulher e da família, almejando uma política social redistributiva de caráter progressivo.

Nota-se então a criação de ações que visavam à participação social e ao fortalecimento da cidadania ativa, realizando a integração de seus protagonistas com Estado. A partir da criação do Mides, por meio do decreto N° 286/2006, as políticas sociais ganharam um espaço mais abrangente no plano de gestão uruguaio, contribuindo para o desenvolvimento de políticas mais amplas e inclusivas.

O caminho para a construção de um governo progressista foi intensificado com o aprimoramento dos *Consejos Sociales Departamentales* (CSD), como iniciativa do Mides, o qual promoveu espaços de discussão para a tomada de decisões sobre questões específicas de cada departamento. Por meio do CSD, a população acabara por ter acesso direto à tomada de decisões sobre seu departamento, bem como participação efetiva na elaboração de políticas públicas, o que funcionou como espaços de aproximação entre a sociedade civil organizada e o Estado. O diferencial do CSD de outras formas de participação mais tradicionais é o seu conceito de participação e intervenção de cidadãos em atividades públicas, no auxílio da construção de identidades sociais coletivas (ARMAS; LUZURIAGA; MACHADO, 2010).

Após a criação do Mides, o próximo passo de Vázquez foi no quesito políticas públicas, e ainda em 2006, foi proposto o *Plan de Conectividad Educativa de Informática Básica para el Aprendizaje en Línea (Plan Ceibal)*, que previa a distribuição de um *laptop* para cada estudante e professor da rede pública. De acordo com Rivoir e Lamschtein (2012, p. 15):

O programa está baseado no projeto *One Laptop Per Child* (OLPC), proposto por Nicholas Negroponte, do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT). O *laptop* que se entrega aos estudantes de Ensino Fundamental, de 1° a 6° ano, é especialmente desenvolvido para tal faixa etária e para uso exclusivamente educativo. As crianças são donas do computador e, portanto, levam consigo aos lugares que frequentam. Esta experiência significa outra aposta de inovação, já que seu uso não é apenas em sala, mas também fora dela.

A proposta do *Plan Ceibal* entra em pauta a partir de uma agenda internacional de promoção da tecnologia em distintas esferas da sociedade de países em desenvolvimento, trazendo a ampliação da participação em rede. O

projeto surgiu ainda como resposta a uma necessidade de reduzir a desigualdade de acesso à tecnologia no país e como uma alternativa ao processo de ensino aprendizagem, seguindo o modelo já adotado por alguns países desenvolvidos.

A ideia de reduzir as desigualdades internas de tecnologia do país remonta ainda à década de 1990, junto às reformas sociais realizadas então. Ao apoiar o projeto, Vázquez e a FA implementaram as ações do programa possibilitando a consolidação do programa de governo da coalização partidária. O programa ainda se concebeu como uma peça chave para o desenvolvimento de uma sociedade da informação e do conhecimento, inclusiva e democrática (RIVOIR; LAMSCHEIN, 2012).

Entre 2007 e 2008, o programa passou por um processo de expansão, com objetivo de cumprir sua meta de atender toda a rede pública de ensino. Observa-se ainda que o projeto em suma foi muito bem recebido pela população uruguaia, o que fez com que Vázquez tivesse um alto índice de aprovação ao deixar o governo em 2010.

Ainda como medidas adotadas pelo primeiro governo *frenteamplista* e por meio do Mides, estão as políticas públicas dentro do denominado *Plan de Atención a la Emergencia* (PANES), que se desmembraram em vários programas menores e específicos para a população menos favorecida, com vistas à diminuição da desigualdade social. Nesse projeto, encontravam-se propostas de distribuição de renda e abrigo temporário a moradores de rua. Em 2007, o PANES deu lugar ao *Plan de Equidad*, que foi composto por uma série de reformas estruturais nos mais variados órgãos de prestação de serviço por parte do Estado à população.

Em suma, o *Plan de Equidad* teve como função fortalecer os dispositivos públicos existentes, introduzir transformações substantivas na organização de estruturas e de instrumentos de proteção social, bem como melhorar visivelmente a provisão e regulação de serviços sociais, na tentativa de desenvolver parâmetros politicamente aplicáveis e integração de justiça social, com a finalidade última de assegurar o bem-estar da população (ARMAS; LUZURIAGA; MACHADO, 2010).

As ampliações de outros mecanismos de participação já existentes ainda encerraram o governo de Vázquez, como o Debate Educativo (DE) e os

Consejos de Salarios (CS). O DE, impulsionado pelo Ministério da Educação e Cultura veio, junto ao Plano Ceibal, configurar-se no cenário nacional como um novo mecanismo de participação, para que as propostas de leis para a educação fossem debatidas junto à população.

Ainda que existentes desde 1943, os CS estiveram em evidente descanso em décadas anteriores. A partir de 2005, com a retomada dos CS, enquanto mecanismos de reivindicação salarial e melhores condições de trabalho, tal órgão volta a colocar-se como um mecanismo de participação e defesa dos direitos trabalhistas por meio do movimento sindical alicerçado no Estado.

Por fim, o *Consejo Económico Nacional* (CEN), oficializado em 2006 por iniciativa do Executivo, veio como uma forma de participação reformulada, dando caráter institucional ao sindicalismo. Como membros do CEN estão profissionais de distintas áreas, empresários, universitários e consumidores, representantes de um mecanismo de participação horizontal (ARMAS; LUZURIAGA; MACHADO, 2010).

Com estas medidas, Vázquez encerrou o governo deixando as portas sociais e econômicas abertas ao seu sucessor, o também *frenteamplista* José Mujica. Ao deixar o governo, Vázquez deixou um crescimento de cerca de 3% do PIB uruguaio, mesmo com toda a reforma e implementação nas políticas sociais desenvolvidas em seus cinco anos de governo.

A postura adotada pelos governantes *frenteamplistas* no tocante à elaboração e à aplicação de políticas públicas no Uruguai a partir de 2005 esteve associada ao modelo de *multiple streams*, proposto por John Kingdon (1995). Nesse modelo, pautado pela necessidade de formulação e aplicação de políticas públicas, os governantes *frenteamplistas* estiveram à frente do projeto e acabaram por ganhar notoriedade nacional e internacional, buscando a solução de problemas evidenciados na sociedade uruguaia.

A aplicação dessas políticas públicas pelos governos *frenteamplistas* só foi possível a partir da década de 1990, justamente pelo processo de redemocratização já estar solidificado e o Uruguai assemelhar-se em vários pontos com outras nações sul-americanas.

Na América do Sul de um modo geral, o desenvolvimento econômico, que acabou por ocorrer de forma tardia, devido a fatores históricos e externos,

como a colonização e a grande influência dos Estados Unidos e a implantação da doutrina neoliberal até o fim do século XX, influenciou também uma implantação tardia de políticas públicas voltadas para uma parcela significativa da população que representaram avanços efetivos na aplicação de tais políticas. Essas influências externas, somadas aos governos militares deram a alguns desses países um grande atraso, que comumente é atribuído à dependência externa observada em alguns momentos históricos.

Ruy Mauro Marini, em “A dialética da dependência” (2000, p. 08) critica a forma de desenvolvimento cepalina e seus insucessos para o continente, já notados na década de 1960. Ele expõe suas limitações e formula uma

teoria que articula o processo de inserção das formações sociais periféricas no sistema capitalista mundial com as modalidades de acumulação e de exploração da força de trabalho. Competindo em inferioridade de condições, não apenas pela chegada tardia ao mercado internacional, como pelo grau menor de desenvolvimento das forças produtivas, as burguesias periféricas buscam compensar esse déficit com a superexploração do trabalho, uma combinação da mais valia absoluta com a mais-valia relativa e com a intensificação na exploração da mão-de-obra.

A teoria da dependência dialética analisada por Marini expõe os problemas resultantes de uma industrialização tardia e de uma mais tardia ainda independência econômica pela qual passou o continente, e que no caso uruguaio, devido às restrições da dimensão territorial fizeram com que o país tivesse que se adaptar a um mercado externo, devido às suas características de agroexportador. Assim, a crítica de Marini é voltada ainda para um desenvolvimento econômico dependente, que é resultado de uma dependência externa e embora o país tivera na década de 1950 um desenvolvimento social diferenciado do restante de seus vizinhos, a base econômica ainda era pautada na exportação de produtos primários, e o período ditatorial representou dificuldades para uma recuperação econômica e social, que só foi observada no final dos anos 1990, coincidindo com o período de consolidação da FA.

2.2. A experiência política prévia

Ao observar a história de vida de Pepe, nota-se que apesar de já atraído pela militância política e identificado com alguns ideais do marxismo e do socialismo desde muito cedo, tais vertentes não prosperaram no Uruguai de meados do século passado. Na década de 1950, quando do surgimento dos primeiros partidos socialistas no Uruguai, Mujica viu-se atraído pela obra de Vivian Trías. Trías despertou em Mujica o espírito revolucionário ao analisar o movimento operário mundial e a própria história da vertente socialista, tendo o historiador publicado vários livros sobre esses temas.

Porém, nota-se que naquele momento, tanto o Partido Comunista via frente FIDEL (*Frente Izquierda de Liberación*) ou ainda qualquer outra tentativa de partido de esquerda não obteve sucesso nas eleições. Esse fracasso eleitoral era decorrente da forma como as informações chegavam e eram interpretadas pela população uruguaia, para quem muitas vezes o conceito de comunismo já vinha carregado de um discurso negativo que acabaria por tornar-se dominante, não só no Uruguai, mas em grande parte da América Latina.

Foi ainda naquele momento que Mujica filiou-se ao PN e posteriormente concorreria à prefeitura de Montevideu. Sua estadia no PN foi curta e muito influenciada pela militância de alguns familiares naquele partido. Embora curta, essa estadia junto ao PN contribuiu para sua experiência política, uma vez que o PN, ao lado do PC, fazia parte dos partidos tradicionais do país, que estiveram presentes desde o nascimento da democracia no país.

Porém, a escalada política ocorreria muito depois de sua filiação ao PN. A estadia de Mujica no PN durou até sua entrada no MLN-T, na década de 1960. A militância junto ao MLN-T culminou com sua prisão em 1972, tendo sua saída do cárcere somente em 1985. É após este período que a vida política de Mujica teve início. Em menos de dez dias de liberdade, Mujica, visivelmente debilitado pelo cárcere, proferiu um discurso histórico, no qual afirmava não guardar rancor e reafirmava uma necessidade da consolidação democrática. No referido discurso, Pepe afirmou que:

Somente uma atitude democrática permitirá uma maturação política massiva dessa imensa potencialidade, temos que ser democráticos, tremendamente democráticos. É a hora de deixar claro que entre o dilema do centralismo ou a democracia, temos que inclinar-nos pela democracia. Por isso, porque aprendemos, porque já tivemos isso claro, porque estamos velhos, porque temos consciência lúcida de que logo teremos que marchar pelo caminho da natureza, por tudo isso estamos convencidos de que vamos a ser a força política que englobe a juventude, a coisa essencial da juventude do país. Porém vamos compartilhar essa juventude com todos aqueles que se movam em uma direção essencial bastante similar, que se movam pelos mesmos objetivos [...]. Também as organizações políticas são circunstâncias, são etapas, são instrumentos. Estamos e estaremos com todos aqueles que lutam por um passo de progresso, e se às vezes não podemos chegar mais longe, será porque sabemos que objetivamente as condições não nos permitem mais, porém não vamos mentir, nem ontem e nem hoje, reformistas (GILIO, 2010, pp. 39-40).

O trecho da fala de Pepe em março de 1985, representa bem o que se observou na figura do Mujica político, seja na presidência ou ainda nos cargos que anteriormente ocupara. Esse histórico discurso deu ainda a Pepe e aos demais *ex-tupamaros* que dele participaram grande visibilidade e a insistência na democracia representava uma tentativa de aproximação da população e de um país que estava saindo de uma sequência de governos autoritários, ao mesmo tempo em que reafirmava que o passado *tupamaro* havia ficado para trás.

O retorno de Mujica à política ocorreu quando de sua filiação à FA em 1989, via MPP, que angariava *ex-tupamaros*, configurando-se como uma ala mais ortodoxa da coalização de esquerda. Em 1994, após ter a figura consolidada e ter sido convencido por amigos partidários, Mujica candidata-se e é eleito como deputado pela FA. Nascia então a figura que o mundo passaria a conhecer em 2010: irreverente, sem papas nas línguas e com a austeridade como forma de vida. Logo em seu primeiro discurso como deputado, já mostrara a que viera: defender sua origem, o campo. Nesse discurso, Pepe fez apologia à vida no campo e ao sofrimento deste setor perante o governo, dirigindo-se ao homem do campo, que futuramente seria sua base de apoio para chegar à presidência (PERCY e DÍAZ, 2015, p. 43).

Durante o mandato como deputado, Pepe raramente aparecia na mídia e, quando o fazia, eram aparições estritamente formais ou registradas em

locais públicos, durante seus afazeres diários. A adaptação de Mujica a esse novo cenário político ainda estava em curso. O cárcere havia marcado profundamente seus ideais e aquilo que havia defendido durante o MLN-T, tinha que se adaptar a uma nova realidade, com a chegada ao parlamento.

O apoio popular que Mujica angariara durante seu mandato como deputado fez com que disputasse e vencesse em 1999 as eleições para o Senado. Nessa etapa, ele já buscou aproximar-se de diversos setores da sociedade e tratou de destacar sua personalidade.

O senador Mujica multiplicou suas aparições na mídia para falar sobre a crise. Seu estilo direto e descontraído o transformaria em um dirigente muito popular e com grande aceitação entre os setores mais humildes. O Mujica comunicador e midiático utilizou um recurso pouco frequente na classe política: dizer o que pensa. E muitas vezes, a incontinência verbal iria lhe trazer grandes problemas (PERCY e DÍAZ, 2015, p. 44).

Foi com esse estilo, como observado por Percy e Díaz, que Mujica tratou a crise de 2002, quando vários países da América do Sul sentiam grande recessão econômica, devido à queda na exportação de produtos primários. No contexto, Pepe buscava dialogar com agricultores e pequenos proprietários de terras, trazendo muitas vezes suas dores para o Senado, o que acabou desagradando grande parte da direita e alguns membros da própria FA.

A proximidade com as camadas do campo caracterizava cada vez mais o “Mujica político”, que sempre fez referência ao seu trabalho com o campo; e este foi um dos principais fatores pelos quais foi convidado por Vázquez – mesmo ambos não possuindo uma relação tranquila - para ser ministro da Pecuária, Agricultura e da Pesca em 2005. A chegada de Mujica ao ministério foi primeiro grande passo em direção à presidência, embora sua liderança no ministério tenha sido criticada por muitos, devido à forma como conduziu tal ministério.

Uma das medidas mais populares desse período foi a redução do preço das peças de carne mais consumidas pelos uruguaios. Essa medida, que foi batizada de “churrasco do Pepe”, teve como base o diálogo traçado por Mujica no interior do país com pecuaristas e agricultores, expondo sua posição e incentivando pessoalmente a produção. Na prática, o que fez o preço ser

reduzido foi a chegada da carne uruguaia ao mercado asiático e a própria recuperação da crise, que até meados de 2004 havia assonado a economia do país. Foi nesse contexto também que o então ministro da Economia, Danilo Astori, assinou com os Estados Unidos um Tratado de Livre Comércio, com vistas a impulsionar as exportações do país (PERCY e DÍAZ, 2015, p. 45).

A medida de Astori despertou em Mujica e em parte da esquerda certo descontentamento pelo fato de que a ação colocava o Uruguai no centro de um mundo globalizado e capitalista, que embora Mujica criticasse, reconheceu posteriormente a necessidade econômica para o país. Como consequência direta desses fatores e das medidas, tanto de Astori quanto de Pepe, o Uruguai voltou a fortalecer o seu mercado agroexportador.

Em 2008, com a popularidade já consolidada, Pepe passou a ser questionado por dezenas de jornalistas e amigos próximos se almejava a presidência. Até aquele momento, em todas as ocasiões havia negado. Os argumentos eram referentes à própria idade avançada e a questões de saúde, uma vez que havia ficado de cama meses antes. Para completar, não escondia suas desavenças com Astori – que não escondia sua intenção de candidatura para 2009 – e Vázquez.

A experiência prévia de Mujica fez com que gradativamente a possibilidade de disputar a cadeira presidencial saísse do plano das ideias. No ano de 2008, quando a popularidade de Mujica já estava consolidada, sendo resultado de seus cargos anteriores, ele renunciou ao cargo de ministro e deu os primeiros passos para sua caminhada rumo à presidência da República. Sua candidatura representou ao MLN-T um fato histórico, uma vez que antes nenhum membro havia participado de eleições presidenciais.

Naquele ano, muito se questionou sobre a candidatura de Mujica. Alguns passaram a disseminar uma ideia oposta ao caminho político escolhido pelo *ex-tupamaro* naquele momento. Distintos argumentos apontavam que ele não estaria apto para o cargo, já que se caracterizava mais como um dirigente de massas, não como um chefe político, como afirmou por inúmeras vezes Ernesto Agazzi.

O também *ex-tupamaro* Julio Marenales, por sua vez, fundador e representante da ala mais tradicional do MLN-T, afirmava que Mujica não poderia ser presidente uma vez que o cargo exigia ações e medidas às quais

um verdadeiro *tupamaro* não poderia se submeter. Apesar da declaração, Marenales foi um dos primeiros dentro do MPP a apoiar a candidatura de Mujica.

Para outros, o temor naquele momento era referente ao passado guerrilheiro de Mujica. Outros, membros da FA, acreditavam que esse passado pudesse interferir negativamente na angariação de votos para a coalizão. Este receio era consequência direta dos resultados em eleições passadas, quando o passado ex-guerrilheiro dos candidatos era levantado e colocado pela mídia e pela oposição de forma negativa (ISRAEL, 2010, p. 130-131). Oficialmente, a candidatura de Mujica foi declarada apenas no fim de 2008, após várias consultas populares e um acordo inédito entre o MPP e o PCU (Partido Comunista Uruguaio), que abriu mão de apresentar Constanza Moreira como pré-candidata e decidiu apoiar Mujica.

Marenales, representante do núcleo mais ortodoxo do MLN-T, foi um dos primeiros a identificar as três principais camadas de apoio de Mujica¹² no caso de uma possível candidatura:

O dos nossos ombros, porque nós o apoiamos como pudemos no Movimento. O de sua própria história, porque Pepe vem do trabalho com a terra, nunca sentiu o peso da bota do patrão e sempre trabalhou mais ou menos por conta própria. E o dos mais pobres. Foram esses os fatores que o levaram à Presidência. Por isso Pepe tem um grande compromisso com a gente humilde. E temos que ajudá-lo a cumprir esse compromisso (PERCY e DÍAZ, 2015, p. 48).

Em 2009, após várias reuniões de opinião e conversas informais, Mujica foi indicado pelo MPP para participar da eleição interna da FA, tendo naquele momento Danilo Astori como seu maior concorrente, que posteriormente seria vice-presidente de Mujica, além da figura de Marcos Carámbula. Após a vitória interna, Mujica iniciou então sua campanha eleitoral em nível nacional, marcada por longas visitas ao interior do país, diálogo com a população e exposição de suas propostas. Ali, o futuro líder colocava em prática suas características carismáticas e de bom ouvinte.

¹² A observação de Marenales representa os fatores pessoais que contribuíram para a ascensão de Mujica à Presidência, que somados ao austero estilo de vida, à própria cultura política do país e às realizações de Mujica enquanto presidente, deram a grande visibilidade que Pepe e o Uruguai receberam a partir de 2010.

Mesmo após a vitória nas eleições internas, Pepe ainda enfrentou muita dificuldade na campanha presidencial. Inicialmente, sua ideia era uma campanha tal como havia feito em todas as demais vezes que fora candidato, baseada na informalidade e nas relações interpessoais. Seus sonhos, contudo, não foram bem colocados em prática.

A pedido do próprio partido, Pepe teve um gerente de campanha que, contrariando Mujica, opinava em discursos, na vestimenta, no corte de cabelo, etc. A partir dali, Mujica passou a usar terno – sempre sem gravata – e na medida do possível a ouvir conselhos do gerente de campanha, afinal o que estaria em jogo não era somente sua eleição, mas um segundo mandato da FA e a consolidação da ruptura com o bipartidarismo¹³.

O grande impasse na campanha de Mujica ocorreu cerca de um mês antes das eleições. O jornalista argentino Alfredo García lançou o livro *Pepe Coloquios*, que trazia uma série de comentários sobre alguns membros do próprio governo de Vázquez e declarações e opiniões sobre vários países e governantes da América Latina, causando um grande desconforto e desencadeando um clima de suspense às vésperas da eleição.

A primeira crítica era referente a Astori. Segundo mostrava o argentino, Pepe julgava a manutenção por parte de Astori do salário de senador enquanto exercia a função de ministro da Economia. No caso dos Kirchner, a crítica foi ainda mais intensa, afirmando que eram “o melhor governo da esquerda, mas se comportavam como peronistas bandoleiros”. Somadas a várias dessas declarações, Mujica quase perdeu grande parte de seu eleitorado. Mas o evento acabou quase servindo – se não o foi – de estratégia de *marketing*, uma vez que Mujica não negou os comentários, apenas afirmou que os fez em “*off*” ao autor, alegando que não sabia que seriam publicados no livro (PERCY e DÍAZ, 2015, p. 51).

Impulsionados por este evento, os partidos tradicionais investiram fortemente em suas campanhas, buscando recuperar os votos perdidos nas eleições anteriores, enquanto a FA tinha a seu favor a maioria no Senado, no

¹³ Alguns autores, como Rabuffetti, Garce, Percy e Díaz, fazem a inevitável comparação desta campanha com a de Lula, em 2002. Tal como Mujica, o ex-presidente brasileiro também apresentou uma nova imagem totalmente modificada daquela apresentada em campanhas anteriores. A diferença mais marcante é o fato de Mujica não seguir tais transformações após a campanha. Logo após a posse, raras são as vezes em que Pepe vestiu um terno, peça que julgava de extremada futilidade.

Parlamento e o representante do Executivo. Nestas eleições, além de Mujica, indicado como candidato pela FA, o PC indicou a figura de Pedro Bordaberry para a presidência, enquanto o PB indicou Luis Lacalle.

Ambos os presidenciáveis já possuíam uma experiência política prévia. Enquanto Mujica já havia passado pelo Senado e pelo Parlamento, Pedro Bordaberry era presidente do PC e filho do ex-presidente Juan María Bordaberry, responsável pelo golpe em 1973, e Lacalle havia ocupado a cadeira presidencial de 1990 a 1995. A vantagem que Mujica possuía sobre os demais era de fazer parte do partido governista e ter o apoio de Vázquez.

No primeiro turno, em outubro de 2009, Mujica obteve 48% dos votos contra 28% de Lacalle, o segundo colocado. Embora com uma alta porcentagem, tais votos não foram suficientes para a vitória em primeiro turno. No segundo turno, os partidos tradicionais aliaram-se numa tentativa de desencorajar o voto na FA. A estratégia para o enfraquecimento da FA foi levantar o passado *tupamaro* de Mujica e o colocar como uma ameaça à democracia. Nesse momento de campanha, Vázquez ainda apareceu algumas vezes junto a Mujica e Astori numa tentativa de consolidar o eleitorado frenteamplista ainda receoso com a nova chapa do partido (RODRÍGUEZ, 2010).

Porém, mesmo com a campanha anti-Mujica dos partidos tradicionais, os resultados para o segundo turno foram positivos e “Pepe” obteve 52% dos votos, contra 43% de Lacalle, dados que deram a Mujica a presidência e garantiram mais cinco anos de governo para a FA no governo uruguaio.

Logo após a vitória, Mujica deu declarações à imprensa como forma de agradecimento e defendendo um governo com a participação de todos, iniciando sua consolidação no poder. Logo de início, esperava-se que Mujica trilhasse uma linha semelhante à de Vázquez, com “ênfase no combate à pobreza e exclusão social que caracterizou a primeira administração frenteamplista” (GARCE, 2010, p.14).

Durante a campanha presidencial, de fato Mujica prometeu em seu plano de governo manter a linha frenteamplista seguida por Vázquez e esse discurso foi visto como algo positivo. Mujica prometia aprofundar tais programas dentro de uma estratégia ampla de desenvolvimento nacional com prioridade para a educação. Além desses comprometimentos no discurso de

posse, ele ressaltou a importância de investir em educação, segurança e meio ambiente.

O Uruguai encontrado por Mujica em 2010 vivenciava um período de crescimento econômico, como resultado das ações de Vázquez nas relações internacionais, que tiveram como foco ampliar o mercado consumidor do país. Em meio a um país confiante economicamente, iniciava-se o mandato do “presidente mais pobre do mundo”.

2.3. O presidente Mujica e os primeiros anos de governo

De nossa parte, colocaremos todo o nosso empenho em cumprir o que manda a Constituição; em atender as formas de organização política do país, é claro, e também em cumprir os princípios constitucionais que descrevem a ética social que a nação quer ter (RABUFFETTI, 2015, p. 128).

Com estas palavras Mujica encerrou seu discurso de posse em 1º de março de 2010. Numa tentativa de deixar claro, aos que ainda não confiavam em sua ruptura com a guerrilha, que o passado *tupamaro* estava onde pertencia: no passado. Para Mujica, os tempos da guerrilha nada mais são do que uma experiência e um período de construção de grandes amizades. Esta declaração no discurso de posse serviu para estabelecer que o presidente Mujica respeitaria o sistema democrático vigente, bem como todas suas instituições constitucionais.

Mujica, que no ano anterior às eleições gerais negava fielmente a sua entrada na disputa presidencial, embarcou em 2009 numa disputa que marcou fortemente o cenário político moderno do Uruguai. As especulações acerca da pré-candidatura de Mujica estavam centradas dentro da própria FA e nas dificuldades que Pepe enfrentaria ao disputar o as eleições internas com seu maior oponente, Danilo Astori.

Astori, Mujica e Vázquez eram naquele momento os nomes mais fortes dentro da FA, possuindo este último o maior respaldo popular, uma vez que cumpria seu mandato sem a possibilidade de reeleição. A escolha interna e a eleição de Mujica foram vistas por muitos como um erro. Tal argumento se fundamentava no fato de o ex-guerrilheiro ter encabeçado os conflitos em meados do século passado.

Porém, observa-se que o passado guerrilheiro, principalmente internamente, foi visto de forma negativa por boa parte da população. O temor de alguns naquele momento era de que o ex-guerrilheiro Ulpiano¹⁴, agora com acesso Executivo, criasse medidas autoritárias ou ainda que ameaçassem a vida democrática do país. No entanto, as aspirações de Mujica passavam longe do autoritarismo. Logo nas primeiras declarações como presidente, Mujica reafirmou o compromisso com a democracia e apresentou uma série de problemas sociais e ambientais contemporâneos pertinentes de discussão.

Munido de argumentos humanitários e um modo de vida intransigente, o presidente Mujica passou a atrair cada vez mais a atenção da mídia para si e para o pequeno país sul-americano. A “mujicamania” passou então a ser construída com base em pequenas ações e discursos proferidos no Uruguai e no exterior, apresentando um presidente com características únicas no cenário latino-americano. Ao longo de seu mandato, muitos são os exemplos em que o ex-presidente Mujica reafirmou seu compromisso com a democracia e a luta anticapitalista e antiglobalização.

Para analisar a figura do presidente Mujica, é necessário analisar a própria história política uruguaia e a influência que algumas medidas incidiram sobre a figura do ex-*tupamaro*. Neste campo, dois são os fatores pertinentes: o batllismo e tradição democrática e partidária do país. Somados a estes fatores, a própria figura de Mujica e a experiência prévia contribuem com as características do “presidente Mujica”, para quem a questão social e os discursos pautados em argumentos humanistas sobressaíram ao passado guerrilheiro.

No grupo presidencial, Mujica diz não se encaixar junto aos demais ex-mandatários uruguaios, justamente pelo fato de aquele seletor grupo gozar de prestígio e privilégios sociais que Mujica classifica como “pompas”. Na visão do ex-*tupamaro*, um presidente deve governar de forma que saiba que é um sujeito comum e “não está superior a ninguém e o mais importante, vai morrer

¹⁴ Ulpiano, assim como Emiliano, eram nomes apelidos que Mujica utilizava durante seu período de participação no MLN-T, numa tentativa de ocultar sua verdadeira identidade e fugir da perseguição militar. Os apelidos foram utilizados antes e durante a prisão, quando este trocava cartas com a também guerrilheira Ana, que no caso era Lucía Topolansky, sua esposa e também senadora (PERNAS, 2013).

como qualquer outro”, não se colocando por isso como um ser superior ao restante dos cidadãos (DANZA; TULBOVITZ, 2015, p. 82-83).

Embora este austero modo de vida de Pepe tenha sido apresentado ao mundo apenas em 2010, quando o então presidente passou a receber dezenas de jornalistas em sua casa, os uruguaios já o conheciam de longa data. Para a população celeste, o Mujica político foi apresentado ainda na década de 1990, quando o então deputado ‘Pepe’ passou a se deslocar para o trabalho vestindo um casaco de lã rústico, sempre com os cabelos e a barba por fazer. Já naquele momento, a figura de Mujica tornou-se objeto de interesse de muitos uruguaios. Assim, surgiram as primeiras publicações sobre seu modo de vida e o passado *tupamaro*. Nos próximos anos, observa-se que a própria forma de condução do poder durante seu mandato presidencial fez referência a austeridade.

Um caso muito específico já marca este momento. Uma história popular corre o país dizendo que na década de 1990 o deputado Mujica deixou sua moto em frente ao Congresso e se deslocou ao seu gabinete pela primeira vez. Porém, no caminho foi abordado por um segurança o qual informou que não podia deixar a moto naquele local porque se tratava de um lugar reservado para deputados e funcionários do congresso. Em seguida, foi questionado se ficaria muito tempo ali. A resposta de Mujica teria sido: “se me deixarem, ficarei cinco anos”; teria gerado uma cara de espanto no funcionário que o abordara (LESSA, 2015, p. 64).

Segundo Sergio Israel (2010, p. 14), a notoriedade pública recebida por Mujica, bem como sua eleição como deputado em 1994, é resultado de um evento inusitado, que acabou despertando interesse pela figura folclórica de Mujica em muitos uruguaios.

No referido evento, Mujica embarcara num ônibus trajando uma placa pendurada ao pescoço contra a lei que estava em votação no Senado e previa a privatização do setor de UTEs (Usinas de Transmissões Elétricas). A lei seguia a onda neoliberal observada em vários países da América do Sul e objetivava a entrega de um dos setores estratégicos ao capital estrangeiro.

Daquele período em diante, Mujica passou a receber a atenção da mídia e do público de um modo geral e essa notoriedade teve seu ápice logo nas primeiras declarações enquanto presidente. O próprio comportamento “atípico”

do político Mujica despertou esse interesse e passou a contribuir para a desvinculação do passado guerrilheiro e para uma aproximação carismática à figura de Pepe.

Pensar no Mujica presidente, ou mesmo no Mujica político, é pensar em um indivíduo que teve toda sua vida política e ações influenciadas por sua experiência prévia, seja ela no MLN-T, na infância ou no trabalho com a terra. O *doxa* é a base de formação de Mujica e é nele que todo o perfil político de Mujica é traçado.

Analisar estes fatos é algo determinante para compreender o período ao qual Mujica esteve à frente do cargo de presidente da República e também a atenção que recebeu da mídia ao ocupar tal posto. Por esta razão, analisar-se-á a figura do Mujica sob a ótica de três fatores: a) o *batllismo*, b) o forte vínculo do país com a democracia e o c) as influências do caudilhismo na cultura política do país. Esses fatores são fundamentais na formação do Mujica político e podem ter forte relação com as ações e com a própria ascensão de Pepe à presidência. A influência desses fatores configura-se ainda ao lado da austeridade e do discurso humanizado, principais eventos da popularidade do presidente a partir de 2010.

O primeiro fator instaura uma série de reformas, baseadas em um Estado forte e burocratizado, e acabam por colocar o país em um intenso crescimento social e econômico. Este período é basicamente marcado por “uma crescente intervenção do Estado na atividade econômica, marcada pelo propósito de gerar uma situação de equilíbrio social e mesocracia”, sendo assim o grande trunfo do crescimento uruguaio no início do século passado (RABUFFETTI, 2015, p. 122).

De acordo com Gerardo Caetano (2010, p. 56), o *batllismo* lança as bases da democracia e da política moderna no Uruguai porque ele se baseava em ideais igualitários e de liberdade, sendo estes complementares uns aos outros. A própria formação étnica do país, basicamente composto por imigrantes, afirma essa relação entre os dois termos, uma sociedade na qual *‘nadies es más que nadies’*¹⁵.

¹⁵ Segundo o autor, a expressão é utilizada no interior do país para representar o igualitarismo construído socialmente no país ao longo de sua história, onde em um país de imigrantes ‘ninguém é melhor que ninguém’.

Esta característica é determinante de um modo geral na política moderna uruguaia e assim afeta diretamente Mujica. Entretanto, é importante ressaltar que Mujica e Batlle não têm tanto em comum, exceto pelo dom da comunicação e da facilidade em convencer grandes multidões apenas com a oratória.

Enquanto Batlle via nesse Estado forte a solução para os problemas do país naquele momento, Mujica não se atem muito às burocracias presentes nesse Estado. Na visão do ex-*tupamaro*, esse Estado burocratizado é voltado para o desenvolvimento do capitalismo, que na sua visão é o responsável por grande parte dos problemas econômicos, sociais e ambientais de nossos tempos. A sua postura durante o período na presidência comprova essa descrença na burocracia, pelo fato de recusar as pompas que o cargo oferecia e continuar vivendo em Rincón del Cerro.

Embora Mujica não seja tão estadista como Batlle, vê neste uma figura excepcional, responsável pelo Uruguai que muitas gerações posteriores ao batllismo conheceram, com elevados indicadores socioeconômicos e uma qualidade de vida comparada à de alguns países europeus.

O segundo fator que influencia a figura de Mujica é a forte relação do país com a democracia. Este fator construiu uma relação de confiabilidade política no país, que em suma consolidou muitos dos ideais oriundos do batllismo. Essa relação ainda influenciou na conjuntura política moderna do país, pois a desenvolveu e contribuiu para a consolidação da democracia pós-1985.

Embora Mujica tenha participado de um movimento armado durante sua juventude, lutando contra um regime então democrático, após o período em cárcere passou a ver a democracia como a melhor forma de governo para o país e iniciou sua escalada política na próxima década. Após a saída da prisão, o caminho de Mujica – e dos *tupamaros* de um modo geral – foi direcionado à democracia.

Por fim, é importante analisar as características caudilhistas¹⁶ presentes em Mujica. O Mujica caudilho, como define Rabuffetti (2015, p. 125), é desta

¹⁶ A análise de Rabuffetti é uma exceção. Embora o termo seja de extrema importância na história política da América Latina, se aplicado ao caso específico de Mujica, muitas são as

forma denominado devido ao seu alto carisma e à sua popularidade, resultando em “caudilho moderno”, com alta capacidade de comunicação, de se fazer ouvir e escutar. Outra característica do Mujica caudilho é a aplicação de seus ideais na prática, como a doação de boa parte de seu salário durante todo o período em que ocupou o cargo de presidente. Na análise de Rabuffetti, tal como um caudilho tradicionalmente uruguaio, Mujica representa notadamente a idiossincrasia uruguaia.

Porém, a análise de Rabuffetti é uma das poucas que classificam Mujica como caudilho. Diferentemente da maioria dos líderes políticos que surgiram na América Latina, com características carismáticas, de um modo geral, Mujica não foi visto por cientistas políticos e historiadores como demagogo, populista ou caudilhistas. Essas três referências, muito utilizadas por meios de comunicação e pela própria academia, têm profundo significado histórico no continente. A exceção a qual se torna Mujica pode ser vista ainda por dois fatores.

O primeiro deles seria pelo governo de Mujica ter um forte respaldo da mídia internacional, que passou a ver o presidente como humanista após a declaração ainda em 2010 de que doaria a maior parte de seu salário para questões sociais. O segundo pode ser lembrado do ponto de vista da criação dos projetos polêmicos de leis, que ao mesmo tempo em que atraem a atenção da mídia, criticam duramente, demonstrando a não preocupação de Mujica com sua imagem política, uma vez que os problemas do Estado foram classificados em primeira instância.

Todos esses fatores formaram o Mujica político, que em meio ao austero modo de vida, às declarações polêmicas e emotivas, despertou o interesse dos mais variados públicos. Esse interesse é resultado de uma série de situações. Alguns se interessam por Mujica simplesmente pela sua austeridade, outros para averiguar o seu perfil político, por pura curiosidade, e há ainda outros que buscam compreender o político que foge das pompas que cercam os governantes, tornando-os, embora eleitos democraticamente, sujeitos detentores de um status social semelhante ao de um “deus”.

contradições com o conceito de caudilho, embora possa ser visto como uma das influências sobre a figura de Pepe.

Como resultado da experiência política prévia e dos fatores acima expostos, nota-se que, em suma, a gestão de Mujica obteve amplo destaque no cenário internacional, visto que a figura de ‘Pepe’ ganhou popularidade tal qual nenhum político uruguaio contemporâneo obtivera anteriormente. Sua popularidade resulta de uma gama de fatores. Dentre os principais, pode-se destacar seu estilo de vida, que logo após a posse renunciou as regalias que o cargo ofereceria e continuou vivendo em sua chácara com a esposa e senadora Lucía Topolansky e a facilidade na oratória.

Nota-se nas ações do *ex-tupamaro* a presença de características próprias do líder carismático de Weber (2011, p.68). Nesse sentido, para Weber o líder carismático é aquele na qual “a autoridade se funda em dons pessoais e extraordinários de um indivíduo (carisma) – devoção e confiança estritamente depositadas em alguém”, que utilizando destes dons conduz um cargo de liderança, seja ela política, religiosa ou dirigente.

Ainda que o líder carismático, na definição de Weber, raramente seria encontrando puramente nas sociedades modernas, muitas são as semelhanças entre tal definição e a postura de Mujica perante várias de suas ações. Algumas dessas ações seriam em virtude da condução e da afetividade desenvolvidas através da proximidade, com discursos sempre proclamados de uma forte carga emocional. O próprio apelido concedido a Mujica pela população uruguaia – Pepe – e a acessibilidade da qual ele fez questão durante seu mandato ainda são características carismáticas.

Assim se constrói o Mujica presidente, que o mundo conheceu a partir de 2010, trazendo a atenção para questões muitas vezes esquecidas pelos mandatários contemporâneos e colocando o Uruguai como o “centro das atenções” no cenário mundial. O pequeno país sul-americano, muitas vezes lembrado no cenário internacional pelo futebol, passa a ser modelo em questões contemporâneas, como a descriminalização do aborto e regulamentação da maconha, todas apoiadas por Mujica.

Logo nos primeiros dias de presidência, o líder popular buscou contato com a Argentina, o que ele definira como um Projeto de Integração na América do Sul, termo que utilizou outras dezenas de vezes durante o mandato. A relação com o país vizinho havia sido rompida durante o mandato de Vázquez por uma divergência na construção de uma fábrica de celulose no limite entre

os países, chegando ao ponto de tanto Cristina Kirchner como Vázquez evitarem contato em eventos oficiais. O apoio de Kirchner a Mujica já veio logo que ele anunciou sua candidatura. O governo argentino até viabilizou o transporte de uruguaios que viviam no país durante os dias de votação (ANDRÉS, TULBOVITZ, 2015).

Porém, essa relação não predominou entre a Argentina e o Uruguai. Uma série de eventos nos anos seguintes a 2010 fizeram esfriar o que poderia ser uma integração regional entre Argentina e Uruguai. As próprias críticas ao Mercosul – mesmo reconhecendo sua importância para a região –, a apropriação que algumas empresas do capital privado fizeram do bloco, ao descobrir sua rentabilidade e ao poderio econômico do Brasil e da Argentina, fizeram com que os sonhos integracionistas, ao menos com a razão mais próxima fossem enfraquecidos.

Observa-se ainda que o sonho de uma integração foi ainda mais longe nos planos de Mujica, pauta durante seu governo de longos debates e reflexões. Ao longo do mandato, Mujica buscou visitar o máximo de países que pode na América Latina. Os destinos mais frequentes foram o Brasil e a Venezuela, esta última principalmente durante o governo de Hugo Chávez, amigo pessoal de Mujica, ao qual este declarou inúmeras vezes sua admiração e pesar com sua morte em março de 2013.

Embora a relação com a Argentina fosse estreitada durante o governo de Mujica, Pepe declarou inúmeras vezes que o país não progride no passo que é esperado, sendo uma das principais potências do continente, ao lado do Brasil e do México. Uma das declarações mais austeras foi dada por Mujica em fevereiro de 2015, quando estava prestes a deixar o cargo. Na visão do então presidente, a Argentina representa um retrocesso ao avanço de uma integração regional e possui uma visão que parece ainda estar nos anos 1960.

No campo das relações internacionais, as próprias teorias integracionistas que são elaboradas no pós-Segunda Guerra apresentam suas limitações ao serem aplicadas ao campo da América Latina. Como defende Bela Belassa (2003), a integração regional só se desenvolve quando inicialmente se tem uma área de livre-comércio, que evolui para uma união aduaneira, um mercado comum, uma união econômica e, por fim, se aprimora em uma integração política e econômica total, que permanece como uma

utopia até para a própria União Europeia. Porém, na visão da autora - e neste ponto Mujica apresenta um discurso semelhante – a integração em seus diversos níveis só ocorre quando as parcerias entre os principais membros do bloco já possuem suas relações estreitadas antes da criação de um bloco, o que não foi o caso do Mercosul.

Embora a integração tenha se destacado durante inúmeras falas de Mujica, internamente a busca foi destinada à própria governabilidade, traçando alianças e buscando aliados na própria FA, nos partidos tradicionais e no próprio capital privado, em empresários uruguaios e estrangeiros.

Neste sentido, de início, Mujica buscou no próprio partido apoio para o governo e também o fez na oposição, visando à manutenção do poder e à consolidação do novo governo. As primeiras reuniões ocorreram “à la Mujica”, de modo informal, quebrando protocolos e em locais inesperados. Como observa Danza e Tulbovitz (2015). Logo de início, Mujica:

Designou pessoas de sua confiança para ocupar quase todos os postos do poder, mas muitas delas não seriam nomeadas ministros. Cada setor teria seu ministro, mas Mujica encarregou-se de indicar uma pessoa para controlá-los. A tática do duende mau. Em relação à oposição, optou por conversar mais com seu amigo do Partido Nacional Jorge *Guapo* Larrañaga que, assim como Lacalle, fora seu adversário. Mujica nunca teve muita afinidade com Lacalle e vice-versa. “Não posso acreditar que esse sebo está em minha poltrona. A que ponto chegamos”, se queixou Lacalle na primeira vez que em que o viu na Câmara dos Senadores, sentado no mesmo lugar que ele ocupava de anos antes.

O relato da relação entre Mujica e Lacalle representa bem a forma como este contato foi traçado com boa parte da oposição, que inicialmente não acreditava na possibilidade da eleição de Mujica e ao mesmo tempo apresentava a aproximação de Pepe com seus designados. No caso específico de Lacalle, Mujica encontrou em Jorge Larrañaga um intermediador entre o contato com a oposição, tendo desenvolvido com este, certa afinidade ainda antes de chegar à presidência.

No campo interno, o presidente Mujica já declarou logo em sua posse as grandes preocupações de seu governo. As duas primeiras pautas de Mujica

foram a terra e a educação. No que se trata do primeiro tema, isto remete a um sonho que Pepe tinha desde os tempos como deputado, quase que utópico, que era a criação de um imposto sobre as grandes propriedades rurais e o repovoamento do campo. Como agricultor e florista, Mujica vislumbrava mais de perto alguns dos problemas recorrentes do campo.

A tentativa – sem sucesso – de repovoar o campo seguia a lógica de povoar áreas interioranas do país e desenvolver a agricultura familiar, visando a fortalecer este setor da economia e ao mesmo tempo abrir espaço para que agricultores de baixa renda imigrassem para o Uruguai, havendo o povoamento de seu interior.

Na questão da terra, a ideia inicial de Mujica era criar um imposto sobre as propriedades rurais superiores a 2000 hectares. Neste projeto Pepe enfrentou forte oposição de seu vice, Danilo Astori, e de grande parte do sistema político uruguaio, além de “uma declaração de inconstitucionalidade da Suprema corte obrigou-o a recomeçar no meio de seu mandato”, o que não fez com que Mujica recuasse e instaurasse uma série de outros impostos que permanecem vigentes. Esse projeto foi um dos primeiros passos de Mujica como presidente e teve como base basicamente uma tentativa de tributar as grandes propriedades de terra do país, que embora tenham na sua origem a reforma agrária, apresentam no interior certa concentração fundiária (DANZA, TULBOVITZ, 2015, p. 59).

Observa-se que embora numa corrente progressista, o governo de Pepe enfrentou certa dificuldade em seu início. Algo semelhante ocorreu no campo da educação. A ideia de Mujica naquele momento era de tecer uma reforma no sistema educacional, com vistas à profissionalização dos jovens para sua chegada mais rápida ao mercado de trabalho.

A proposta inicial era uma desvinculação do ensino técnico da educação básica, realizando um encurtamento no tempo necessário desde o início dos estudos da criança até a conclusão de seu curso de graduação, o qual, pela lógica do mercado, tornaria apto o jovem para exercer sua profissão.

A visão de Mujica era de que esse período todo gerava um prejuízo para o jovem, que passava boa parte de sua vida realizando as especializações no ensino técnico e só então iria para a universidade. A proposta de Mujica naquele momento era a criação de uma nova instituição, que não estivesse

atrelada à Universidade Tecnológica do Uruguai – UTU, que tinha como função receber os jovens egressos da educação básica.

Todavia, a ideia de reforma de Pepe não foi bem recebida. A proposta de alterar um sistema tradicionalmente vinculado, como era o ensino técnico e a educação básica, rendeu à Mujica forte resistência por parte do próprio sistema político e de membros da própria FA, vinculados ao Partido Socialista e à Assembleia Uruguai, que outrora contribuíram para sua ascensão ao poder.

Mas nem tudo foi fracasso. Embora a mudança significativa ficasse apenas no plano das ideias, Mujica utilizou de seu poder no Executivo e “colocou à frente das instituições pessoas que estabeleciam as diretrizes pessoas provenientes da educação informal e técnica” e assim conseguiu ao menos reduzir, mesmo que minimamente, a disparidade entre a educação da capital com a do interior do país (DANZA, TULBOVITZ, 2015, p. 61-62).

Foi com este pano de fundo que Mujica deu os primeiros passos como presidente em 2010. Os anos seguintes deram ao ex-guerrilheiro uma considerável atenção internacional por parte da mídia e passou a colocar sua figura e a do próprio Uruguai em destaque na mídia internacional. As principais realizações de “Don Pepe” e seus respectivos impactos serão analisados no capítulo seguinte.

3. OS SONHOS TRANSFORMADOS EM REALIDADE

3.1. A “periferia” se torna o “centro do mundo”

Logo após sua chegada ao poder, Mujica despertou a curiosidade de muitos meios de comunicação. A imprensa que acompanhara a posse do novo presidente em solo celeste o descreveu como “um presidente incomum”. Mujica, que raramente usa terno, vestira naquele 1º de março seu clássico terno azul, sem gravata e com uma faixa presidencial que havia ficado maior que o necessário¹⁷.

Foi ainda no dia da posse que Mujica, rodeado de líderes mundiais, apresentou, ainda que sem querer, o que seria sua postura em eventos oficiais. Essa postura foi pautada em uma proximidade humanizada a qual Mujica fez questão de adotar em qualquer país que visitara. Com esse perfil, o presidente desenvolveu ainda o que seria segundo ele o “jeito uruguaio”. Esta proximidade foi marca registrada de seu mandato, seja no campo interno ou na política externa.

Essa proximidade foi, ao menos internamente, o que pode ser considerado como um dos principais fatores que contribuíram para a consolidação do guerrilheiro como mandatário. Como o próprio Pepe declarou ainda em março de 2010, quando questionado sobre o motivo de sua continuidade em Rincón del Cerro, em sua chácara, aquela seria a forma como o governo seria conduzido. Sem se prestar ao autoritarismo, Mujica ajudou a difundir naquele momento sua aversão ao protocolo e às pompas que cercam o cargo que ocupou entre 2010 e 2015.

O modo de vida peculiar, se comparado aos demais líderes mundiais, foi um dos fatores que proporcionou a difusão desta figura híbrida no continente americano, de difícil interpretação e que despertou ideologias e desavenças.

¹⁷ A história em torno da faixa da presidência de Mujica no dia da posse é no mínimo curiosa. A função de confeccionar a faixa ficou a cargo de Alberto Fernández, antigo amigo de Mujica. A função foi atribuída a Fernández uma vez que Mujica não deseja seguir os padrões referentes à posse e pediu para que Vázquez o emprestasse a sua. Ao ter o pedido recusado, comunicou a Alberto Fernández que a mandasse confeccionar, porém também avisou que não iria provar a peça. O resultado dessa história, de acordo com a entrevista concedida a Danza e Tulbovitz (2015) por Alberto Fernández, foi uma faixa larga, quase ao joelho no dia da posse. Ali, o mundo conhecia a figura a que o Uruguai já estava habituado. Uma figura mística e que foge de cerimônias que considera desnecessárias.

Antes, durante e depois de ocupar o executivo, Mujica seguiu cultivando hábitos simples, dirigindo seu Fusca 1987 – ao qual recusou uma proposta de US\$ 1 milhão - e vivendo sem os regalos que os cargos oferecem.

Logo após sua aparição no cenário político mundial, a mídia internacional atribuiu a Pepe o título de “presidente mais pobre do mundo”, o que ele logo rebateu com seus argumentos socialistas, como o declarado durante sua campanha presidencial em 2009, quando disse que “temos de escapar da escravidão que impõe a dependência material, que é uma das coisas que mais roubam tempo na sociedade contemporânea. Se você se deixa arrastar pelas pressões da sociedade de consumo, não existe dinheiro que alcance, não tem fim, é infinito”.

O fato de ter continuado a viver na mesma fazenda que vivera antes de ser eleito presidente e nas horas vagas ter seguido agricultor e florista são outros fatores que desencadearam o interesse pela imagem de Mujica e sua relação com a nação celeste. Estas e outras atitudes fizeram com que ele tivesse um método de governo diferenciado, não só na América Latina, mas em nível mundial. Porém, é importante ressaltar que o governo autodenominado progressista de Pepe muitas características possui de governos anteriores, não só no Uruguai mais em grande parte da América Latina.

Vários analistas políticos, de início, classificaram a simplicidade de Mujica como *marketing* político, ou seja, que a simplicidade se tratava apenas de uma ferramenta, e que o “personagem Mujica” fora construído apenas para angariar votos. Esta teoria foi muito utilizada pela oposição durante os períodos de campanha, embora possa ser identificada em várias críticas internas ao longo de seu mandato. Tal tese logo veio abaixo, haja vista que suas ações durante o mandato e a doação, não só de seu salário, mas de seu patrimônio para projetos sociais foram de encontro com a visão de *marketing*.

Logo no início de seu mandato, “Mujica ressaltou a importância de priorizar a engenharia genética e a informática como ferramentas essenciais de inserção do Uruguai na sociedade do conhecimento, de forma a torná-lo uma região polo regional de alta tecnologia” (DUARTE, 2011, p. 84).

Nos anos seguintes, o governo de Mujica fora concentrado em projetos sociais, priorizando a igualdade de direitos perante o Estado. O velho *tupamaro* apoiou e aprovou projetos de leis que alguns dos vizinhos latino-americanos

tanto relutam em incluir em suas agendas governamentais, como o casamento igualitário, a descriminalização do aborto e a regulamentação da maconha. Com essas e outras medidas, o Uruguai passou a ser constante centro de notícias na mídia internacional, uma vez que a figura do presidente passou a ser idolatrada por uns e odiada por outros, como um bom presidente sul-americano.

Para o Uruguai, o “efeito Mujica” desencadeou uma alta popularidade midiática do país e aumentou consideravelmente o número de turistas.

Foi esse mesmo perfil que contribuiu para que Mujica angariasse o respaldo popular para as suas leis polêmicas, que serão tratadas logo mais. Este foi o perfil que contribuiu para trazer ao Uruguai atenção internacional, tornando a “periferia o centro do mundo”.

O mesmo sentimento desencadeado por Mujica no Uruguai foi o que levou centenas de repórteres à sua porta. A acessibilidade que fez questão de exibir durante seu mandato acabou tornando-se uma marca registrada; há dezenas de fotografias informais com turistas e uruguaios em bares, restaurantes e praças da cidade de Montevideu.

No próprio discurso de posse, Pepe prometia aprofundar e criar programas dentro de uma estratégia ampla de desenvolvimento nacional com prioridade para a educação. No entanto, o caminho seguido não foi totalmente neste sentido. As primeiras realizações no governo Pepe começaram com projetos sociais, combatendo a pobreza e investindo em educação.

Logo em suas primeiras declarações oficiais, Mujica ganhou destaque internacional com sua proposta de que doaria 90% de seu salário – de um total equivalente a R\$ 25 mil - a ONG's e entidades necessitadas e declarou que os 10% que lhe sobram são suficientes, uma vez que muitos uruguaios vivem com muito menos que isso.

A proposta de doação de salário pessoal totalizou em 2015, somada à doação de rendimentos da chácara em Rincón del Cerro e à venda de maquinário agrícola, um montante de cerca de meio milhão de dólares. A esperança de Mujica com essa atitude era incentivar a ação e que, ao menos dentro de seu governo, outros membros seguissem esse caminho. Porém, o resultado foi bem diferente do esperado uma vez que, além de não atingir seu objetivo, Mujica recebeu fortes críticas internas, como foi o caso da tecida por

Constanza Moreira, que chegou a alegar várias vezes que a medida se tratava de uma atitude de *marketing*.

Em algumas das declarações iniciais, como foi o caso da Rio+20, Pepe deixou todos emocionados com seu discurso, baseado em questões ambientais e em algumas preocupações do mundo globalizado, principalmente das consequências deste fenômeno para o meio ambiente.

Neste evento, o ponto alto sua fala foi o momento em que refletiu: “estamos governando a globalização, ou é a globalização que nos governa? É possível falar de solidariedade e que ‘estamos todos juntos’ em uma economia baseada na concorrência impiedosa? Até onde chega nossa fraternidade? O homem não governa hoje”.

Este evento teve ainda como função projetar Pepe no cenário midiático mundial, uma vez que a cobertura internacional do evento gerou ampla repercussão. A repercussão nesse sentido se deu pelo fato de que Mujica não se tratava de um intelectual, com títulos em questões ambientais ou ainda vasta experiência na área.

A experiência de Mujica é exclusivamente pautada em um discurso empírico, haja vista que tal discurso foi resultado de experiências próprias de Mujica junto ao campo e também de leitura informais que desenvolveu ao longo dos anos.

Logo após o fim do mandato, em junho de 2015, Mujica deu um último tiro certo, quase como uma estratégia para manter sua figura e o próprio Uruguai no cenário midiático mundial. O evento em questão foi sua participação no documentário “*HUMAN*”, dirigido por Yann Arthus-Bertrand (2015). O documentário, que é dividido em três sequências, traz relatos de experiências de pessoas de todo o mundo sobre diversos temas. A fala de Mujica é um dos pontos alto do primeiro filme e tornou-se um viral nas redes sociais, em especial no *Facebook* e *Twitter*, sendo compartilhado e visualizado aos milhões por pessoas do mundo inteiro, em sua maioria jovens. No filme, Mujica reflete:

A vida como vivemos e nossos valores são a expressão da sociedade em que vivemos. E a gente se agarra a isto. Não digo isso por ser presidente do Uruguai hoje. Pensei muito sobre isso. Passei mais de dez anos na solitária. Tive tempo...

em 7 anos nem sequer li um livro. Tive muito tempo para pensar e descobri o seguinte: Ou você é feliz com pouco, com pouca bagagem, porque a felicidade está em você ou não consegue nada. Isso não é apologia à pobreza, mas é uma apologia à sobriedade. Só que inventamos uma sociedade de consumo...consumista, e a economia tem que crescer, ou acontece uma tragédia. Inventamos uma montanha de consumos supérfluos. Compra-se e descarta-se. Mas o que se gasta é tempo de vida. Porque quando eu compro algo, ou você compra, não compramos com dinheiro, compramos com o tempo de vida que tivemos que gastar para ganhar aquele dinheiro. Mas tem um detalhe: a única coisa que não se compra é a vida. A vida se gasta. E é miserável desperdiçar a vida para perder a liberdade.

A participação de Pepe no documentário *HUMAN*, embora ao fim do mandato, fise boa parte da juventude a qual Mujica desejou atrair para seu governo. Assim, a figura do Uruguai, representada pelo ex-guerrilheiro, foi se transformando cada vez mais em um símbolo, em uma referência intelectual. Esse símbolo acabou por ser classificado pela revista *Foreign Policy*, em 2013, ao lado de Dilma e do Papa Francisco, como um dos 100 pensadores mais influentes do século XXI.

De fato, a relação de Pepe com os jovens sempre foi um fator determinante para a análise da figura do ex-presidente. Em um evento recente, no Rio de Janeiro, Mujica discursou para uma multidão no anfiteatro da UERJ, composta em sua maior parte por jovens, tal característica ficou mais explícita. No evento citado, que surgiu por iniciativa do próprio Mujica, a juventude ali presente manifestou sua admiração por Pepe com faixas e cartazes que demonstravam afeto e admiração. E foi com base nestes sentimentos que a noite de 26 de agosto de 2015 ficou marcada.

Na prática, a repercussão da palestra foi grande não somente no Brasil e no Uruguai. Mujica, já não mais na presidência, despertou novamente os holofotes da mídia internacional para a nação celeste, mesmo com o evento em solo brasileiro.

Estes, embora eventos mais recentes e já situados no final do governo de Mujica, ainda assim deram destaque à sua figura e ao próprio Uruguai. Entretanto, existem dezenas de eventos que projetaram Pepe e o Uruguai no cenário externo. Por conseguinte, serão analisados alguns desses eventos, na

intenção de que se estabeleça uma relação entre a figura de Mujica e esse “novo” Uruguai.

Como eventos destacados ao longo do governo, podemos citar as declarações referentes a conflitos políticos externos, nos quais Mujica, enquanto chefe de Estado uruguaio, utilizou o cargo para destacar sentimentos pessoais. Algumas declarações tratam de uma dor mais antiga, com fortes críticas ao embargo econômico dos Estados Unidos a Cuba, que embora tenha caminhado, nas palavras de Mujica é “algo de outro mundo”, totalmente retrógrado.

A maior parte destas críticas eram proferidas no seu programa de rádio semanal *Habla el presidente*, que apesar de ser destinado a pronunciamentos e informações referentes a contextos internos do país, serviu muito bem a este e outros propósitos internacionais (RABUFFETTI, 2015, p. 204).

Mujica seguiu uma linha nesse campo que, segundo ele, fazia parte das vantagens de ser um pequeno país do Sul, um país que tudo poderia ser dito sem ofender ninguém. E foi nesse ritmo que o Uruguai foi ganhando destaque no cenário internacional. As críticas ao poder dos Estados Unidos no continente, seguidas de uma visita amigável à América do Norte contrapuseram uma série dessas declarações. Na prática, os discursos sobre a hegemonia do continente condizem com uma postura adotada em vários cenários políticos dos países sul-americanos.

A visibilidade de Mujica e do próprio Uruguai foram impulsadas em especial a partir da metade de seu governo, no ano de 2012. A exemplo disso, foi publicado um livro no Japão no ano de 2014 com o título “O presidente mais pobre do mundo”. A publicação (Anexo 01), que tem como base o discurso de Pepe na Conferência Rio+20, é voltado para as crianças de pré-escola e versa sobre temas como sustentabilidade, direitos humanos e preservação ambiental.

No ano anterior, o renomado jornal *The Economist* elegeu Mujica como o presidente do ano e na sequência Pepe foi cotado para receber o Prêmio Nobel da Paz. Nas duas situações, foi a primeira vez que o Uruguai recebia tanta visibilidade do cenário externo. E em ambos os eventos, Pepe declarou que não merecia os títulos.

3.2. O governo de Pepe Mujica

O governo de Mujica faz parte do que Barret, Garavito e Chavez (2005) estão denominando a “nova esquerda latino-americana”. Representando essa nova esquerda, que teve seu fortalecimento no final do século passado, estão governos como o de Vázquez e Mujica no Uruguai, Chávez na Venezuela, os Kirchner na Argentina e os de Lula e Dilma no Brasil. Como característica desse renascimento da esquerda no continente, observa-se uma mudança de foco das ações da esquerda. Muitos desses governos e seus respectivos partidos, embora com ideologias de esquerda, acabaram sofrendo forte transfiguração ideológica quando de sua ascensão ao poder, seja formando alianças com partidos liberais ou se envolvendo em escândalos de corrupção.

Após a queda do bloco soviético com o fim da Guerra Fria e a ascensão dos governos neoliberais, a esquerda passou a se consolidar nas vias democráticas. De acordo com Barret e Garavito (2005, p. 23), a nova esquerda latino-americana pode ter seu contexto explicado pelo surgimento de novos atores políticos que apareceram para compensar a ausência de participação dos sindicatos na política após os anos 1970.

Distintamente do que se havia observado no período entre as décadas de 1960, 1970 e 1980, em que a esquerda era basicamente representada pelos movimentos sociais e de guerrilha, como foi o caso da Colômbia, Uruguai, Argentina e Chile (este último teve ainda o governo de Salvador Allende, além dos movimentos da esquerda), a nova esquerda chegou ao poder no início do século XXI com uma série de desafios a serem enfrentados e passou a representar uma coalização junto aos partidos tradicionais e a enfrentar forte resistência na governabilidade.

Estes governos em suma surgiram como uma proposta de romper com o neoliberalismo e promover a igualdade entre indivíduos e grupos. Como observado por Norberto Bobbio (1995), é a esquerda que historicamente teve como papel promover essa igualdade e outras mudanças sociais. Embora, como analisado pelo próprio autor e outros cientistas políticos, o conceito de igualdade em si é amplo e não tem matriz histórica para ser definido como exclusividade da direita ou da esquerda, sendo esta última a que acaba por colocar em sua agenda as lutas sociais por questões igualitárias mais

comumente. Assim, a contribuição de Bobbio é válida para diferenciar a “velha” da “nova” esquerda latino-americana, ou ainda, a esquerda antes e depois da queda da URSS.

No caso latino-americano, Cuba é a maior representante do que seria essa velha esquerda, enquanto os governos da FA, do PT no Brasil e do PJ na Argentina são exemplos dessa nova esquerda, a qual se consolida no poder no pós-Guerra Fria.

É com este pano de fundo que Mujica assumiu a presidência em 2010, herdando o país com altos índices de crescimento econômico, evidenciados desde 2003. O velho *tupamaro* tinha a tarefa de manter esse alto crescimento, realizar aproximações regionais e solucionar o problema da segurança pública e do deteriorado sistema educacional.

Ao chegar ao poder em 2010, Mujica tinha em suas mãos um país confiante e duas tarefas a serem cumpridas em seu mandato. A primeira seria ampliar as políticas públicas ao conjunto da sociedade e a segunda ampliar a participação popular nos mecanismos de consolidação e participação democrática.

O país que outrora ganhara destaque por ter sido considerado por cientistas políticos como uma das democracias mais antigas e consolidadas do continente, visto que durante sua vida democrática saiu à frente em alguns aspectos sociais e no tocante às políticas sociais. Exemplo disso é que o país foi a primeira nação latino-americana a legalizar o divórcio por parte da mulher nos anos 1950 e o segundo no continente a legalizar o casamento homoafetivo em 2013, no próprio governo *frenteamplista* de Mujica, dando com isso um vanguardismo ao Uruguai em questões sociais e lutas por direitos.

O Uruguai encontrado por Mujica na segunda década do século XXI já havia passado por um processo de redemocratização, estando com uma democracia em processo de consolidação e carecendo de políticas públicas e sociais mais abrangentes. O estudo e a aplicação de políticas públicas de grande abrangência na América do Sul começou a ganhar seu espaço nas agendas governamentais no fim dos anos 1990, já que até aquele momento nesses países “ainda não se conseguia formar coalizões políticas capazes de equacionar minimamente a questão de como desenhar políticas públicas

capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e promover a inclusão social” (SOUZA, 2006, p. 21).

Com a ascensão de governos neoliberais a partir da década de 1980 em parte dos países latino-americanos, ocorreu uma estagnação das políticas públicas, principalmente no que se refere a políticas sociais universalizantes, visto que em suma estes governos estiveram mais preocupados com as questões econômicas e com a estrutura e macroeconômica do Estado. As políticas sociais do período, mesmo quando visavam à distribuição de renda, eram centradas em grupos muito restritos da população.

Verifica-se após a ruptura com o neoliberalismo dois tipos de implementação de políticas públicas: as voltadas para grupos específicos, como é o caso do Brasil durante os governos petistas, ou ainda as políticas públicas abrangentes, como a própria regulamentação da maconha e a descriminalização do aborto, que são voltadas para toda a sociedade.

O governo de Mujica, seguindo a tradição uruguaia e diferentemente de boa parte dos países na América Latina, utilizou do “*soft power*”, ou “poder brando”, utilizando aqui o conceito de Joseph Nye Jr (2004), na criação de suas políticas públicas. Nesse modelo, o autor define como “poder brando” a capacidade de um representante político ou líder de um modo geral atingir seus objetivos por meio da atração (de forma branda) ao invés do uso da força ou do próprio aparato do Estado (“*hard power*” ou poder “bruto”).

Essa tem sido a forma com que o Uruguai vem sendo a vanguarda social da América Latina e se observa ao longo de sua história raros momentos de uso do autoritarismo para atingir os objetivos da frente governante.

No caso Uruguaio, o “poder brando” tem se sobressaído ao “poder bruto” pela própria tradição democrática uruguaia. O país que já surgiu de uma reforma agrária, sempre teve como característica marcante em sua cultura a valorização das relações sociais e o respeito às instituições democráticas, exceto nos períodos autoritários de 1933 e de 1973.

No próprio governo de Mujica, observou-se uma inclinação a este tipo de política pública. Exemplo disso foi a aprovação da descriminalização do aborto e da regulamentação da maconha, que, em ambos os casos, não obstante a forte resistência popular, Mujica acabou convencendo boa parte da

população a apoiar os projetos, após várias declarações sobre as motivações das leis e os problemas de saúde pública e segurança que o país enfrentava.

Ainda entre os programas e projetos de Mujica, um dos que mais recebeu atenção em nível nacional no país foi o *Plan Juntos*. O programa se constitui como um projeto que visa à construção de moradias populares, com uma verba oriunda do Poder Executivo e de doções do capital privado. O *Plan Juntos* entrou na agenda de governo de Mujica com o objetivo de reduzir a pobreza e a miséria, configurando-se ao lado dos ‘projetos polêmicos’ as principais realizações durante seu mandato.

No Uruguai, os governos pós-ditadura tentaram desenvolver a economia do país e assim aumentar a renda da população com a finalidade de reduzir as desigualdades sociais no país. De um modo geral, a conjuntura estabelecida neste período é resultado da preocupação que surgiu no país durante a década de 1990, quando o país realizou suas reformas liberais.

As medidas tomadas após este período, incluindo a criação do *Plan Juntos*, surgiram numa tentativa – questionável por muitos – de solucionar problemas crônicos, datados ainda de meados do século passado. No caso do Uruguai, a questão da falta de moradia é resultado do momento em que se observa o esfacelamento do Estado de bem-estar social e se nota altas taxas de desemprego no país.

Concomitantemente a estes fatores, a questão de falta de moradias passa a ser um problema social e político, somando-se ainda aos altos índices de pobreza evidenciados não só no Uruguai mas boa parte do Cone Sul entre o fim da década de 1990 e início do século XXI.

É com esse pano de fundo histórico que Mujica cria o *Plan Juntos*, tirando a questão de moradia exclusivamente do *Ministerio de Vivienda*, com a pretensão de realizar medidas universalizantes e emergenciais para solucionar o problema de falta de moradia que naquele momento afetava quase 80.000 famílias no país.

O funcionamento do *Plan Juntos* age de modo a associar – juntamente a outros programas – o Estado, o mercado e a sociedade, buscando medidas de redução dos problemas em caráter emergencial. No momento em que foi criado o *Plan Juntos*, ele emergiu como uma iniciativa política frente à inércia institucional, sendo justificado pelo então presidente como uma medida voltada

à população mais carente. A aplicação do plano está focada em Montevideu e seus arredores, sendo destinado principalmente a famílias em que o sustento se dá por apenas um de seus membros (MAGRI, 2013, p. 139-140).

De acordo com Altaïr Magri (2013, p. 141), o *Plan Juntos* tem dois objetivos básicos. O primeiro deles é referente ao próprio desenvolvimento e à inserção social. Já o segundo:

por um lado, apela para a regeneração dos vínculos deteriorados pela pobreza e marginalização: cidadania, família e bairro. A noção de bairro é fundamental na concepção do Plan Juntos, por ela trazer a noção de filiação e identidade territorial como valores de construção humana e de nós enquanto cidadãos, porque em situações de segregação territorial e habitacional os laços sociais e políticos se manifestam debilmente ou nem se constroem.

O segundo fator apontando por Magri justifica, em suma, os objetivos do plano ou a tentativa de retorno ao *status quo* de desenvolvimento social vivenciado pelo país em outros contextos históricos, antes da crise de 2001. Assim, a proposta indireta do plano acaba por ser criar um espaço para a construção da cidadania e da identidade da população com o Estado. Esse espaço é propício pelo fato de que a principal característica do plano é o coletivismo e as ações comunitárias, em que membros de um mesmo bairro participam de todo o processo de reformas e construção de moradias.

Na prática, o Plan Juntos tem função institucional de intervenção em vários níveis, seja na construção de novas moradias, melhora das já existentes ou realocação de áreas habitadas irregularmente. A contradição do programa está na origem dos fundos para tais residências, uma vez que em sua lei fundacional os mecanismos indicados como fontes de origem da renda acabam por não ser suficientes para a totalidade da proposta do programa (MAGRI, 2013, p. 144).

A segunda fonte de renda do programa, oriunda de doações, também não se mostrou muito efetiva nos primeiros anos. Por mais que o próprio Mujica tenha destinado boa parte de seu salário e patrimônio para o programa, esta forma de arrecadação não atraiu muitos doadores.

O Plan Juntos ainda recebeu uma série de críticas aos seus resultados, seja pelo funcionamento do plano e sua dependência de outros órgãos ou por seu forte caráter assistencialista.

Apesar da popularidade internacional recebida por Mujica e das grandes realizações no campo social, internamente as críticas sobre o ex-presidente eram extensas. Enquanto fazia um longo e emocionado discurso na Conferência Rio+20, sobre os males do consumismo desenfreado no mundo globalizado, o Uruguai batia recordes de consumo, recorde de vendas de carros zero quilômetro e mais de uma linha e meia de celulares para cada cidadão.

Somado a isso, os fracassos no combate à insegurança e o déficit fiscal deixado em 2014 foram motivos de críticas. Em uma tentativa de aumentar a segurança, o presidente tratou de reformar boa parte das cadeias do país, o que trouxe problemas aos cofres públicos, contribuindo para o déficit fiscal apresentado em 2014.

Nas relações internacionais, Mujica deu dois passos grandiosamente humanitários, porém arriscados do ponto de vista da geopolítica, e que também foram alvo de críticas, principalmente internamente. Um deles foi o anúncio de que receberia em solo uruguaio alguns presos da precária prisão de Guantánamo. O outro foi a ideia de receber algumas crianças sírias órfãs em consequência da guerra naquele país.

O primeiro evento citado recebeu maior destaque e se tornou rapidamente manchete no mundo todo, justamente pela amplitude da iniciativa. Ressalta-se que a prisão de Guantánamo em si é nada mais que um presídio fora de solo estadunidense ao qual o governo destina seus presos considerados as maiores ameaças ao país. O problema é que boa parte desses presos sequer foram julgados ou indiciados, são apenas suspeitos de seus crimes e aguardam há anos um julgamento. Assim, Mujica, que esteve em cárcere treze anos, voluntariou-se ao pedido de Obama para que algum país latino-americano acolhesse alguns desses presos. No caso do Uruguai – e o único caso – foram destinados cinco presos, que entrariam no país na condição de refugiados (RABUFFETTI, 2015, p. 205).

Embora a ação tenha sido extremamente humanitária, a oposição e membros de seu próprio partido teceram inúmeras críticas, que muitas vezes

não eram sobre a atitude em si, mas sim pelo fato de ser um pedido dos Estados Unidos, o que representava o inverso da luta anti-imperialista iniciada pelo país no início do século XXI e tão defendida por Mujica tempos atrás, especialmente durante a militância no MLN-T.

O acolhimento das crianças sírias seguiu a mesma linha de críticas do evento de Guantánamo. Aproveitando o *boom* causado ao país e à sua própria figura, Mujica anunciou, no mesmo mês da aprovação da “lei da maconha”, esta medida. As crianças eram em suma órfãs como consequência da penosa guerra civil da Síria, e seu número cada vez mais aumentava enquanto o mundo assistia pelos noticiários às centenas de mortes diárias que o país sofria.

Porém, assim como no caso anterior, as críticas surgiram. E as mais intensas, mais uma vez, eram as de dentro do próprio país. A maior parte dessas críticas era baseada no fato de que alguns argumentavam que o presidente devia solucionar os problemas das crianças uruguaias, antes de tentar uma ação de tal magnitude.

Esse discurso era baseado no deteriorado sistema educacional, que salvo pelos investimentos no *Plan Ceibal*¹⁸, que havia sido criado por Vázquez, pouco havia recebido atenção do mandatário. Outras críticas vinham pela própria distância geográfica entre os dois países, haja visto que boa parte da população não sabia com clareza o que estava ocorrendo na Síria e assim não via a necessidade de uma intervenção uruguaia.

Nos dois casos, Mujica utilizou como argumento as questões humanitárias, a capacidade do país em dar subsídios nas duas situações, mas principalmente reforçou ferreamente em seu programa de rádio o fato de que o país tivera no passado uma tradição de acolher refugiados. Mas esse sentimento histórico não repercutira na sociedade como um todo, e muitos atribuíram tais atitudes a uma tentativa de Mujica em angariar o Prêmio Nobel da Paz para o qual se cogitava que seria indicado naquele ano (RABUFFETTI, 2015, p. 211-213).

¹⁸ O programa está baseado no projeto *One Laptop Per Child* (OLPC), proposto por Nicholas Negroponte, do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT). O laptop que se entrega aos estudantes de Ensino Fundamental, de 1º a 6º ano, é especialmente desenvolvido para tal faixa etária e para uso exclusivamente educativo. As crianças são donas do computador e, portanto, levam consigo aos lugares que frequentam. Esta experiência significa outra aposta de inovação, já que seu uso não é apenas em sala, mas também fora dela.

Assim, observa-se que os anos de governo de Mujica, ainda que de amplo destaque internacional, tiveram fortes resistências internas e nem sempre vinham da oposição. Alguns membros da própria FA questionaram muitas das ações de Mujica, enquanto alguns meios de comunicação internacional o classificavam como o próximo Mandela.

3.3. Uma análise dos projetos polêmicos

A elaboração de políticas sociais referentes à maconha, ao aborto e ao casamento homoafetivo, por exemplo, acabam muitas vezes associadas ou ao orçamento público ou à reputação de seus mentores, acarretando uma articulação entre o público e o privado. No caso do Uruguai de Mujica, não foi diferente, visto que grupos radicais com argumentos de “defesa da família” e dos valores cristãos protestaram em frente ao parlamento uruguaio durante a votação que aprovaria a Lei nº 18.987 que regulamentava o aborto no país. Na votação da Lei nº 19.119, que estabelecia o casamento igualitário, e na Lei nº 19.172, que regulamentou a produção, distribuição e consumo da *Cannabis* psicoativo, algo semelhante aconteceu.

A variedade denominada de *Cannabis* psicoativo proposta pela normativa é aquela na qual a planta ainda se encontra em sua florescência (isto é, não prensada e também conhecida como *sissemilla*), sendo, no caso uruguaio, modificada geneticamente com a finalidade de evitar sua extrapolação fronteiriça e possibilitar seu controle e fiscalização por parte do Estado.

No caso do aborto, a questão é vista pelo governo como um problema de saúde pública, não mais como um ato criminal, porque o número de mortes e os gastos públicos do governo com abortos clandestinos são mais altos do que no caso de uma descriminalização da prática, desde que normatizada.

A repercussão das medidas tomadas por Mujica no quesito políticas públicas nos últimos anos é resultado de uma proposta de governo pautada em alguns ideais liberais e em uma tentativa de solucionar dois dos problemas evidenciados pelo país: o alto índice de morte de mulheres por abortos clandestinos (superior a 30 mil mulheres por ano) e o antigo problema de

narcotráfico dentro do país, que ameaça direta e indiretamente a segurança pública.

O projeto de descriminalização do aborto, ou ainda, a interrupção voluntária da gravidez no Uruguai passou a ser pauta de constantes debates legislativos nos últimos 30 anos e teve intensificação a partir de 2008, proposto principalmente pela Frente Ampla. No século XX, durante um curto período (1934-1938), o Uruguai teve o aborto legalizado, ainda que não nos moldes da Lei nº 18.987, mas a realização da prática abortiva não era considerada crime dentro do Código Penal.

No ano de 1934, com a aprovação da lei de despenalização do aborto, apenas o Uruguai havia tratado tal tema em nível latino-americano e em nível internacional somente a URSS (1920) e a Catalunha (1936), como resultado da Guerra Civil. Em 1938, contudo, por pressão dos partidos tradicionais a Lei nº 9.767 voltou a criminalizar a prática (SAPRIZA, 2011, p. 21).

Ao descriminalizar o aborto em 2012, o Uruguai entra no que a mídia tem denominado de a contramão da América Latina, uma vez que o único país que tomara tal medida fora Cuba ainda na década de 1960, como consequência da Revolução Cubana. No caso uruguaio, os princípios gerais da lei são de que

El Estado garantiza el derecho a la procreación consciente y responsable, reconoce el valor social de la maternidad, tutela la vida humana y promueve el ejercicio pleno de los derechos sexuales y reproductivos de toda la población, de acuerdo a lo establecido en el Capítulo I de la Ley Nº 18.426, de 1º de diciembre de 2008. La interrupción voluntaria del embarazo, que se regula en la presente ley, no constituye un instrumento de control de los nacimientos (URUGUAI, Lei nº 18.987, de 22 de outubro de 2012).

O debate em torno da descriminalização do aborto tem sido tema de grande discussão e resistência por parte dos países sul-americanos, muitas vezes as resistências religiosa, ideológica e filosófica exercem uma grande influência neste sentido. Ao tratar do aborto, questões como sexualidade, liberdade do corpo da mulher e de reprodução são levantadas, o que acaba dificultando ainda mais a tomada de decisões em torno do tema. Todavia, a análise desses conflitos não é o foco deste trabalho.

A ideia da Lei nº 18.987 veio para revisar o Capítulo IV, artigos 325 e 325b do Código Penal Uruguaio, uma vez que antes da aprovação da lei ele previa que “a mulher que causar seu aborto ou consenti-lo será punida com prisão de três a nove meses”, bem como um terceiro participante que a tenha auxiliado, seja “com participação primária ou secundária, será punido de seis a vinte quatro meses de prisão” (RETA, A.; GREZZI, O.; SALOM, C., 2011, p. 578).

Com a aprovação da Lei nº 18.987, a descriminalização do aborto se dará desde que o procedimento seja realizado durante as primeiras doze semanas de gestação, caso posterior a esse período, a normativa do Código Penal Uruguaio continua vigente (URUGUAI, Lei nº 18.987, de 22 de outubro de 2012).

O fato de a normativa não se instaurar como um mecanismo de controle de nascimentos por parte do Estado é um fator que merece destaque, visto que alguns grupos mais conservadores utilizaram tal argumento para expor sua objetivação à lei, alegando que esse era o objetivo da proposta *frenteamplista* ao descriminalizar o aborto.

No tocante aos requisitos para a interrupção voluntária da gravidez, a lei prevê no artigo 3º que dentro das 12 semanas a mulher que tiver a intenção de realizar o procedimento deve procurar o SNIS (*Sistema Nacional Integrado de Salud*), quando, por meio de uma consulta inicial, ela deve expor suas motivações e condições para a continuidade ou não da gestação, sendo elas de penúria econômica, social ou familiar (URUGUAI, Lei nº 18.987, de 22 de outubro de 2012).

Após o primeiro contato médico, a gestante deve ser encaminhada para uma nova consulta e passará por uma equipe de três profissionais: um médico ginecologista, um especialista em saúde psíquica e outro da área social. Essa equipe tem ainda por finalidade colocar a mulher a par das características da lei, bem como das implicações de um aborto, expondo ainda as alternativas, como programas de apoio sócio econômico e a possibilidade de dar a criança para adoção. Após esse procedimento, a paciente terá um prazo de reflexão mínimo de cinco dias e independente de sua decisão a equipe interdisciplinar deverá deixar tudo registrado no histórico clínico da paciente.

Nota-se na equipe interdisciplinar uma função muito peculiar de apoio à mulher, para que somente em última instância seja realizada a interrupção da gestação e sua identidade seja preservada. A normativa estabelece que a equipe será o intermédio entre a mulher e o Estado, e por meio de uma formação contínua os profissionais estarão aptos para todo o processo de interrupção gestacional, que tem implicações físicas, psicológicas e sociais.

As exceções previstas no artigo 6º, ressalvados os artigos 2º e 3º, dar-se-ão apenas nas seguintes circunstâncias:

- a) Cuando la gravidez implique un grave riesgo para la salud de la mujer. En estos casos se deberá tratar de salvar la vida del embrión o feto sin poner en peligro la vida o la salud de la mujer;*
- b) Cuando se verifique un proceso patológico, que provoque malformaciones incompatibles con la vida extrauterina.*
- c) Cuando fuera producto de una violación acreditada con la constancia de la denuncia judicial, dentro de las catorce semanas de gestación (URUGUAI, Lei nº 18.987, de 22 de outubro de 2012).*

A lei ainda prevê que o Ministério da Saúde seja responsável por elaborar as estatísticas referentes à lei e à sua aplicabilidade, como as primeiras consultas, o número de mulheres que levaram adiante ou não o aborto após o contato com a equipe interdisciplinar, bem como os nascimentos provenientes de uma possível desistência de interrupção da gestação (URUGUAI, Lei nº 18.987, de 22 de outubro de 2012).

Por fim, a lei estabelece, assim como a lei referente à regulamentação a *Cannabis*, que as únicas beneficiárias serão cidadãs uruguaias ou naturalizadas, desde que comprovada residência de no mínimo um ano.

A análise da lei referente à interrupção voluntária da gravidez permite uma análise de sua abrangência e aplicabilidade, porque sua ideia é tratar o aborto não mais como crime mas como questão de saúde pública, não podendo mais ser apenas tratada como um problema social, visto que os índices de abortos clandestino são altos no país¹⁹, se bem que se trata de um dos mais baixos do continente.

¹⁹ Embora com uma média de cerca de 33.000 abortos anuais, o Uruguai ainda se configura como um dos casos de menor uso da prática, semelhante a dados de muitos países europeus e muito distinto dos demais países do continente, principalmente da América Central.

Segundo dados de Sanseviero et al. (2003, p. 174), a média de abortos em 2002 foi de cerca de 33.000. Para a obtenção dos dados, os autores levaram em conta três tipos de dados: os relatórios dos nascidos vivos, altas hospitalares por questões que envolviam a interrupção da gravidez e dados de clínicas clandestinas para a realização da prática.

No tocante à Lei nº 19.119, que regulamenta o casamento igualitário, a oposição não foi tão forte no Senado como nos casos do aborto e da maconha, até porque já possuía uma regulamentação vigente no país desde 2004, embora facultativo aos cartórios. Somente no governo de Mujica o projeto de lei foi aprovado e ampliando, estabelecendo que os cartórios civis não mais poderiam negar o direito ao casamento homoafetivo (URUGUAI, Lei nº 19.119, de 03 de maio de 2013).

No que se refere à lei, todos as aplicações destinadas ao casamento heteroafetivo passam a ser válidas para o casamento homoafetivo, como direito a pensão, herança e a questão que se refere à propriedade privada.

No caso da maconha, o objetivo proposto pela Lei nº 19.172 promulgada em 20 de dezembro de 2013 e aprovada em 06 de maio de 2014 é claro logo em seu artigo 1º: estabelecer a normativa jurídica aplicável no que se refere ao controle e regulação de toda cadeia produtiva por parte do Estado, abrangendo a importação, exportação, plantação, cultivo, colheita, produção, aquisição, armazenamento, comercialização, distribuição e uso da *Marihuana* e de seus derivados em território nacional, com o prazo de cento e vinte dias para entrar em vigor (URUGUAI, Lei nº 19.172, de 06 de maio de 2014).

A lei foi aprovada na sequência da orientação de um informativo da OEA (Organização dos Estados Americanos), segundo a qual os países deveriam flexibilizar o combate frontal ao tráfico, apresentando medidas que contornem o problema das drogas e ofereçam maior segurança à população.

No tocante à regulamentação, a lei estabelece a permissão da compra e consumo da *Cannabis*, desde que adquirida em farmácias credenciadas com o limite de 10 gramas semanais, não ultrapassando os 40 gramas mensais e em sua variação psicoativa, não podendo estar prensada.

Logo que o objetivo da lei é regulamentar e não difundir o consumo da *Cannabis*, ela proíbe ainda qualquer forma de publicidade pelos meios de comunicação, seja na imprensa escrita, rádio, TV ou cinema. A inibição por

parte do Estado de publicidade expõe o real objetivo do governo ao criar a lei: combater o tráfico de drogas e seus impactos diretos e indiretos sob a sociedade uruguaia.

Com o intuito de controlar a produção e o consumo da *Marihuana*, o governo estabeleceu juridicamente que toda a referência à droga, como produção, industrialização e distribuição seria controlada pelo IRCCA (*Instituto de Regulación y Control del Cannabis*), um órgão criado unicamente para tal finalidade, responsável pelo credenciamento e concessão da comercialização para pessoa física ou jurídica da *Cannabis* psicoativo em território nacional. O IRCCA tem ainda por objetivo:

promover e propor ações tendentes a reduzir os riscos e danos associados ao uso problemático de Cannabis e fiscalizar o cumprimento das disposições contidas na lei e na presente regulamentação, sem prejuízo das competências constitucionais e legais atribuídas a outros organismos e entes públicos (URUGUAI, Lei nº 19.172, de 06 de maio de 2014).

A licença concedida pelo IRCCA estabelece que, dentre outros fatores, a *Cannabis* deve ser individualizada, estabelecendo a localização do plantio, bem como das demais etapas de produção e distribuição, a proibição de comercialização a terceiros não autorizados e a declaração com a origem das sementes ou plantas. Para o registro junto ao IRCCA, o art. 5º assinala que é requerida pelo órgão a seguinte documentação:

- Cédula de identidade uruguaia;
- Cidadania legal e/ou natural uruguaia, ou residência permanente devidamente comprovada;
- Indicação do lugar onde se realizará o cultivo doméstico;
- Comprovante de residência ou conta de serviço público em nome da pessoa em causa;
- Envio de documentação, como proprietário, inquilino, ou qualquer outro título sob o qual estão autorizados a ocupar o imóvel que destina-se a produção, onde o cultivo é realizado (URUGUAI, Lei nº 19.172, de 06 de maio de 2014).

Cabe ainda ao IRCCA a função de realizar um rígido controle de qualidade da *Cannabis* psicoativo, devendo chegar ao consumidor final em embalagens que impossibilitem sua violação. A lei em seu artigo 4º ainda

regulamenta o denominado cultivo doméstico, em que a pessoa física, desde que cidadã uruguaia ou residente naturalizada pode, por residência, cultivar até seis plantas desde que o montante anual da colheita não supere as 480 gramas (URUGUAI, Lei nº 19.172, de 06 de maio de 2014).

Ao criar um órgão específico para a regulamentação da *Cannabis* psicoativo, o governo evita qualquer intervenção de outro setor governamental no processo, garantido uma autonomia desse mecanismo e prevenindo que outros setores sejam sobrecarregados e a lei acabe em alguma de suas instâncias não sendo aplicada.

Em relação à pessoa jurídica, a legislação prevê que os denominados “*Clubes de Membresía*” (destinados à produção e ao consumo coletivo da *Cannabis* psicoativo) devem ter registro junto ao Ministério da Educação e Cultura, desde que respeitadas suas normativas, e tenham em sua nomenclatura o termo “*Clube Cannábico*”, devendo ainda ser compostos por no mínimo 15 e no máximo 40 membros desde que dentro do grupo não seja realizado o comércio da *Cannabis* psicoativo.

Estes clubes objetivam ainda a socialização de seus membros. Além da *Cannabis*, poderão ser desenvolvidas atividades recreativas e socializadoras. A normativa ainda estabelece que cada clube poderá plantar até 90 plantas da *Cannabis* psicoativo e distribuir até 480 gramas anualmente para cada membro. (URUGUAI, Lei nº 19.172, de 06 de maio de 2014, art. 18).

No Capítulo Sexto, art. 35º e 36º, a lei estabelece normativas para o controle da venda da *Marihuana* por parte das farmácias, as únicas permitidas a realizar o comércio a cidadãos uruguaios desde que previamente cadastrados no *Registro del Cannabis*.

No tocante ao consumo da *Cannabis* psicoativo, as regras valem tal como para o consumo do tabaco, estando proibido em espaços fechados de uso público, espaços abertos ou fechados destinados à saúde, ambientes sanitários, instituições educativas e esportivas, bem como espaços fechados de uso para o trabalho, tal como táxis, ônibus e outros meios de transporte públicos (URUGUAI, Lei nº 19.172, de 06 de maio de 2014).

A condução sob o efeito da *Cannabis* psicoativo também fica proibida, sendo considerado inapto o condutor que estiver sob o efeito de THC (tetrahidrocanabinol). O mesmo estabelece a lei para o trabalho, já que o

trabalhador não deve fazer o consumo da droga durante sua jornada ou em seu local de trabalho (URUGUAI, Lei n° 19.172, de 06 de maio de 2014, art. 41 e 42).

No Capítulo Oitavo que aborda a origem das sementes e o corte da *Cannabis*, os art. 46° e 47° normatizam que

Art.46°: El IRCCA, en ejercicio de sus cometidos realizará en forma exclusiva la importación de semillas o esquejes para el cultivo de plantas de Cannabis psicoactivo para ser destinada a los Productores de Cannabis Psicoactivo para dispensación en Farmacias, a las personas físicas que cultiven en forma doméstica Cannabis psicoactivo y a los Clubes de Membrecía.
Art. 47°: La producción, y dispensación de semillas o esquejes para el cultivo de plantas de Cannabis psicoactivo podrá ser realizada por los Productores de Cannabis Psicoactivo para dispensación en Farmacias (artículo 5°, literal b de la Ley No. 19.172) que hubieren obtenido la licencia correspondiente que será otorgada por el IRCCA, siempre que hubieren abonado el costo de la misma (URUGUAI, Lei n° 19.172, de 06 de maio de 2014).

Com estas medidas, o governo espera ampliar a atuação do IRCCA na fiscalização e controle da *Cannabis* dentro e fora do país, exercendo desta forma a autonomia estatal em todas as suas instâncias.

Dada toda a normativa no que se refere a todo o processo de plantio, consumo e fiscalização da *Cannabis* psicoativo, a lei ainda estabelece as normativas referentes a infrações pertinentes ao descumprimento da normativa. As punições oscilam de acordo com o grau de aplicabilidade da lei, sendo advertência, multa de 20 UR a 2.000 UR, destruição da mercadoria, suspensão do registro do infrator correspondente ou apreensão dos estabelecimentos e locais dos licenciados infratores.

Devido à recente aprovação das leis, os dados estatísticos para uma análise mais profunda ainda não estão disponíveis, porém os primeiros balanços mostram números positivos. Como o próprio “Pepe” declarou em uma série de entrevistas, as leis são uma tentativa. Uma delas para tentar reduzir o número de mortes de mulheres e a outra uma nova forma de combate ao tráfico, visto que, segundo o presidente, nada que tenha sido feito anteriormente surtira efeito, - e isso se aplica a toda América - sendo a

regulamentação da *Cannabis* uma tentativa de desarticular o mercado do tráfico de drogas.

O enfrentamento direto ao tráfico tornou-se hoje algo anacrônico em nível continental, uma vez que dos bilhões gastos anualmente, pouco se converte em resultado efetivo ao problema das drogas no continente. A “lei da maconha” é, logo, uma alternativa a esse processo.

No tocante à Lei nº 18.987, os partidos tradicionais, opositores à Frente Ampla de José Mujica, convocaram em 2013 um referendo para a realização de um possível plebiscito para a continuidade ou não da lei, com a participação de 232.841 uruguaios, totalizando 8,8% de votos contra a lei. De acordo com a constituinte do país, os números não foram suficientes para a convocação de um plebiscito, porque esses números deveriam ter atingido no mínimo os 25% necessários para uma nova instância de consulta, mantendo-se assim a Lei de Interrupção Voluntária da Gravidez vigente.

Segundo relatório da MYSU - Mujer y Salud en Uruguay (2013, p. 14), no ano de criação da lei o Uruguai possuía uma média de nove abortos a cada mil mulheres entre 15 e 44 anos, tendo a lei o objetivo de reduzir esse número e oferecer segurança às mulheres que realmente desejassem realizar o procedimento médico de interrupção.

O documento traz ainda um balanço do primeiro ano do marco da nova lei, com dados positivos, se comparados aos dados referentes a outros anos. No primeiro ano - entre dezembro de 2012 e dezembro 2013 - foram realizados por meio da lei um total de 6.676 abortos legais, a maioria (64%) em Montevideú, e em nenhum dos casos houve a morte da mãe por complicações no procedimento, atingindo-se, portanto, nesse primeiro ano já o princípio básico da lei. O único óbito registrado foi o de uma uruguaia que mesmo com a lei vigente optou por realizar o aborto na clandestinidade e teve maiores complicações causando sua morte.

Salvador Schavelzon (2014, p. 1), colunista do sítio eletrônico Carta na Escola, denomina as medidas tomadas por Mujica de leis progressistas, pois o país entra em uma “contramão na América Latina” com estas normatizações. Essas medidas foram ainda as responsáveis, juntamente com ações peculiares de José Mujica, por dar ao Uruguai grande notoriedade na mídia e no turismo nos últimos anos.

No caso da regulamentação da *Cannabis* psicoativo a repercussão foi ainda de maior amplitude, fato que ocorreu pela forma como o país propôs a regulamentação, diferentemente de todos os casos de regulamentação de maconha existentes no mundo.²⁰

O projeto uruguaio, como já exposto anteriormente, diferencia-se de projetos que tratam sobre a descriminalização da maconha pelo fato de que o Estado toma a frente em todo o processo produtivo, de distribuição e de fiscalização, evitando que a situação saia de controle e por sua vez a lei tenha que ser revista ou até mesmo extinta.

A questão da descriminalização passou a ser pauta do governo uruguaio perante a guerra fracassada no combate ao tráfico e a criminalização do usuário de *Cannabis*. O governo parte nessa instância para um combate de dentro para fora da situação, em que a busca por uma solução é vista na regulamentação.

Os discursos para a regulamentação da droga no país, além do combate ao tráfico, estiveram pautados em argumentos científicos sobre os reais efeitos da *Cannabis* psicoativo no indivíduo, que se comparada aos efeitos do álcool ou do próprio tabaco, deve ser tratada como forma semelhante, sem maior distinção, já que ambos são problemas de Estado e de saúde pública, devendo ser vistos sob uma ótica de políticas públicas.

Mesmo com estes discursos, a medida enfrentou uma forte resistência popular. De fato, estudos feitos durante a votação da lei apontaram que mais de 60% dos uruguaios consideravam a medida um incentivo ao consumo de maconha e não uma tentativa de combate direto, como é a proposta da lei. Porém, Mujica já sabia que esse enfrentamento iria ocorrer e utilizou de forte discurso sobre a saúde e a segurança para evitar maiores resistências.

Na contramão dessa forte resistência interna, a medida foi elogiada por grande parte dos países vizinhos e por várias nações europeias. A própria OEA alega que o país deve ser tomado como experiência e como objeto de conhecimento, e que um estudo mais avançado e a longo prazo poderá analisar a efetividade ou não da inédita lei.

²⁰ Algumas outras nações como Holanda, alguns estados dos Estados Unidos, Portugal, Espanha e Israel apresentam projetos distintos entre si e do próprio Uruguai, sendo o uso da *Cannabis* na maioria dos casos permitido apenas para fins medicinais.

Todo o aparato montado em cima da regulamentação resultou em estatísticas iniciais positivas, em que, segundo relato do Secretário Nacional de Drogas do Uruguai, Julio Heriberto Calzada, o país conseguiu reduzir a zero o número de mortes e “acredita que a combinação com outras ferramentas de política pública, em aspectos culturais e sociais, poderá modificar padrões de consumo e levar ao êxito na redução de usuários” (MAGELA, 2014, p. 1).

Calzada ainda aponta para um problema muito peculiar no combate tradicional às drogas, uma vez que antes de qualquer ação, deve-se ter claro o que se deseja combater e quais são as problemáticas reais resultantes dessa conjuntura, que no caso uruguaio foi o combate ao tráfico.

Após a aprovação destas leis, o foco midiático recebido por Mujica foi ainda maior. O antes visto como presidente simples, que se recusou a viver na casa presidencial agora era visto como o inovador por uns, o radical por outros e por outros ainda como o inexperiente, que estava buscando o rumo de seu governo em medidas polêmicas.

CONCLUSÃO - NEM SANTO, NEM DEMÔNIO: SIMPLEMENTE MUJICA

No decorrer deste trabalho observou-se que a figura de Mujica é influenciada por uma confluência de fatores. Dentre as hipóteses levantadas inicialmente, analisou-se que cada uma delas tem certa influência na figura do Pepe político. A respeito da própria experiência de vida, nota-se que Mujica, que veio de família humilde e passou uma parcela significativa de sua vida no cárcere, teve forte influência destes fatores, que provavelmente são a base da austeridade como forma de vida.

No tangente à própria história e cultura política do país, também se observa aqui uma forte influência nas ações de Pepe enquanto mandatário. As influências do *batllismo*, a tradição democrática do país e a própria militância e o insucesso da luta armada são elementos que configuram o perfil do Mujica político. Contudo, é importante ainda ressaltar o diferencial trazido por Mujica, sob a ótica destes aspectos no que se trata de um chefe de Estado. Mujica difere de tantos outros mandatários pelo desapego ao capital. Esse desapego foi o que pôde ser observado substancialmente em suas falas e na própria orientação das políticas públicas e programas sociais, que em sua maioria eram voltados para uma minoria e foram recebendo, gradativamente, a atenção da mídia.

Deste modo, os holofotes atraídos inicialmente pelo uruguaio estavam ligados, nos primeiros anos de governo (2010 a 2012), pelos discursos e pela forma austera de vida, período em que se constata que Mujica passava por um processo de apresentação de sua figura ao cenário político internacional. O próprio discurso de posse e a promessa de doação do salário foram os gatilhos para que a mídia ficasse atenta aos próximos passos do *ex-tupamaro*.

As relações desenvolvidas com alguns chefes de Estado naquele período, principalmente com Lula, Dilma, Chávez e Cristina Kirchner, foram transformando o presidente em uma referência na América do Sul. O ex-guerrilheiro, com a fala mansa e dono de uma cachorra de três patas, foi transmitindo discursos humanitários que foram aos poucos agradando. Em uma tentativa muitas vezes interpretada como *marketing* político, Pepe consolidava sua figura como chefe de Estado e ao mesmo atraía esses holofotes também para o Uruguai, que na visão de Mujica sempre foi um dos

países mais esquecidos da América do Sul, por estar espremido entre a Argentina e o Brasil. Nesta fase inicial, observou-se ainda que alguns eventos internacionais, como a Conferência Geral da ONU de 2012, foram os responsáveis por projetar sua figura no cenário internacional. Como resposta direta dessa projeção, Mujica passou a ser disputado por jornalistas do mundo todo, os quais recebeu a todos, na medida do possível, ainda que contrariando boa parte de sua equipe, devido à exposição a que se colocava por viver 'fora dos padrões'.

Entretanto, esses anos iniciais podem ser ainda analisados como a própria consolidação interna de Mujica, que devia provar à população que a guerrilha *tupamara* era algo do passado e isso nada acarretaria em ações autoritárias. Na segunda parte do mandato (2013-2015), as ações de Pepe resultaram em uma maior exposição de sua figura e uma intensificação das relações internacionais. As constantes entrevistas passaram a ser acompanhadas mais de perto pela mídia internacional o que permitiu a Pepe alguns passos de maior magnitude na política externa. Neste contexto, o Uruguai se propôs a receber os presos de Guantánamo, ou ainda as crianças órfãs da Síria. As duas medidas, embora destinadas a uma causa humanitária, geraram questionamentos e serviram ainda para a difusão dos ideais humanitários de Pepe.

Contudo, é nesta segunda parte também que Pepe traça o que pode ser compreendido como seu principal legado: a descriminalização do aborto e a regulamentação da maconha. A sequência de políticas públicas legisladas pelo senado e parlamento e endossadas por Mujica deram-lhe um alto índice de notoriedade, muito maior que nos anos anteriores de governo. Porém, um dos pontos muitas vezes negligenciados nas análises destas políticas são a presença e o controle do Estado em ambos os casos. Tanto na questão aborto quanto no caso maconha, o Estado tem o controle sobre os beneficiários de cada política e é o regulador em ambas as situações, o que ao mesmo tempo apresenta um Mujica mais controlador, que apesar de defender ambas as ações, defende também um rígido controle sobre os casos de aborto e a quantidade de maconha consumida por cada usuário. É nesta segunda fase ainda que as críticas internas são mais intensas, seja pelas ações na política externa ou pela não solução dos problemas crônicos do país.

Assim, observa-se que o governo de Pepe apresentou, além de grande notoriedade da mídia, a possibilidade de fugir dos paradigmas tradicionalmente estabelecidos no que se refere a um mandatário. O que por muitos foi visto como marketing, para Mujica é uma opção de vida que refletiu diretamente em sua forma de conduzir, de fazer política. Ao deixar o governo, em março de 2015, o então senador Mujica iniciou um processo de consolidação daquilo que defendera nos anos anteriores, agora sem as amarras que a presidência estabelece, dando a Pepe mais possibilidades de difusão de seus ideais e de difusão da luta que iniciara ainda nos anos 1960.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, César. **Hipótesis preliminares para una discusión de las perspectivas de democratización en el Uruguay actual**. Buenos Aires: Seminario de la CEPAL: Los escenarios políticos y sociales del desarrollo latinoamericano. Anales..., Noviembre de 1984.

ALDRIGHI, Clara. **La izquierda armada. Ideología, ética e identidad en el MLN-Tupamaros**. Montevideu: Ediciones Trilce, 2001.

ARMAS, Gustavo de; LUZURIAGA, Andrea; MACHADO, Florencia. **Cuestiones de agenda: Estado, sociedad y participación social en el gobierno del Frente Amplio**. Montevideo: Friedrich Ebert Stiftung, 2010.

BARRET, Patrick S.; GARAVITO, César A. R.. ¿La utopía revivida? Introducción al estudio de la nueva izquierda latinoamericana. In: BARRET, P. B.; GARAVITO, C. A. R.; CHAVEZ, D. **La nueva izquierda en América Latina: Sus orígenes y trayectoria futura**. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2005.

BALASSA, Béla. **Teoria da Integração Econômica**. Livraria Clássica Editora: Lisboa: 1964.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: Razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Editora Unesp, 1995.

BRUM, Pablo. **Patria para Nadie: Los Tupamaros de Uruguay (1962-1973)**. CreateSpace: Washington. 2014.

CABRAL, José P. **Trajetória político-ideológica da esquerda uruguaia: 1964-2004**. São Leopoldo, 2006. 409 p. Tese (Doutorado em História). Universidade do Vale dos Sinos - UNISINOS.

CABRAL, J. P. C. **A recuperação democrática uruguaia 1982-1984: transição via concertação tutelada.** In: VII Simpósio Nacional Estado, Poder e Sociedade Civil. Uberlândia: UFU, 2012. p. 1-9.

CAETANO, Gerardo. “Naidés mas que naidés”: José Mujica como nuevo presidente uruguayo. **Umbrals de América del Sur.** Buenos Aires: maio-jul. de 2010, n. 10, pp, 55-62. Disponível em: <http://www.cepes.org.ar/downloads/umbrals/10/gerardo_caetano.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2015.

CAMPODÓNICO, Miguel Ángel. **Mujica.** 1. ed. Montevideo: Fin de Siglo, 1999.

CARIBONI, Santiago L.; MORAES, Juan A. Uruguay 2013: un balance preelectoral. **Revista de Ciencia Política**, Montevideo: v. 34, nº 1, p. 293-313, 2014.

CAULA, Nelson; SILVA, Alberto. **Ana La Guerrillera: una historia de Lucía Topolansky.** Montevideu: Ediciones B Uruguay, 2011.

CHASQUETTI, Daniel; BUQUET, Daniel. La democracia en Uruguay: una partidocracia de consenso. **Revista Política**, Santiago: v. 42, p. 221-247, out., 2004.

CHAVEZ, Daniel. Del Frente Amplio a la Nueva Mayoría. La izquierda uruguaya ante la perspectiva del gobierno. In: BARRET, P. B.; GARAVITO, C. A. R.; CHAVEZ, D. **La nueva izquierda en América Latina:** Sus orígenes y trayectoria futura. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2005.

COUTINHO, Marcelo V. LIMA, Maria R (Orgs). **A agenda sul-americana:** mudanças e desafios do início do século XXI. Brasília: Fundação Antônio Gusmão, 2007.

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J. & PANFICHI, Aldo. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In:

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J. & PANFICHI, Aldo (orgs.). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra; Campinas: Unicamp, 2006, p. 13-91.

DANZA, Andrés. TULBOVITZ, Ernesto. **Uma ovelha negra no poder: confissões e intimidades de Pepe Mujica**. Rio De Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

DUARTE, Rafael Macedo. **Ascensão e consolidação da Frente Ampla Uruguia: da clandestinidade às vias democráticas, da esquerda tradicional ao progressismo**. 2010. 104 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

DUVERGER, Maurice. **Os Partidos Políticos**. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Universidade de Brasília, 1980.

GARCE, Adolfo. Uruguay 2009: de Tabaré Vázquez a José Mujica. **Rev. ciênc. polít. (Santiago)**, Santiago, v. 30, n. 2, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718090X2010000200017&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 13 fev. 2015.

GARCÍA, Alfredo. **Simplemente Mujica: o retrato fiel do homem que está encantando o mundo**. São Paulo: Lafonte, 2014.

GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GILIO, María Esther. **Pepe Mujica: de tupamaro a Presidente**. Montevideu: Capital Intelectual, 2010.

GOLIN, Tau. Breve informação sobre Sendic. In: SENDIC, Raúl. **Raúl Sendic: as ideias de um líder Tupamaro**. Porto Alegre: Tchê, 1986.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUIDOBRO, Eleutério F. **Historia de los Tupamaros: las origenes**. Montevideu: TAE, Tomo I, 1986.

HUMAN Extended version VOL.1. Direção: Yann Arthus-Bertrand. Produção e edição: Jessica Rheims. Paris: Fondation GoodPlanet, 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TnGEclg2hjq>>. Acesso em: 12 de abril de 2016.

ISRAEL, Sergio. **Mujica: El florista presidente**. Montevideu: BUSQUEDA-Editorial Fin de Siglo, 2010.

KINGDON, John W. **Agendas, alternatives, and public policies**. Nova York: Addison-Wesley Educational Publishers Inc., 1995. Latinoamericano, 1987.

LESSA, Alfonso. **La revolución imposible: los tupamaros y el fracasso de la via armada en el Uruguay del siglo XX**. Montevideu: Fin de Siglo, 2002.

LESSA, Marcos A. **Mujica: o presidente mais rico do mundo**. Rio de Janeiro: Grupo 5W, 2015.

LIJPHART, Arend. **Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MAGRI, Altaïr Jesica. El Plan Juntos de Emergencia Habitacional en Uruguay: respuestas gubernamentales cuando el estado no alcanza sus metas. **Revista de Ciencias Sociales**, Montevideu, vol. 26, n. 32, p. 133-150, jul. 2013.

MARINI, Ruy. **Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo,

1998.

MORAES, João Q. **Liberalismo e ditadura no Cone Sul**. Campinas: UNICAMP, 2001.

MOREIRA, Constanza. **Final de juego**: Del bipartidismo al triunfo de la izquierda en Uruguay. Montevideo: Ediciones Trilce, 2004.

MYSU, Mujer y Salud en Uruguay. **Observatorio Nacional en Género y Salud Sexual y Reproductiva, Informe 2013**. Montevideo: MYSU, 2013.

NYE, Joseph S. **Soft Power**: The Means to Success in World Politics. New York: Public Affairs, 2004.

O'DONNELL, Guillermo. **Democracia, agência e estado**: teoria com intenção comparativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

PERCY, Allan; DÍAZ, Leonardo. **Pepe Mujica**: simplemente humano. Rio de Janeiro: Sextante, 2015.

PERNAS, Walter. **Comandante facundo**: El revolucionario Pepe Mujica. Montevideu: Ediciones Aguilar, 2013.

PORZECANSKI, Arturo C. **Uruguay's Tupamaros**: the urban guerrilla. New York: Praeger, 1973.

PRZEWORSKI, Adam. **Democracia e mercado**: reformas políticas e econômicas na Europa Oriental e na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

QUEIROLO, Rosario. La "tradicionalización" del Frente Amplio: la conflictividad del proceso de cambio. In: GONZÁLEZ, L.E. **Los partidos políticos uruguayos en tiempos de cambio**. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 1999, p. 87-127.

RABUFFETTI, Mauricio. **Mujica – a revolução tranquila**. São Paulo: LeYa, 2015.

RETA, A.; GREZZI, O.; SALOM, C. **Código Penal de la República Oriental del Uruguay**. 8 ed. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 2011.

RIVOIR, Ana L.; LAMSCHEIN, Susana. **Cinco años del Plan Ceibal: algo más que una computadora para cada niño**. Montevideo: UNICEF Uruguay, 2012.

RODRÍGUEZ, José Raúl e VAIRO, Daniela. Comportamiento electoral en Uruguay: dilucidando las claves del triunfo de José Mujica en las presidenciales de 2009. **Em Debate**, Belo Horizonte, vol. 2, nº 4, p.27-35, abr. 2010.

ROSSI, Clóvis. **Militarismo na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

SANSEVIERO, R.; ROSTAGNOL, S.; GUCHÍN, M.; MIGLIÓNICO, A. **Condena, tolerancia y negación: el aborto en Uruguay**. Montevideo: Universidad para la Paz, Naciones Unidas, 2003.

SAPRIZA, Graciela. Historia de la (des)penalización del aborto en Uruguay. “Aborto libre”: la corta experiencia uruguaya (1934-1938). In: JOHNSON, Niki. et al. **(Des)Penalización del aborto en Uruguay - prácticas, actores y discursos: Abordaje interdisciplinario sobre una realidad compleja**. Montevideo: CSIC, 2011.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários**. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

SASSO, Rolando W. **8 de octubre de 1969 - La toma de Pando: La Revolución Joven**. Montevideo: Fin de Siglo, 2005; p. 142.

SCHAVELZON, Salvador. **Por que o Uruguai nos surpreende?: As leis aprovadas no governo de Mujica inspiram caminhos para superar velhos problemas.** Carta na Escola. 2014. Disponível em: <<http://www.cartanaescola.com.br/single/show/183>>. Acesso em: 15 out. 2014.

SERNA, Miguel. Rupturas e fissuras na cultura política democrática uruguaia. In: BAQUERO, Marcello. **Desafios da Democratização na América Latina: debates sobre cultura política.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 1999.

SIERRA, G. Classes, Sistema Político e Estado no Uruguai do primeiro Batllismo. In: BRUIT, H. H. (org.). **Estado Nacional e Burguesia na América Latina.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1985, pp. 130-160.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

URUGUAI. Presidência da República Oriental do Uruguai. Lei nº 18.987, de 20 de dezembro de 2013. **Reglamentación de la Marihuana.** Montevideu: Ministério da Saúde Pública, 2014.

URUGUAI. Presidência da República Oriental do Uruguai. Lei nº 19.172, de 20 de outubro de 2012. **Interrupción Voluntaria del Embarazo.** Montevideu: Ministério da Saúde Pública, 2012.

URUGUAI. Presidência da República Oriental do Uruguai. Lei nº 19.119, de 03 de maio de 2013. **Matrimonio Igualitario.** Montevideu: Ministério da Educação e da Cultura, 2013.

VALLE, Maria R. **A violência revolucionária em Hannah Arendt e Herbert Marcuse: raízes e polarizações.** São Paulo: Editora UNESP, 2005.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações.** São Paulo: Cultrix, 2011.

WOOD, Ellen M. **Democracia contra o capitalismo:** a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.

ANEXO 01



“O presidente mais pobre do mundo”. Capa do livro distribuído a crianças japonesas, com base no seu discurso na Conferência Rio+20.